

10

RELATÓRIO E CONTAS | 10



CONFIANÇA



HUMANISMO



EFICÁCIA



INOVAÇÃO



AMBIÇÃO



BANIF

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Diagrama de Participações do Banif - Grupo Financeiro em 31-12-2010

01. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- 1. CONJUNTURA INTERNACIONAL**
- 2. DESENVOLVIMENTOS NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS**
- 3. A ACTIVIDADE EM PORTUGAL**
 - 3.1 Procura e oferta
 - 3.2 Evolução dos preços
 - 3.3 Necessidades de Financiamento da Economia
 - 3.4 Política Orçamental
- 4. SISTEMA FINANCEIRO**
 - 4.1 Situação Global
 - 4.2 Mercado de Retalho e de Empresas
 - 4.3 Mercados Monetário e Cambial
 - 4.4 Mercado de Obrigações
 - 4.5 Mercado de Acções

02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2010

- 1. ACTIVIDADE COMERCIAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**
- 2. ACTIVIDADE COMERCIAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
- 3. ACTIVIDADE COMERCIAL NO CONTINENTE**
 - 3.1 Negócio no Segmento de Empresas e Particulares de Médio-Alto Rendimento
 - 3.2 Negócio no Segmento de Retalho
- 4. NOVOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E DE APOIO ÀS ÁREAS DE NEGÓCIO**
 - 4.1 Actividade de *Call Center* e Banca Electrónica
 - 4.2 Canais Agenciados
 - 4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos
 - 4.4 Protocolos e *Cross-Selling*
 - 4.5 Marketing Estratégico
- 5. PRODUTOS DE CRÉDITO E DE POUPANÇA**

- 5.1 Crédito Imobiliário
- 5.2 Crédito ao Consumo
- 5.3 Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios
- 5.4 Contas de Depósito e Produtos de Poupança
- 6. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO VENCIDO E EM CONTENCIOSO**
- 7. ACTIVIDADE FINANCEIRA**
- 8. ACTIVIDADE INTERNACIONAL**
- 9. COMUNICAÇÃO E IMAGEM**
- 10. RECURSOS HUMANOS**
- 11. OPERATIVA E TECNOLOGIA**
- 12. GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**
- 13. COMPLIANCE**
- 14. AUDITORIA**
- 15. PROVEDORIA DO CLIENTE**

03. ANÁLISE ÀS CONTAS

04. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

05. NOTA FINAL

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1. BALANÇO**
- 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**
- 3. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**
- 4. DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS**
- 5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**
- 6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

07. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PRO-FORMA, EM BASE IAS/IFRS

08. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
2. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 448.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
3. ACÇÕES PRÓPRIAS E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

09. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

10. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

1. ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO
2. REMUNERAÇÕES

ANEXOS

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Para a generalidade das economias mundiais, sobretudo para as chamadas economias emergentes, o ano de 2010 representou o início do processo de recuperação da grave recessão económica verificada em 2008 e 2009. Em Portugal, no entanto, esta recuperação foi fortemente prejudicada pela eclosão da crise da dívida soberana e pela consequente necessidade de implementar processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado.

Assim, durante o ano de 2010, empresas e particulares continuaram a sentir grandes dificuldades económicas, nomeadamente, em consequência de restrições no acesso ao crédito, do custo elevado dos recursos financeiros, do agravamento do desemprego e do substancial aumento da carga fiscal.

O sector financeiro continuou particularmente instável e o mercado monetário interbancário manteve-se inacessível para a generalidade da banca portuguesa, obrigando as instituições de crédito a recorrerem ao Banco Central Europeu para satisfazerem uma parte substancial das suas necessidades de financiamento, a promoverem o reforço dos seus capitais próprios e a assegurarem uma cuidadosa gestão da sua liquidez.

Em linha com todo o sistema bancário português e à semelhança do que se tinha verificado no ano antecedente, em 2010 o Banif sentiu o impacto das dificuldades dos seus Clientes, traduzidas num elevado número de situações de incumprimento, das quais resultou a constituição de 85,6 milhões de euros de provisões/imparidade, um montante apenas 12,1% abaixo do impressionante valor que esta rubrica apresentou em 2009.¹

Pese embora este difícil ambiente económico, a actividade do Banif durante o exercício de 2010 permitiu uma evolução positiva dos seus principais indicadores financeiros, registando-se um crescimento, designadamente, do seu Activo Líquido (+7,4%, para 12.401,2 milhões de euros), da sua Margem Financeira (+0,2%, para 231,8 milhões de euros), do seu Produto Bancário (+0,8%, para 327,3 milhões de euros) e do seu *Cash-Flow* (+6,4%, para 141,6 milhões de euros), valores que, a par da ligeira redução no nível de provisionamento, permitiram atingir um Resultado do Exercício de 35,1 milhões de euros, o qual representa um aumento de 23,1% relativamente ao ano anterior (todos os valores em IAS/IFRS).

¹ Todos os valores contabilizados em IAS/IFRS.

A trajectória de desenvolvimento do Banif não se limitou à evolução favorável dos seus principais indicadores financeiros. Ainda que de uma forma moderada, adaptada à actual conjuntura, o Banco manteve a aposta no aumento da capilaridade da sua rede de distribuição, procurando desta forma dar resposta ao expressivo crescimento da sua base de Clientes, consequência das ambiciosas campanhas de captação desenvolvidas nos últimos anos. Assim, o número de agências bancárias aumentou, de 351 no final de 2009 para 360 no final de 2010. Este procedimento foi efectuado de acordo com exigentes critérios de racionalidade económica, privilegiando locais com grande potencial e optando por agências de menor dimensão, dotadas de estruturas mais flexíveis e menos onerosas.

Os mesmos critérios de racionalidade económica e a mesma vontade corresponder às necessidades dos nossos Clientes estiveram também na base dos importantes projectos desenvolvidos ao nível dos serviços centrais do Banco, de entre os quais se destacam a disponibilização da corretagem *on-line* através do serviço de banca electrónica, a adesão ao sistema de débitos directos (SEPA), a implementação do extracto integrado electrónico, a racionalização de Notas de Lançamento, o Projecto de Recirculação de Notas, a reengenharia do processo de gestão de arquivo, o novo sistema de informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, o lançamento da ferramenta “RP” para aferição da produtividade e rentabilidade das unidades de negócio e o aperfeiçoamento da estrutura de recuperação do crédito vencido.

Fruto de todos estes desenvolvimentos, o Banif tem visto reconhecida a qualidade dos seus produtos e serviços, nomeadamente através do elevado número de processos de Certificação da Qualidade já concluídos, dos resultados muito positivos dos inquéritos independentes *Mystery Calls* e *Mystery Shopping*, onde o Banco voltou a conseguir o 1.º e o 4.º lugar do *ranking* no mercado nacional e ainda através da evolução favorável dos indicadores de satisfação dos clientes obtidos através do inquérito promovido em 2010.

Ainda durante o ano de 2010, o Banif realizou o seu maior aumento de capital de sempre, no valor de 214 milhões de euros, para um montante total de 780 milhões de euros o qual foi integralmente subscrito e realizado pela Banif Comercial, SGPS, SA. Esta operação, bem como os resultados da actividade propriamente dita, conduziram a um significativo aumento dos Capitais Próprios do Banco (32,2%, para 924,3 milhões de euros), que se traduz num rácio de capital *Tier 1* de 10,76% e de um rácio de capital total de 14,54%, valores que se encontram claramente acima da média do sistema bancário, cumprem a recomendação do Banco de Portugal sobre esta matéria e são aptos à satisfação das necessidades de capital decorrentes da actividade da instituição.

O ano de 2010 ficará ainda na nossa memória pelo falecimento do fundador do Banif – Grupo Financeiro e Presidente do Conselho de Administração, Comendador Horácio da Silva Roque. Continuar este projecto, com total respeito pelos valores e pelos princípios do seu fundador, é um compromisso que se impõe a todos nós e é a forma mais autêntica de perpetuar a homenagem que o Comendador Horácio da Silva Roque nos merece.

O Banif tem demonstrado estar à altura de tão importantes responsabilidades. O Banco contribuiu de forma relevante para os resultados do Grupo, realizou o maior aumento de sempre do seu capital social, definiu estratégias e medidas para fazer face à actual conjuntura, racionalizou custos, optimizou estruturas, aumentou os seus níveis de rigor e de eficiência.

Temos orgulho no percurso que nos trouxe até aqui. Estamos seguros e determinados quanto ao caminho que queremos seguir. Acreditamos na confiança dos nossos Clientes e na qualidade dos nossos Colaboradores para garantir o sucesso deste projecto, que pertence a todos.

Carlos David Duarte de Almeida

Presidente da Comissão Executiva

Joaquim Filipe Marques dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Postos de atendimento em 31 de Dezembro de 2010

	CONTINENTE	MADEIRA	AÇORES	ESTRANGEIRO	TOTAL
BANIF Comercial	333	45	57	184	619
1. BANIF	311	43	55	8	417
Agências	276	38	46	0	360
Centros de Empresas	20	1	4	0	25
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	1	0	3
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	8	9
2. BANIF GO	1	1	0	0	2
3. TECNICRÉDITO, SGPS	19	1	2	13	35
BANCO BANIF MAIS	17	1	2	4	24
Outros	2	0	0	9	11
4. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	26	26
Agências	0	0	0	13	13
BANIF Financeira	0	0	0	12	12
Outros	0	0	0	1	1
5. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	8	8
6. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	21	21
7. Banca Pueyo (Espanha)*	0	0	0	88	88
8. Bankpime (Espanha)*	0	0	0	19	19
9. Outros	2	0	0	1	3
BANIF Investimentos	7	1	1	15	24
1. BANIF – Cayman	0	0	0	1	1
2. BANIF International Bank	0	0	0	1	1
3. BANIF Banco de Investimento	2	1	1	0	4
4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	5	5
5. Outros	5	0	0	8	13
Seguros	40	7	18	0	65
1. CSA/GLOBAL	40	7	18	0	65
Sucursais	40	1	18	0	59
Outros	0	6	0	0	6
TOTAL	380	53	76	199	708

* Consolidada pelo método de equivalência patrimonial

01

Enquadramento Macroeconómico

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

A economia mundial continuou, em 2010, a recuperação que se iniciou no segundo semestre de 2009, após a forte recessão global de 2008/2009. De acordo com o FMI¹, a economia mundial registou um crescimento de aproximadamente 5% em 2010, recuperando de uma recessão global caracterizada pela retracção do crescimento do produto em termos reais da economia mundial em 2009 (-0,6%). A actual fase de recuperação tem-se caracterizado por se processar a duas velocidades, com um crescimento mais moderado nas economias avançadas, apesar de melhor do que inicialmente esperado, apresentando níveis de desemprego ainda elevados, enquanto nos mercados emergentes a actividade permanece robusta e alguns sinais inflacionistas começam a manifestar-se, aparentando sintomas de sobreaquecimento.

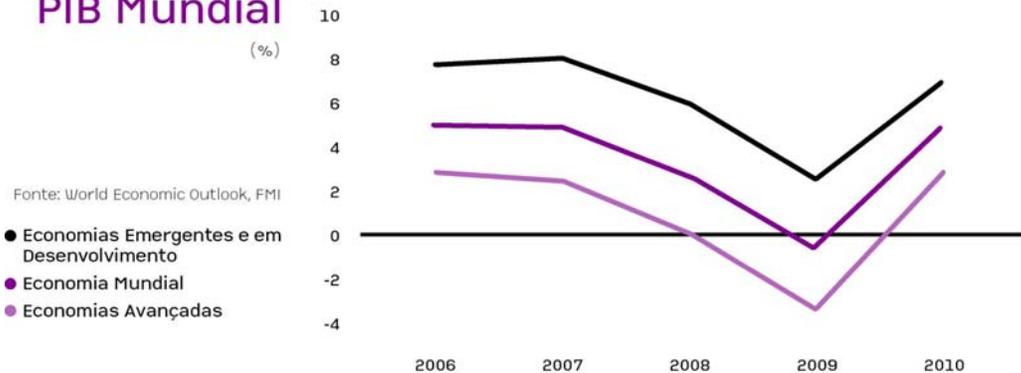
O desempenho global foi liderado pelas economias emergentes e em desenvolvimento que, no seu conjunto terão registado um crescimento de 7,1%. Merecem particular destaque os desempenhos da economia chinesa, indiana e brasileira, que terão crescido 10,3%, 9,7% e 7,5%, respectivamente. A recuperação foi igualmente extensível às economias desenvolvidas, não obstante terem registado um menor ritmo de crescimento, que se cifrou em 3%. A economia norte-americana cresceu 2,8% e o Japão 4,3%, a taxa mais elevada desde 1990, tendo os países da Área do Euro (AE) registado um crescimento de 1,8%. Dentro destes, merece particular destaque o desempenho da economia alemã, com um crescimento de 3,6%, exercendo o papel de motor da AE.

No que respeita à evolução dos preços, verifica-se também uma evolução distinta, tendo a ampla capacidade económica ainda ociosa e as expectativas de inflação bem ancoradas contribuído para uma evolução moderada dos preços no consumidor nas economias desenvolvidas, de cerca de 1,5%. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o forte crescimento económico e a subida dos preços dos bens alimentares, que se manteve persistente ao longo do ano, começou a impactar os preços no consumidor, cujo crescimento se cifrou em 6,3%.

O ano de 2010 ficou também caracterizado pela recuperação do comércio mundial, tendo os volumes de bens e serviços transaccionados crescido cerca de 12% em 2010, face a uma forte contracção de 10,7% registada em 2009. Os preços das "commodities" registaram igualmente uma forte recuperação, tendo o petróleo crescido em termos médios 27,8% em 2010 e as "commodities" ex-petróleo crescido em média 23%, face a quedas de 36,3% e 18,7%, respectivamente, em 2009.

¹ FMI, *World Economic Outlook Update*, Janeiro de 2011

Evolução do PIB Mundial



2. DESENVOLVIMENTOS NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS

Na economia norte-americana, a recuperação económica que se iniciou em meados de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, apesar de a taxa de desemprego se encontrar ainda elevada. Os dados mais recentes apontam para um crescimento real de 2,8% em 2010, após uma queda de 2,6% em 2009.

A fase inicial da recuperação, entre a segunda metade de 2009 e a primeira metade de 2010, deveu-se em grande medida à estabilização do sistema financeiro, aos efeitos expansionistas das políticas monetária e fiscal e ao forte incremento na produção, motivado pela recomposição de inventários por parte das empresas.

A sustentabilidade da recuperação começou a ser posta em causa em meados de 2010, à medida que muitos daqueles efeitos se foram desvanecendo e os problemas orçamentais e bancários na Europa afectaram os mercados financeiros. No entanto, a recuperação da actividade económica estabilizou no 3º trimestre de 2010, suportada por um lado pelo aumento das despesas de consumo privado, investimento empresarial, despesas públicas e ainda um forte contributo da acumulação de inventários, que terá contribuído com mais de metade do crescimento do PIB naquele trimestre. O crescimento foi negativamente impactado pela procura externa líquida e pela fraqueza do investimento residencial, devido ao fim dos programas públicos de apoio ao sector. Em consequência, o sector da construção permanece fraco, reflectindo um excesso de casas devolutas e fundamentais negativos para o imobiliário comercial.

O mercado de trabalho recuperou de forma muito moderada. Dos quase 9 milhões de empregos no sector privado destruídos durante a recessão, entre 2008 e 2009, apenas pouco mais de 1 milhão foi criado em 2010, um ganho insuficiente para acomodar os novos participantes no mercado de trabalho e, portanto, incapaz de reduzir a folga existente na economia. Em contrapartida, a persistência dessa folga permitiu uma contenção das pressões sobre os preços, com a inflação a situar-se entre 1,1% e 1,2% desde Junho de 2010. Excluindo as voláteis componentes de alimentação e energia, a inflação situou-se nos 0,7%, recuperando do nível mais baixo de sempre, registado em Outubro.

Neste contexto, a Reserva Federal, com as taxas de juro num intervalo entre 0 e 0,25% desde Dezembro de 2008, teve de recorrer a medidas alternativas de política monetária, com recurso a programas de compra de títulos de dívida de longo prazo em mercado (política vulgarmente designada de “quantitative easing”), nos últimos 2 anos. Em Novembro, a FED anunciou um segundo programa, que consiste na compra de até 600 mil milhões de dólares em dívida pública por um período de 8 meses.

O continente asiático entrou na crise global em boa forma e continuou a liderar o crescimento na fase de recuperação, devido em grande parte a uma procura doméstica resiliente que compensou o impacto negativo da crise na procura externa. A produção industrial e as vendas a retalho foram fortes na China e na Índia e a actividade robusta nestes países impactou favoravelmente o resto da Ásia. De facto, o crescimento forte e sustentado da China nos últimos anos funcionou como suporte do comércio global, beneficiando os exportadores de matérias-primas (por exemplo, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia) e de bens de capital (tais como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Singapura, entre outros). Contrariamente a recuperações anteriores, a procura doméstica foi impulsionada pelo regresso dos fluxos de capitais privados, traduzindo a reabertura destas economias ao financiamento externo. No curto prazo, subsistem diferenças significativas no desempenho económico destes países, relacionadas com a dimensão dos estímulos e da procura interna, assim como das condições económicas e financeiras e dos riscos subjacentes.

Na China, o PIB real terá crescido 10,3% em 2010, com as vendas a retalho e a produção industrial a confirmar que a procura doméstica conseguiu expandir-se para lá dos estímulos governamentais. No entanto, a segunda metade do ano marcou uma desaceleração significativa face ao crescimento registado nos primeiros meses, desaceleração essa que deverá manter-se ao longo de 2011, em virtude da imposição de limites mais estritos ao crescimento do crédito, de medidas de arrefecimento do mercado imobiliário e da prevista remoção dos estímulos fiscais ao longo do ano.

Na Índia, o desempenho macroeconómico tem sido vigoroso, com os dados mais recentes da produção industrial a situarem-se em níveis máximos dos últimos dois anos. A economia terá registado um crescimento de 9,7% em 2010, impulsionado principalmente pela procura interna, com os fortes lucros empresariais e condições favoráveis de financiamento externo a estimularem o investimento. No entanto, a contribuição das exportações líquidas deverá tornar-se negativa já em 2011, na medida em que o forte crescimento do investimento deverá fazer aumentar as importações. O elevado ritmo de crescimento da actividade doméstica, com reflexos no crescimento rápido da inflação (13,2% em 2010), conduziram o Banco Central a subir a taxa de referência em 125 pontos de base.

No Japão, a recuperação conduzida pelas exportações iniciada no segundo trimestre de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, devido à recuperação acima das expectativas das economias avançadas e ao aumento da procura de bens de capital por parte da China. Assim, a economia registou a maior taxa de crescimento anual desde o início da década de 90, tendo o PIB real crescido 4,3% em 2010. No entanto, a apreciação do iene (sobretudo em momentos de elevada volatilidade e de aumento da aversão ao risco, nos quais o iene funciona para os investidores como activo de refúgio)

poderá impactar a actividade exportadora o que, associado à remoção dos estímulos fiscais e à fraqueza do mercado de trabalho, deverão condicionar o crescimento económico no curto prazo.

Os principais desafios para a Ásia prendem-se com o rebalanceamento dos motores de crescimento, com maior incentivo à dependência de fontes domésticas por oposição à procura externa. Este rebalanceamento é crítico na China através do incremento do papel do consumo das famílias no crescimento doméstico, para o qual deverá contribuir a progressiva apreciação do *renmimbi*, fruto da forte acumulação de reservas externas de divisas nos últimos anos.

A América Latina está a sair da crise financeira a um ritmo mais rápido do que o antecipado, reflectindo sólidos fundamentais macroeconómicos, adequado suporte das políticas monetárias e orçamentais, condições de financiamento externo favoráveis e fortes receitas provenientes das exportações de matérias-primas. Os excedentes resultantes dessas exportações potenciaram o crescimento do rendimento interno o que, em conjunto com condições de financiamento favoráveis, suportou a procura interna. Para muitos destes países, o efeito potencialmente negativo de menor procura de importações por parte das economias desenvolvidas poderá não ser muito penalizador, dada a menor dependência do comércio externo e maior dependência da exportação de matérias-primas, para as quais a procura externa deverá manter-se robusta. O crescimento da região ter-se-á situado em 5,9% em 2010.

Após um breve interregno nos momentos mais agudos da crise global em 2008, as cinco principais economias da América Latina estão a experimentar um ressurgimento nos influxos de capitais. Os fortes influxos de capitais têm efeitos mistos já que, por um lado, têm sido fonte de financiamento barato e amplamente disponível para expandir a procura interna mas, por outro lado, têm aumentado as preocupações acerca do sobreaquecimento, competitividade externa (dada a significativa apreciação das respectivas divisas), custos de esterilização crescentes (dados os significativos diferenciais de taxa de juro face às taxas externas) e criação de bolhas especulativas nos mercados financeiros.

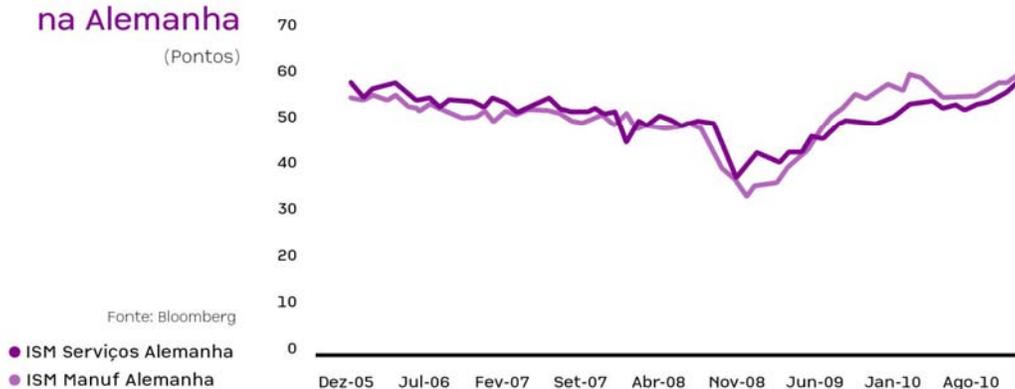
A economia brasileira deverá ter registado um crescimento de 7,5% em 2010, o maior crescimento das últimas décadas. O crescimento foi muito suportado na procura interna, em particular no consumo privado e no investimento. No entanto, esta dinâmica interna motivou um forte crescimento das importações, que mais do que compensou o crescimento das exportações, a beneficiarem do contexto favorável de procura por matérias-primas mas prejudicadas pela apreciação do real. De facto, esse efeito cambial, decorrente do forte influxo de capitais (as reservas ascenderam a 294 mil milhões de dólares em Dezembro – equivalente a mais do que um ano de importações) favoreceu as importações e prejudicou as exportações, situando o défice da balança corrente em 48 mil milhões de dólares no final de 2010 (3,8% do PIB). Para impedir este efeito, o Governo decidiu aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF), destinado a tributar os capitais de curto prazo que entram na economia brasileira, de 2% para 6%, durante a segunda metade do ano. A inflação, por seu turno, atingiu um máximo de 5 anos em 5,91% em Dezembro, muito

impulsionada pelo aumento dos custos de alimentação e do preço das matérias-primas, num contexto de aumento das pressões da procura interna, alimentada pelo crescimento do crédito.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada, sobretudo pela eclosão da crise da dívida soberana. A actividade económica tem vindo a expandir-se a um ritmo moderado desde meados de 2009, após cerca de cinco trimestres consecutivos de queda e tem-se manifestado de forma desigual. A Área do Euro deverá ter crescido 1,8% em 2010, enquanto as economias em desenvolvimento da Europa Central e do Leste terão crescido cerca de 4,2%. Mesmo dentro dos países da AE existem diferenças pronunciadas no desempenho económico, muito motivadas pelas condições dos balanços dos sectores público e privado e pela possibilidade de utilizar a política fiscal para o suporte da recuperação.

Na Alemanha, a actividade revelou-se em 2010 mais dinâmica do que antecipado, após o período de ajustamento e crescimento moderado registado no período anterior à crise e a forte queda de 2009. O crescimento real cifrou-se em 3,6% e deveu-se em grande medida à procura interna, com um crescimento forte do investimento. Paralelamente, a procura externa também contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações e importações a crescerem 8,2% e 7,0% em cadeia, respectivamente, no 2º trimestre. Os principais indicadores quantitativos referentes à produção industrial e encomendas revelaram sinais de forte dinâmica, principalmente em relação a bens intermédios, de investimento e de consumo duradouro. No que respeita aos indicadores qualitativos, nomeadamente a confiança dos empresários e dos consumidores, verifica-se que atingiram valores máximos de duas décadas, quer nas componentes que avaliam a situação presente como nas componentes de expectativas futuras. No entanto, o consumo privado permanece débil, com as vendas a retalho a crescerem 0,6% até Outubro, ainda assim ajudado pelo comportamento favorável do emprego, num quadro de medidas de apoio à criação de emprego implementadas pelo Governo alemão. A taxa de desemprego passou do máximo de 7,7% em Junho de 2009 para cerca de 7,5% no final de 2010.

Indicadores de Confiança Empresarial na Alemanha



Em França, a actividade económica recuperou em 2010 da forte recessão registada em 2009, tendo passado de uma quebra do produto de 2,5% para um crescimento de 1,6%. Para esta recuperação contribuiu a dinâmica da procura interna, principalmente pelo contributo da variação de existências mas também do consumo privado e da FBCF. Em contraste, o contributo das exportações líquidas foi negativo, mas os efeitos desfasados da depreciação do euro poderão contribuir para estimular em parte as exportações.

No Reino Unido, a recuperação económica apenas se iniciou no último trimestre de 2009, mas de forma relativamente moderada. A dinâmica da procura interna, incluindo a variação de existências foi responsável pela recuperação, já que as exportações líquidas contribuíram negativamente para o crescimento económico. O consumo privado terá registado um contributo superior no último trimestre do ano pelo efeito de antecipação de consumo decorrente do anunciado aumento do IVA em Janeiro de 2011.

No entanto, a recuperação económica em curso tem sido ameaçada pela “crise da dívida soberana”, que afectou os países que se situam na periferia da União Europeia, em particular, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Esta crise impactou directamente estes países através de duas vias: (i) através da remoção antecipada e inversão das medidas de estímulo orçamental e fiscal que haviam sido implementadas com o objectivo de incentivar a procura interna das várias economias, na sequência da resposta à crise financeira internacional; (ii) através das dificuldades de financiamento dos Estados e do sector bancário, o que afecta a confiança e a estabilidade do sistema financeiro e impõe um custo financeiro significativo sobre os agentes económicos domésticos.

A crise iniciou-se ainda em finais de 2009, quando o recém-empossado Governo da Grécia republicou os dados sobre a situação orçamental, apresentando um défice muito acima do esperado, que depois foi sendo sucessivamente revisto em alta, gerando uma desconfiança generalizada por parte dos mercados financeiros sobre a verdadeira situação das contas públicas daquele país. Concomitantemente, as agências de *rating* realizaram sucessivas revisões em baixa da notação de crédito, colocando-a no grau especulativo, o que deteriorou ainda mais a confiança dos investidores, alargando os diferenciais das taxas de juro da dívida pública dos países da AE face à Alemanha para níveis máximos desde o início da União Económica e Monetária (UEM). No início de Maio, estes diferenciais atingiram 962 pontos base para a Grécia e acima de 300 pontos base para Portugal e Irlanda.

Neste contexto, as autoridades anunciaram várias medidas, entre as quais planos de consolidação orçamental por parte dos governos dos países mais afectados e, a 2 de Maio, um plano conjunto da União Europeia (UE) e do FMI de apoio à Grécia no valor de 110 mil milhões de euros. No entanto, a situação continuou a agravar-se para os países mais vulneráveis, com os mercados a considerar que o conjunto de medidas anunciadas era insuficiente, o que conduziu a uma resposta sem precedentes das autoridades europeias, a 9 e 10 de Maio, com a criação de um fundo de estabilização europeu, destinado por um lado a resolver os problemas de financiamento dos países com dificuldade de acesso aos mercados e, por outro, a quebrar o “ciclo vicioso” que se desenvolveu

na AE entre o financiamento dos países soberanos e o dos respectivos sistemas bancários. O fundo ascende a 750 mil milhões de euros e inclui a participação do FMI (até 250 mil milhões de euros). A UE criou a Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (FEEF), que contribui para o fundo com 440 mil milhões de euros, financiados através da emissão de obrigações. Para o fundo contribui igualmente o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), um mecanismo já existente, com 60 mil milhões de euros. Em Setembro, as três principais agências de *rating* atribuíram a mais alta notação possível ao FEEF.

No entanto, a turbulência continuou, tendo os diferenciais da dívida irlandesa face à Alemanha atingido níveis superiores a 600 pontos base em Novembro. Em resposta à pressão dos mercados financeiros sobre a estabilidade financeira da AE, o Eurogrupo e o Ecofin decidiram por unanimidade conceder assistência financeira à Irlanda, a 28 de Novembro, na sequência de um pedido de ajuda por parte das autoridades irlandesas realizado a 21 de Novembro. O pacote de assistência irá cobrir necessidades de financiamento orçamental de até 50 mil milhões de euros e do sistema bancário de 35 mil milhões de euros, dos quais 22,5 mil milhões são originários tanto do FMI como do MEEF e 17,7 mil milhões do FEEF. A contribuição da UE também inclui empréstimos bilaterais da Dinamarca, Suécia e Reino Unido, no montante de 4,8 mil milhões. O rácio de financiamento entre a UE e o FMI ascende a 2:1. Também a 28 de Novembro os países da AE decidiram implementar um mecanismo permanente de estabilização financeira, para garantir a substituição do FEEF quando este expirar em Junho de 2013.

Paralelamente, o BCE anunciou um conjunto de medidas destinadas a restaurar a liquidez nos vários segmentos de mercado e a mitigar os potenciais riscos sistémicos, de entre as quais o “Securities Market Program” (SMP), que consistiu num programa de compra esterilizada de títulos de dívida pública e privada da área do euro. Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, de entre as quais a expansão das operações de refinanciamento de prazo alargado, a reintrodução do leilão a taxa fixa com satisfação total da procura e ainda o restabelecimento da linha de swaps cambiais com a FED para providenciar fundos em dólares às contrapartes da AE.

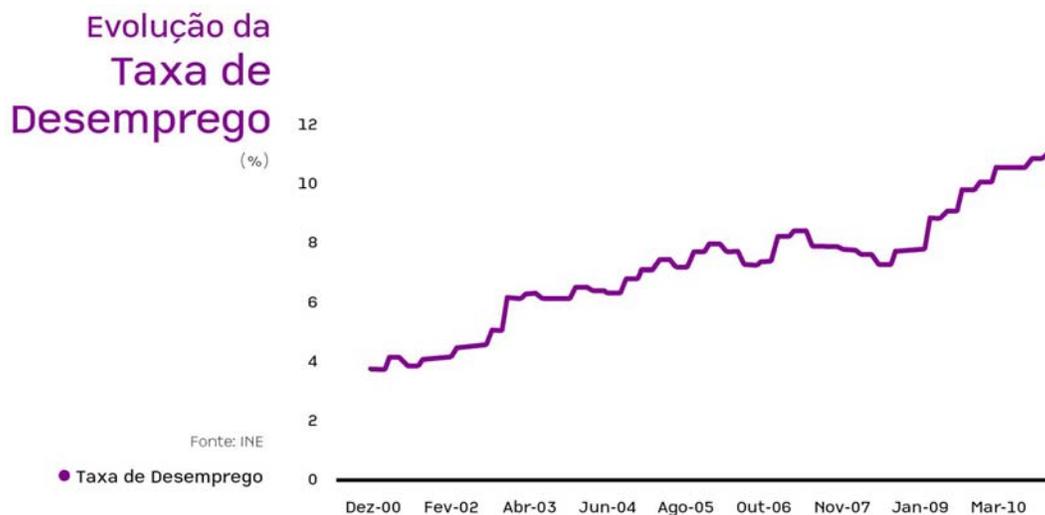
Adicionalmente, o Comité Europeu de Supervisores Bancários procedeu à realização de testes de esforço sobre 92 instituições bancárias no espaço da AE, em Julho e, com o objectivo de reforçar a resistência do sistema financeiro a choques e restaurar os balanços das instituições financeiras e a confiança dos investidores, o Comité de Basileia anunciou a reforma de Basileia III, que exige maiores requisitos de capital às instituições financeiras. A reforma inclui a implementação de duas almofadas de capital, uma dita de conservação com o objectivo de absorver em primeiro lugar as perdas decorrentes de choques adversos, e outra cíclica, definida em cada país, com o objectivo de proteger o sistema bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito. É também estabelecido um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco e as instituições com relevância sistémica serão ainda alvo de regras adicionais. O Comité de Basileia definiu um período de transição gradual para as novas regras até 31 de Dezembro de 2018.

3. A ACTIVIDADE EM PORTUGAL

3.1 Procura e Oferta

De acordo com o INE, Portugal terá registado um crescimento de 1,4% em 2010, após uma quebra de 2,5% em 2009. Continuou a observar-se um diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da área do euro, tal como verificado ao longo da última década e apenas interrompido em 2009.

O crescimento registado não foi, no entanto, suficiente para inverter a situação do mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego aumentado 1p.p. no 4º trimestre de 2010 face ao período homólogo, atingindo 11,1%. A população desempregada aumentou para 619 mil indivíduos (um crescimento de 9,9% face ao período homólogo).



O fortalecimento da actividade económica em Portugal em 2010 reflecte dinâmicas distintas entre a procura externa e interna. Por um lado, assenta num forte dinamismo das exportações, num contexto de aumento dos fluxos de comércio à escala global. Por outro lado, não obstante a recuperação do consumo privado, que terá voltado a apresentar um crescimento acima do PIB e da média da área do euro, a procura interna terá registado um crescimento modesto. Destaca-se o fraco desempenho do investimento, que terá registado uma queda de cerca de 5% em 2010, embora mais moderada do que a observada no ano anterior.

Após uma década caracterizada por um crescimento muito modesto da actividade económica, que se traduziu na manutenção de um baixo crescimento do produto potencial, a queda do PIB em 2009 foi menos acentuada do que a registada na generalidade das economias avançadas. Entre os factores que terão contribuído para o maior alisamento do PIB neste período, é de destacar a resistência do sistema

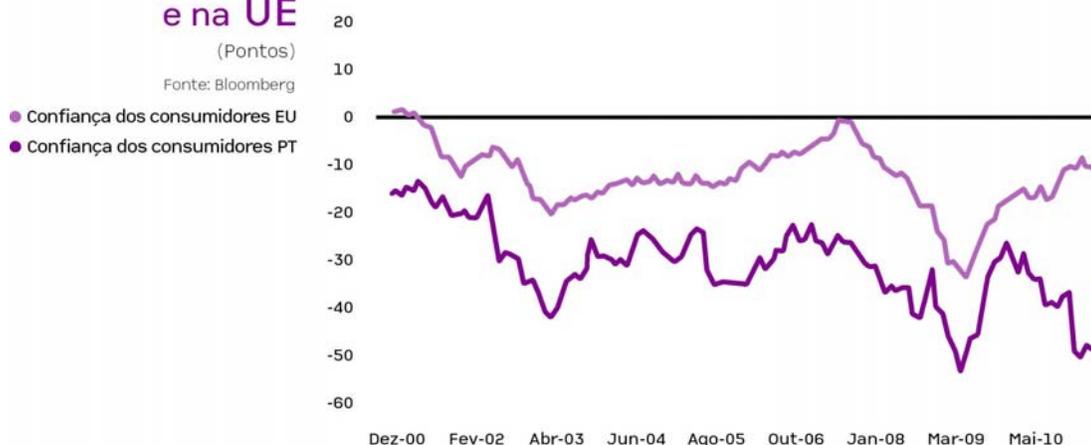
financeiro português às perturbações decorrentes da crise global e o facto da economia portuguesa não ter evidenciado uma sobrevalorização dos preços no mercado imobiliário.

Adicionalmente, o consumo privado em Portugal apresentou um perfil mais estável do que o registado na generalidade das economias avançadas, situando-se no início de 2010 em níveis superiores aos observados antes da eclosão da crise económica. Em relação às restantes componentes da despesa, a evolução em Portugal foi globalmente idêntica à observada nas principais economias. No entanto, e ao contrário do sucedido em outras economias avançadas, não se observou neste período um ajustamento significativo do défice da balança corrente.

Neste contexto, a evolução da economia portuguesa nos próximos anos será fortemente condicionada pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado, com destaque para as empresas. Em particular, deverá acentuar-se a diferença entre as dinâmicas da procura interna e da procura externa, com as exportações a manterem-se como a componente mais dinâmica da procura global. Os principais indicadores económicos suportam esta aceção, com o Índice do Volume de Negócios na Indústria a revelar um contraste entre um crescimento robusto da componente de volume de negócios no mercado externo e um crescimento consideravelmente mais reduzido no volume de negócios no mercado nacional. Por seu turno, a informação desagregada do Índice do Volume de Negócios nos Serviços mostra um forte dinamismo dos serviços mais vocacionados para a exportação, em contraste com os serviços mais condicionados pela evolução da procura interna.

O maior dinamismo do consumo privado no conjunto de 2010 terá sido suportado pelo crescimento de algumas componentes do rendimento disponível com elevada propensão marginal ao consumo, designadamente as remunerações do trabalho e as transferências do sector público, bem como pela manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos. A deterioração marcada das condições de acesso ao financiamento nos mercados financeiros internacionais por parte das instituições bancárias não se tem transmitido de forma significativa às condições de financiamento dos particulares, o que terá igualmente favorecido o consumo privado em 2010.

Confiança dos Consumidores em Portugal e na UE



Tal como em 2009, ainda que em menor dimensão, os salários reais voltaram a aumentar em 2010 – a remuneração média por trabalhador para o sector privado registou um aumento de 3,1 por cento nos primeiros sete meses relativamente ao mesmo período de 2009 e a taxa de inflação cifrou-se em 1,3% em 2010. Tal crescimento deverá ser, contudo, inferior ao crescimento estimado para a produtividade média do trabalho (2,5%).

O maior dinamismo do consumo privado em 2010 está expresso tanto no aumento do consumo em bens correntes como em bens duradouros. No que respeita ao consumo de bens de consumo corrente e serviços, tipicamente caracterizado por um perfil intertemporal mais alisado, o Banco de Portugal estima um crescimento de 1,1% em 2010, após um aumento de 0,5% em 2009. Por seu turno, as despesas em bens duradouros deverão registar, de acordo com a mesma fonte, um aumento de 8,7%, depois de uma queda de 14,1% em 2009, em linha com a forte sensibilidade ao ciclo económico desta componente do consumo privado.

O crescimento significativo das despesas em bens duradouros decorre do forte dinamismo das vendas de automóveis, depois das quedas significativas observadas no ano anterior, associadas à recessão económica. Este comportamento está fortemente associado às alterações fiscais ocorridas a meio do ano (o aumento das taxas do IVA a 1 de Julho) e as previstas para o Orçamento de Estado para 2011 (novo aumento do IVA e do ISP e o fim dos programas de incentivo ao abate de veículos em fim de vida), que conduziu a um forte efeito de antecipação de compras naqueles dois momentos. Nos últimos dez anos, tem-se assistido a uma tendência descendente das vendas de automóveis, o que se traduziu num aumento progressivo da idade média do parque automóvel em Portugal, de 7,2 anos em 2000, para 10 anos em 2009.

O Consumo Público deverá registar um crescimento em termos reais de 3,2% (2,9% em 2009), incluindo o impacto significativo da aquisição dos submarinos no segundo trimestre do ano.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), deverá ter registado uma contracção de 5,0%, embora mais moderada do que a observada em 2009 (11,9%). Esta contracção é partilhada pelas componentes pública e privada. Na componente privada, ela reflecte, entre outros factores, a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna, a elevada incerteza e risco associados às decisões de investimento e às condições mais restritivas de acesso ao crédito.

Para além das especificidades que estarão a condicionar o investimento público e o investimento em habitação, também o investimento empresarial voltou a apresentar uma variação negativa em 2010. No conjunto do ano, o investimento empresarial deverá registar uma diminuição de 3,0%, após uma queda de cerca de 17% em 2009. Note-se que, apesar de permanecer em níveis inferiores aos registados no período anterior à eclosão da crise financeira, tem-se observado uma melhoria significativa da confiança na indústria transformadora desde o início do ano, em particular na componente referente à apreciação da carteira de encomendas, assim como um aumento do indicador do volume de negócios na indústria transformadora, nomeadamente no mercado externo. Estas indicações, em conjunto com o aumento do nível de utilização da capacidade produtiva, podem configurar um cenário de recuperação do investimento em Portugal nos sectores orientados para os mercados externos.

No entanto, a deterioração das expectativas de crescimento da procura em relação à situação prevaiente antes da crise financeira, conjugado com os elevados níveis de endividamento, poderá originar a necessidade de ajustamentos de balanço nas empresas. Estes ajustamentos poderão não permitir uma recuperação tão dinâmica do investimento como a que é tipicamente observada nos períodos pós-recessivos.

A queda da FBCF em 2010 foi generalizada às suas componentes, com excepção da FBCF em "Material de transporte", que deverá registar um aumento significativo (7,5%). A evolução desta componente reflecte o crescimento bastante expressivo das compras de automóveis pelas empresas de *rent-a-car* no primeiro semestre do ano, assim como o aumento significativo das vendas de veículos comerciais ligeiros (pelas razões já anteriormente referidas).

Por seu turno, a FBCF em "Máquinas e equipamento" deverá apresentar uma contracção de 6,2%, depois de uma queda de 11,3% em 2009. Finalmente, a FBCF em "Construção" deverá registar uma nova queda em 2010 (5,1%), um comportamento consistente com a evolução dos indicadores de confiança do sector e das vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno. O comportamento da FBCF em "Construção" em 2010 continuou a ser influenciado pela evolução da componente relativa à aquisição de habitação pelas famílias, que apresentou uma queda pelo 10º ano consecutivo.

Num contexto de recuperação dos fluxos de comércio internacionais e melhoria das perspectivas de crescimento nos principais parceiros comerciais de Portugal, as exportações de bens e serviços registaram uma aceleração pronunciada em 2010. Os dados mais recentes apontam para um crescimento do volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 9,0%, após uma queda de 11,8% no ano anterior.

O aumento das exportações em 2010 foi particularmente expressivo no caso das exportações de mercadorias, face a um crescimento mais moderado das exportações de serviços. A evolução mais favorável das exportações foi um fenómeno comum à generalidade das economias mundiais, com as diferenças em termos de desempenho a estarem relacionadas em parte com o facto de os países estarem especializados em mercados geográficos e sectoriais com crescimentos distintos.

As exportações nominais de mercadorias registaram um crescimento em termos homólogos de 14,7% nos primeiros sete meses de 2010. O aumento das exportações nominais verificou-se na generalidade dos sectores, sendo em geral mais expressiva nos sectores que apresentaram maiores quedas em 2009. As exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos, apresentaram um aumento muito acentuado desde o início do ano, depois da forte queda registada em 2009. Refira-se que as exportações de combustíveis em termos nominais têm vindo a ganhar uma importância crescente na estrutura das exportações nacionais, correspondendo a 6,6% do total nos primeiros sete meses de 2010, um valor que compara com um valor médio de 3,0% no período 2000-2007. Excluindo os combustíveis, o crescimento nominal das exportações de mercadorias nos primeiros sete meses do ano situou-se em 11,6%.

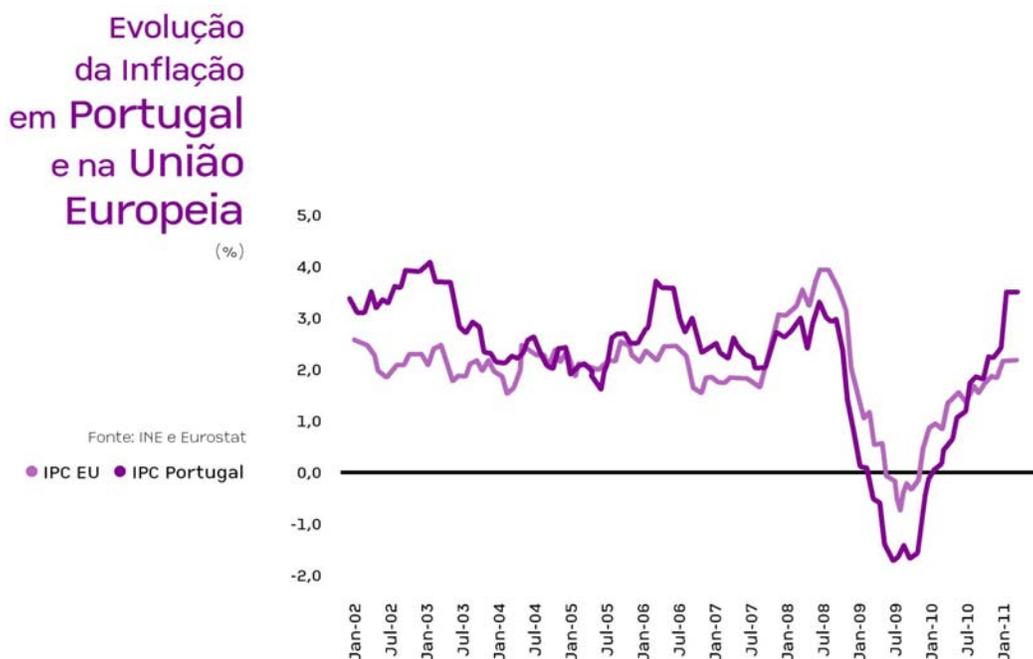
Atendendo ao grau de intensidade tecnológica, o aumento das exportações foi expressivo no caso dos produtos de média-alta e média-baixa tecnologia. Em relação aos primeiros, há a destacar as exportações de veículos automóveis e outro material de transporte, com realce para as destinadas ao mercado alemão, que registaram uma aceleração significativa nos primeiros sete meses de 2010. Em relação aos produtos de média-baixa tecnologia, para além do elevado dinamismo das exportações de combustíveis, há a destacar o crescimento das vendas ao exterior de plásticos e borracha (33,5%), papel e pastas celulósicas (32,4%) e metais comuns (17,8%), cujo desempenho foi particularmente importante para o aumento do contributo das exportações destinadas ao mercado espanhol no conjunto das exportações totais.

A recuperação diferenciada da economia portuguesa em termos sectoriais foi patente em indicadores qualitativos, como sejam os indicadores de confiança na indústria transformadora, serviços, comércio a retalho, e ainda os indicadores de expectativas de produção e de carteira de encomendas. O indicador de confiança no sector dos serviços, apesar de apresentar uma evolução positiva, ficou bastante aquém do nível observado antes da crise (primeiro semestre de 2008), enquanto o indicador da indústria transformadora se aproximou desse nível e o do comércio a retalho o ultrapassou. Em contraste, o indicador de confiança do sector da construção continuou a deteriorar-se, mantendo-se próximo do mínimo histórico atingido em 2002.

A evolução da produtividade do trabalho resulta da evolução (tipicamente pro-cíclica) da taxa de utilização da capacidade produtiva, que no primeiro trimestre de 2010 inverteu a tendência de declínio acentuado iniciada no primeiro semestre de 2008. A evolução da produtividade encontra-se significativamente condicionada pela queda do emprego do sector privado registada em 2009 e no primeiro semestre de 2010. Em termos sectoriais, destaca-se o aumento de produtividade registado no sector da Indústria Transformadora.

3.2 Evolução dos preços

Em 2010, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 1,3%, após ter registado uma queda de 0,9% em 2009. O diferencial de inflação em relação à área do euro foi ligeiramente negativo (-0,3 p.p.), após o mínimo histórico de -1,3 p.p. registado em 2009.



O crescimento dos preços em 2010, após um período de forte desaceleração iniciado no final de 2008 e prolongado ao longo do ano seguinte e que se traduziu numa taxa de inflação média anual negativa em 2009 pela primeira vez nas últimas três décadas, reflecte a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa, reflectindo as perspectivas de crescimento nas principais economias mundiais, e uma recuperação gradual dos fluxos de comércio internacionais, após a forte contracção observada em 2009. Este facto traduziu-se num aumento dos preços internacionais das matérias-primas, tanto energéticas, como não energéticas. Em sentido contrário, os preços da generalidade dos serviços apresentam taxas de crescimento relativamente baixas, num quadro de uma

ligeira queda dos custos unitários do trabalho. Finalmente, o impacto do aumento de um ponto percentual de todas as taxas do IVA a partir de 1 de Julho de 2010 foi também relevante.

De acordo com o Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho em Portugal deverão apresentar uma queda ligeira em 2010, o que reflecte um crescimento das remunerações por trabalhador inferior à registada em 2009, assim como um crescimento significativo da produtividade do trabalho, num contexto de recuperação da actividade económica e de uma nova queda no emprego total. Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, deverá registar-se um diferencial positivo entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na área do euro.

3.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Em 2010, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em percentagem do PIB permaneceram elevadas, registando apenas uma ligeira redução face ao observado no ano anterior. Para esta ligeira melhoria do défice externo terá contribuído uma nova redução do investimento, já que a taxa de poupança interna também terá diminuído ligeiramente. Quer a taxa de poupança quer a taxa de investimento encontram-se actualmente em valores mínimos históricos.

Por sua vez, as transferências líquidas de capital (maioritariamente transferências da União Europeia) voltaram a diminuir, mantendo a trajectória descendente observada desde 1995. A ligeira redução das necessidades líquidas de financiamento externo da economia (em percentagem do PIB) resulta de um menor défice das administrações públicas, registando-se em contrapartida um aumento das necessidades de financiamento do sector privado.

Assim, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em 2010, que correspondem grosso modo ao défice conjunto da balança corrente e de capital, ter-se-ão mantido elevadas, registando apenas uma ligeira redução, em percentagem do PIB, face ao observado no ano anterior (8,8% do PIB face a 9,5% em 2009), decorrente do expressivo abrandamento da procura interna.

3.4 Política Orçamental

Portugal terá atingido em 2010 um défice global das administrações públicas de 7,3% do PIB, face a 9,3% em 2009). No entanto, a concretização deste resultado exigiu medidas adicionais significativas, tendo sido anunciada, a 29 de Setembro, a transferência do fundo de pensões da PT para a Segurança Social, de forma a garantir a redução programada do défice. Esta medida, de natureza temporária, afecta apenas as receitas do ano em curso, não alterando o saldo estrutural, nem a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas. A projecção para o rácio da dívida no final de 2010, incluída na notificação de Setembro, cifra-se em 83,3% do PIB.

O ano de 2010 ficou marcado por uma acentuada instabilidade e diferenciação nos mercados de dívida pública na área do euro. Em Portugal, como em alguns outros países, observou-se um aumento do risco soberano em resultado da deterioração significativa e não completamente

antecipada do défice e da dívida das administrações públicas, conjugada com a manutenção de problemas estruturais. O exacerbamento desta situação a partir de finais de Abril, que afectou significativamente o financiamento dos bancos portugueses nos mercados internacionais de dívida por grosso, conduziu à adopção, em meados de Maio, de medidas de consolidação orçamental adicionais, para além das anunciadas em Janeiro no Orçamento do Estado para 2010 (OE2010) e em Março na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Na sequência da divulgação destas medidas, foram revistos em baixa os objectivos oficiais para o défice em 2010 e 2011, para 7,3% e 4,6% do PIB, respectivamente. As novas metas para o défice em 2012 e 2013, bem como uma trajectória revista para o rácio da dívida pública em todo o período de 2010 a 2013, foram apresentados no início de Julho no Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO). Este documento não explicitou medidas adicionais mas incluiu projecções da conta das administrações públicas em relação ao PIB para 2010-2013. De acordo com a estimativa para 2010, a diminuição do défice deverá resultar predominantemente do aumento do rácio da receita total no PIB (em 1,8 p.p. do PIB), uma vez que a despesa primária em percentagem do PIB deverá registar uma redução menos significativa (0,5 p.p. do PIB), estimando-se que a despesa em juros tenha um acréscimo de 0,4 p.p. do PIB.

4. SISTEMA FINANCEIRO

4.1 Situação Global

O ano de 2010 foi um ano marcado por grandes níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros. Os sinais de algum abrandamento da recuperação durante a primeira metade do ano, tanto nos EUA como na Europa, assim como as medidas de austeridade impostas na Europa e incertezas relativas às capacidades de financiamento de países periféricos da UE, tais como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Bélgica, introduziram maior dificuldade. Durante 2010 também se assistiu a uma subida acentuada dos preços das matérias-primas, com diversos sectores a atingirem máximos de 10 anos.

O ano de 2010, à semelhança de 2009, foi também marcado pelo empenho dos Governos e Bancos Centrais em tomar medidas adicionais para estimular as economias e suportar os mercados financeiros. Merece, por isso, destaque o apoio mais directo na forma de medidas de política monetária não convencionais, introduzindo suporte aos mercados de títulos da dívida pública nos EUA e na Europa.

Nos EUA, o anúncio da Reserva Federal em Novembro de uma segunda ronda de “Quantitative Easing” (QE2) gerou algumas incertezas quanto às expectativas de inflação e valorização do dólar. As taxas de juro de referência permaneceram em mínimos históricos, dentro do intervalo 0,00-0,25%. A taxa de desemprego começou o ano em 9,7%, caiu para 9,5% em Julho, mas voltou novamente a subir para 9,8% em Novembro.

Na Europa, o enfraquecimento da situação orçamental de alguns Estados europeus levantou preocupações sobre uma possível transferência da crise financeira para os balanços do sector público. Assistiu-se ao longo do ano a diversas reduções das notações de risco da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, que vieram pressionar Estados e empresas, assim afectando (por vezes de forma incomportável) a sua capacidade de refinanciamento. Os países da UE e o Fundo Monetário Internacional responderam com empréstimos e resgates condicionais, tendo paralelamente os vários Estados implementado medidas de austeridade significativas, como forma de tentar reduzir os seus défices e mitigar a percepção do seu risco soberano. Em auxílio dos países da zona euro em dificuldades financeiras, a UE acordou a constituição de um fundo de emergência no valor de 750 mil milhões de euros.

Os programas de austeridade apresentados pelos Governos para assegurar cumprimento do Pacto de Estabilidade e respectivos Programas de Crescimento geraram um maior nível de pessimismo sobre o crescimento da economia europeia (e, por sua influência, da economia mundial) a curto e médio prazo. Deve ser também destacado o papel do BCE ao procurar abrandar a subida das taxas dos títulos de dívida de alguns países europeus através da compra de títulos no mercado secundário, no âmbito do programa SMP.

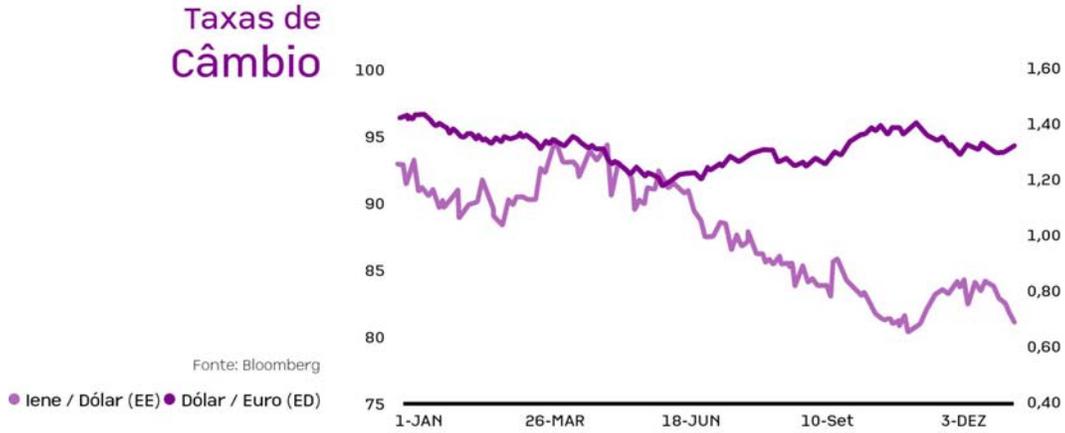
4.2 Mercado de Retalho e de Empresas

Com a extensão dos efeitos da crise, a menor capacidade das políticas públicas em apoiarem a actividade económica e o crescimento dos custos associados ao financiamento conduziram a um reforço das políticas de captação de depósitos, venda de activos não estratégicos e aumento dos activos com elevada liquidez. O aumento disperso dos prémios de risco e a carência de financiamento nos mercados interbancários condicionaram as taxas de juro praticadas nos mercados de retalho domésticos, afectando a robustez do balanço dos bancos. Este enquadramento tem concorrido para uma maior ponderação quanto à forma e ao momento ideais para a adopção do novo quadro regulamentar proposto para a actividade bancária. A actividade bancária continuará a desenvolver-se num contexto de imprevisibilidade superior ao normal, marcado pela redução progressiva da liquidez nos mercados monetário e de crédito.

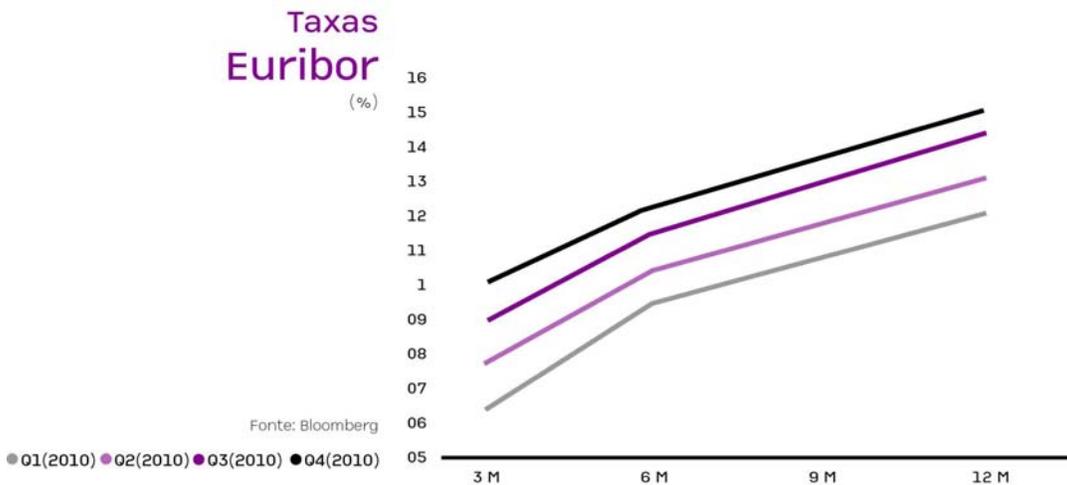
4.3 Mercados Monetário e Cambial

Em 2010, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade do dólar, que oscilou entre um máximo face ao euro de 1,1923 e /um mínimo de 1,4513, tendo terminado o ano em 1,3384, com uma queda de 8,3%. Enquanto a FED manteve o nível historicamente baixo da sua refi-rate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%). O Euro foi particularmente afectado pela crise instalada na Europa associada aos mercados de dívida soberana e também às menores perspectivas de crescimento económico a médio prazo, decorrentes das políticas de austeridade que entretanto foram sendo adoptadas. No que respeita ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar (12,2%),

tendo atingido o patamar de 81,12 USD/JPY voltando a ser uma moeda de uma moeda refúgio em momentos de instabilidade financeira.



Durante 2010, o clima de aversão ao risco travou o funcionamento habitual dos mercados interbancários, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante o ano, tendo a taxa a 3 meses subido 31 pontos base, para 1,01%; a taxa a 6 meses 23 pontos base para 1,227% e a taxa a 12 meses 26 pontos base para 1,507%. Os Bancos Centrais nos EUA e na AE mantiveram as suas medidas extraordinárias de cedência de liquidez.



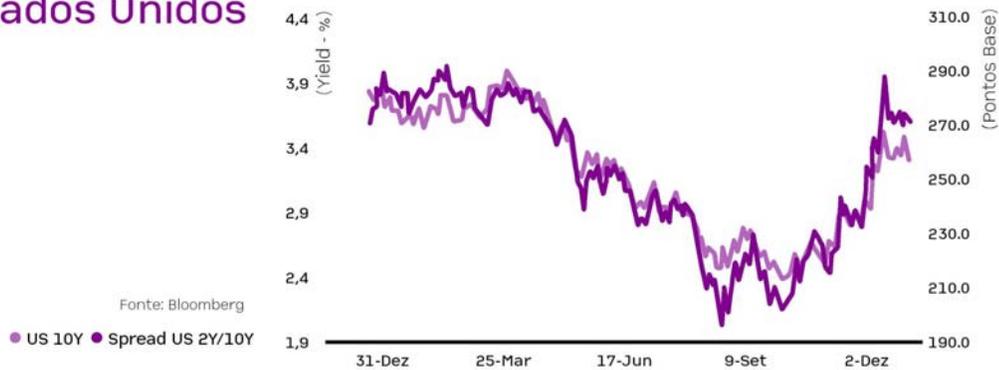
4.4 Mercado de Obrigações

O mercado de obrigações soberanas esteve no centro das atenções, principalmente no segundo semestre de 2010. Depois do resgate à Grécia ocorrido em Maio, rapidamente propagou o contágio a outros países periféricos da AE como a Espanha, Portugal e Irlanda, acabando esta última por necessitar também de uma intervenção de auxílio, a 28 de Novembro. As taxas de rentabilidade das

obrigações dos estados atingiram máximos históricos e os bancos centrais viram-se obrigados a intervir para acalmar os mercados secundários.

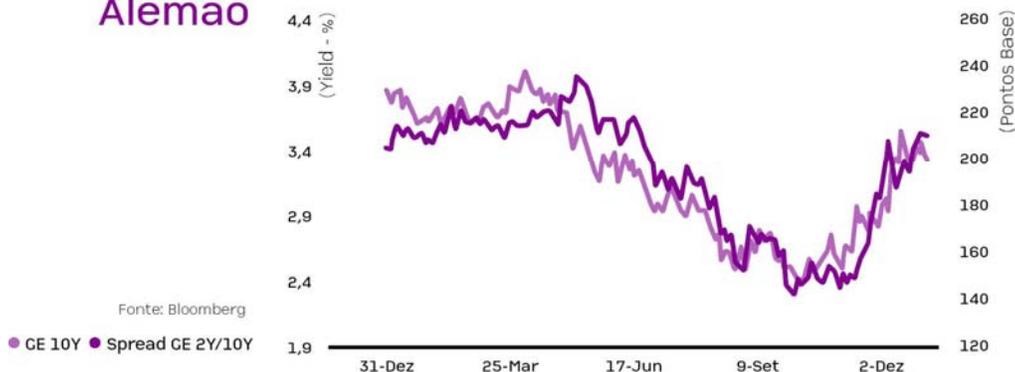
A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00–0,25% ao longo de todo o ano e anunciou a segunda ronda de “Quantitative Easing” (compra de até 600 mil milhões de dólares em títulos do Tesouro de longo prazo até o final do 2T11), a um ritmo de cerca de 75 mil milhões de dólares por mês. A taxa de rentabilidade das obrigações do Tesouro norte-americano para o prazo de dez anos caiu 54 pontos base, fixando-se em 3,29% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos diminuiu 91 pontos base.

Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos

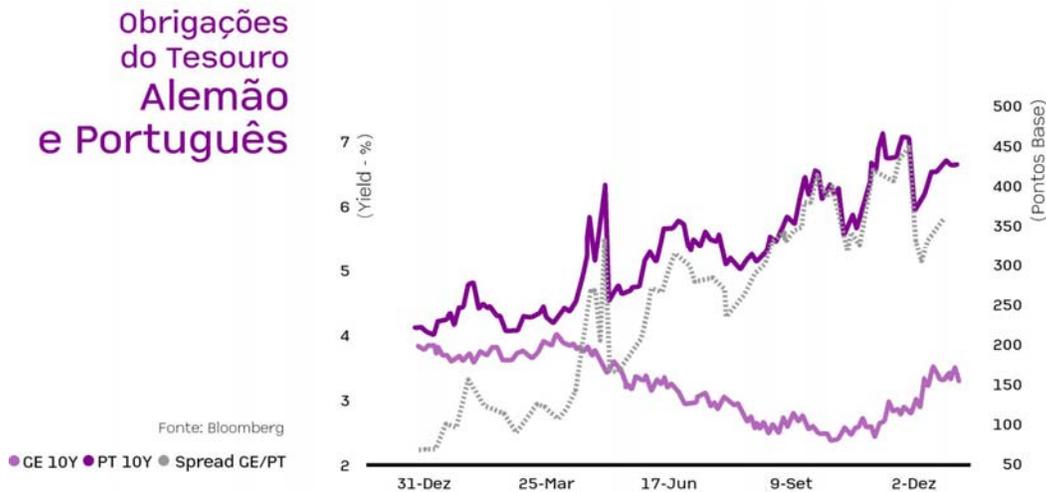


O Banco Central Europeu manteve a taxa de referência em mínimos históricos de 1%. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 2,96%, o que correspondeu a uma queda de 42 pontos base face a 2009. Ao contrário dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica diminuiu em 5 pontos base.

Obrigações do Tesouro Alemão



A dívida pública portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e Irlanda, e com o fraco desempenho orçamental, que obrigou o Governo à adopção de medidas adicionais para o cumprimento das metas oficiais. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã aumentou 296 pontos base. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2010 com uma taxa de rendibilidade de 6,6%, chegando a atingir máximos de 7% em Novembro.



4.5 Mercado de Acções

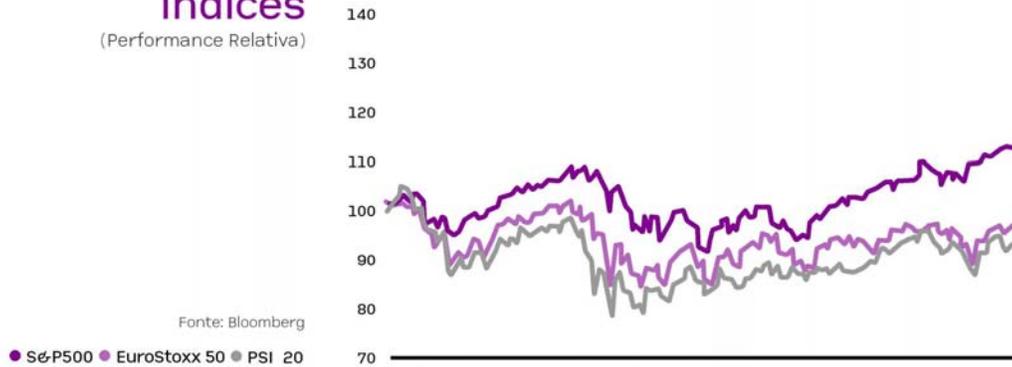
Os principais índices accionistas dos Estados Unidos registaram valorizações significativas em 2010. O Dow Jones, Nasdaq, e S&P registaram subidas anuais de 11%, 17% e 13%, respectivamente. O ano foi caracterizado por uma forte volatilidade e incerteza em relação à sustentabilidade de uma potencial recuperação económica. Contudo, os mercados financeiros beneficiaram da divulgação de resultados positivos da generalidade das empresas e da manutenção das medidas de estímulo orçamentais e monetárias. Neste contexto, é importante destacar o anúncio, no mês de Dezembro, de que o Presidente Norte-Americano, Barack Obama, e os líderes republicanos no Congresso concordaram em prolongar, por mais dois anos, os cortes de impostos iniciados no mandato do anterior Presidente George W. Bush. Nesse mês, o Dow Jones, Nasdaq e S&P subiram 5,2%, 6,2% e 6,5%, respectivamente.

Na Zona Euro, a generalidade dos índices europeus, com excepção da Alemanha, sofreu fortes desvalorizações. Os índices CAC40, IBEX e Euro Stoxx 50 registaram correcções de 3%, 17% e 6%, respectivamente. Os mercados accionistas foram penalizados pelos receios em relação às consequências da grave crise financeira e de dívida soberana que afectou vários países da Europa, entre os quais Portugal, e pela possibilidade de efeito de contágio a outros países europeus. Por sua vez, o DAX registou uma subida anual de 16%, reflectindo a forte expansão do PIB alemão (3,6%) em 2010, sobretudo impulsionado pelas exportações.

A nível nacional, o índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma desvalorização de 10%. A performance do PSI20 foi caracterizada por um nível de volatilidade elevada, com a desvalorização acumulada a Junho de 2010 a atingir 17%. As cotações das empresas do sector da construção foram as que sofreram maiores correcções, penalizadas pelas condições económicas e pela necessidade do Governo de reduzir significativamente os investimentos em obras públicas. A Martifer, a Mota-Engil e a Soares da Costa desvalorizaram mais de 55%. Por sua vez, o sector financeiro foi também bastante penalizado devido às fortes restrições em termos de acesso a financiamento por grosso e provável necessidade de reforço dos rácios de capital. O BCP, BES e BPI sofreram correcções de 31%, 37% e 35%, respectivamente. A Jerónimo Martins foi a empresa com o desempenho mais favorável em 2010, acumulando um ganho de 65,5%, beneficiando principalmente do bom desempenho da sua unidade polaca, que de forma regular superou as estimativas dos analistas, bem como da valorização do Zloty face ao euro.

Mercados Accionistas Índices

(Performance Relativa)



02

Actividade do Banif -
Banco Internacional
do Funchal, SA em 2010

02

Actividade do BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2010

1. Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2010, desenvolveu-se num contexto marcado por dois factores de ordem e grandeza distintos, embora ambos com implicações directas no desenvolvimento da actividade.

Por um lado, verificou-se um agravamento da conjuntura macro e micro-económica e, por outro lado, foram sentidas as consequências da catástrofe natural que assolou a Madeira em Fevereiro de 2010 e que, a nível regional agravou as consequências de tal conjuntura adversa.

Não obstante este enquadramento, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM), adaptou-se naturalmente à nova realidade do negócio bancário, procurando manter a evolução do negócio e a consolidação da sua posição de liderança no mercado regional.

Neste sentido, a DCRAM viu a sua base de Clientes crescer em 5.533 novos Clientes. Este aumento foi igualmente acompanhado pelo crescimento do número médio de produtos por Cliente de Retalho (de 2,6 em 2009 para 3,0 em 2010), materializando desta forma, a crescente fidelização dos tradicionais e dos novos Clientes ao Banco. De modo a reforçar esta estratégia, a DCRAM, envolvendo as suas três direcções RERAM (Rede de Agências), CERAM (Centro de Empresas) e CPIRAM (Centro Banif Privado), contribuiu activamente no processo de renovação da certificação de qualidade, quer dos produtos, quer dos serviços disponibilizados.

A rubrica “Recursos de Clientes”, evoluiu positivamente 8%, sobretudo devido à angariação de novos recursos junto do mercado da Emigração, fruto de um plano estruturado de deslocações à Venezuela, África do Sul e Reino Unido.

Por outro lado, o volume de crédito concedido a Clientes manteve-se praticamente inalterado, registando-se no final de 2010, uma ligeira redução de 0,3%, face a 2009.

Fruto da normal dinâmica do Banco e da própria evolução da actividade, a estrutura comercial do Banif foi alvo de algumas adaptações ao longo do ano. A este nível, destaca-se o facto das Equipas de Serviço ao Cliente do Centro de Empresas terem sido reorganizadas.

Com o objectivo de dinamizar a acção comercial e conforme anteriormente referido, foram realizadas viagens aos países de forte implementação da comunidade emigrante madeirense, nomeadamente Venezuela, África do Sul e Reino Unido, as quais foram complementadas com a realização do IX Encontro de Gerações, em Caracas, pelo patrocínio à Festa Luso Venezuela e ainda por alguns encontros, na Região, com emigrantes de elevado potencial.

Para a Rede de Retalho, foram desenhadas várias campanhas internas, destacando-se a campanha com os parceiros Zon Madeira e Toshiba, a Campanha com a ACIF – Associação Comércio e Indústria do Funchal e as campanhas com o Gabinete de Acesso ao Ensino Superior e com o Gabinete do Desporto Escolar.

Rubrica	Varição
Recursos	8,10%
Crédito	-0,30%
Base de Clientes Activos	-0,80%
Base de Clientes	2,40%

2. Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

Durante 2010, a actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores foi orientada para o cumprimento dos objectivos de negócio e para o reforço da posição de liderança do Banco na Região. O contexto económico adverso, que caracterizou o ano de 2010, impôs um reajustamento de estratégias e redefinição de prioridades.

É neste contexto que, ao nível da Gestão de Clientes, o Banif fechou o ano com um total de 4.565 contas abertas na Rede de Agências da RAA, com uma taxa de activação associada na ordem dos 82%. Manteve-se um elevado nível no que concerne o número médio de produtos por Cliente, com um rácio de 3,47.

No que respeita à carteira de Recursos de Balanço, conseguiu-se um crescimento líquido positivo de cerca de 1%, suportado, essencialmente, pela rubrica de Depósitos a Prazo, a qual neste ano, cresceu 5%. A Rede de Retalho teve um papel determinante na captação destes Recursos.

Em termos de Crédito por Desembolso, registou-se um crescimento positivo na ordem dos 5% face a 2009. Esta variação foi suportada, essencialmente, pelo crédito financeiro, quer de curto prazo (+13%), quer de médio e longo prazo (+9%), e, bem assim, pelo crédito imobiliário, o qual, no ano transacto, cresceu 3%. Apesar de todas as redes terem dado a sua contribuição para este crescimento, coube aos Centros de Empresas da RAA o papel de destaque em matéria de concessão de crédito.

Relativamente ao Crédito Imobiliário, acreditando que apenas através de uma lógica diferenciadora, baseada na qualidade de serviço e que vá de encontro às dinâmicas do mercado imobiliário, será possível dar corpo à aposta clara do Banco nesta área, a Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores inaugurou, no dia 16 de Abril de 2010, um espaço especializado em crédito à habitação - o Espaço Banif Habitação - dedicado especialmente aos mediadores imobiliários que passam a dispor de um único e exclusivo interlocutor. Este espaço assegura ainda toda a gestão decorrente dos processos de crédito imobiliário, desde a elaboração das propostas à produção de minutas para as escrituras.

Ao longo do ano, o Banco desenvolveu diversas parcerias locais para a dinamização do negócio. Foi realizada uma campanha com a ZON Açores e a TOSHIBA, com o objectivo de dinamizar a venda de um pacote de alta definição (TV+BOX), com recurso ao crédito Banif, no contexto das transmissões televisivas referentes ao campeonato do Mundo de Futebol da África do Sul. No início de Julho, foi assinado um protocolo de cooperação com a Atlânticoline (à semelhança do que aconteceu em 2006 com a SATA), de incentivo à utilização dos Cartões de Crédito do Banif. À semelhança de anos anteriores, foram ainda desenvolvidas parcerias junto de concessionários automóvel locais, com vista à comercialização de viaturas, através de financiamento Banif, agora realizado através do Banif Mais. No final do ano, a Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores dinamizou uma campanha própria destinada à captação de recursos.

No início do mês de Dezembro, foi realizada uma visita às ilhas Bermudas pelo gestor de emigração da Agência Matriz e pela Responsável pelo Escritório de Fall River nos EUA, com o objectivo de aprofundar a presença do Banif neste arquipélago, apresentando o Banco como parceiro privilegiado dos clientes açorianos lá emigrados. Finalmente, o Banco disponibilizou aos seus Clientes residentes no estrangeiro, a possibilidade de envio de um cabaz de Natal aos seus familiares e amigos residentes nos Açores.

No dia 26 de Maio de 2010, o Banif celebrou um protocolo de colaboração institucional com o Governo Regional dos Açores, denominado Linha de Crédito Açores Empresas II, que visava assegurar o financiamento às empresas junto das quais os Municípios ou Empresas Municipais registavam dívidas.

Rubrica	Varição
Recursos	1,1%
Crédito	5,4%
Base de Clientes Activos	-0,8%
Base de Clientes	3,8%

3. Actividade Comercial no Continente

3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

O ano de 2010 continuou a reflectir a conjuntura económico-financeira adversa que marcou o ano de 2009, com consequências directas na deterioração da carteira de crédito. Adicionalmente, as pressões internacionais sentidas ao nível da dívida soberana tiveram implicações no acesso ao financiamento internacional. Neste contexto, a DEP focou a sua actividade quer na consolidação do negócio de bom risco, quer na captação e manutenção de recursos de Clientes.

O abrandamento da actividade económica e o aumento dos custos de financiamento levaram à adopção de políticas de crédito progressivamente mais restritivas, através da aplicação de critérios de risco prudenciais, rigorosos e selectivos. Tendo sempre presente a solidez do negócio, os níveis de liquidez e os rácios de solvabilidade do Banco, a DEP utilizou o *pricing* do crédito e dos recursos como ferramenta de gestão, recorrendo, nomeadamente, ao *repricing* de operações de crédito. Conseguiu-se assim, apesar do aumento dos custos de financiamento, uma melhoria de 1,41% na margem financeira do crédito, que ascendeu a 3,75% em 2010. Por forma a garantir um acompanhamento estrito e sempre actualizado dos Clientes e dos respectivos negócios, antecipando, nomeadamente, situações de incumprimento, definiu-se em 2010 uma política de visitas trimestrais. Ainda neste âmbito, destaca-se o funcionamento dos Comités de Vigilância, que têm sido um importante instrumento na efectivação deste controlo.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, prosseguiu-se a política de controlo anteriormente implementada, continuando-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio. No segmento de empresas, a DEP encerrou o ano com 20 Centros de Empresas e 45 Gestores. No segmento de particulares, apostou-se na área de institucionais como estratégia para aumento da capacidade de captação e diversificação de recursos. Pretendeu-se, assim, assegurar uma gestão de liquidez activa, com os recursos de Clientes a representarem uma fonte crescente de financiamento. O segmento privado encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente a 2009, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 206 milhões de euros (+20%), tendo atingido o montante de 1.246 milhões de euros no final de 2010. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 36 milhões de euros (+1%), ascendendo o valor respectivo a 3.656 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 2% face ao final ao ano anterior. Esta variação, relacionada com o agravamento da conjuntura económica e, consequentemente, com a

deterioração da carteira de crédito, reflecte o aumento das situações de incumprimento e verificou-se maioritariamente no segmento de empresas.

Rubrica	Varição homóloga 2010/2009
Recursos Balanço	20%
Crédito	1%
Base de Clientes Activos	-2%
Base de Clientes	3,3%

Actividade do Núcleo de Factoring

Em 2010, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em 33% e 5%, respectivamente, atingindo, no final de 2010, 594 milhões de euros e 172 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 69%, relativamente ao ano anterior, atingindo 7,1 milhões de euros. Para esta variação, o contributo da margem financeira foi determinante, com um incremento de 108% face ao ano de 2009. As comissões e margem financeira ascenderam a 1,5 milhões de euros e 5,6 milhões de euros, respectivamente.

O sector de construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (78% em 2010), seguido da actividade extractiva e do comércio por grosso, com 5% e 4%, respectivamente.

3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA), canalizou o esforço comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo - particulares, pequenas empresas e profissionais liberais - aumentando a carteira de Clientes activos.

A DRA continua a ser o canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de

recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos. Uma atitude de venda multiproducto continua a ser a estratégia seguida na abordagem comercial.

Em 2010, iniciou-se um processo gradual de racionalização de algumas Agências, adaptando alguns quadros de pessoal à dimensão da actividade, tendo em vista incrementar a produtividade por empregado.

O processo de racionalização conduziu ao encerramento de 5 Agências, de pequena dimensão, em situações nas quais a existência de outras unidades de negócios próximas permitiram a realocação dos Clientes sem qualquer perda de qualidade no serviço prestado.

Simultaneamente, continuou o programa de expansão, com a abertura de 11 novos postos de venda, dos quais 6 com um empregado apenas, em parceria com Juntas de Freguesia e Mediadores da Açoreana.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 273 Agências e um rácio de 3,91 empregados por Balcão, um dos mais baixos da Banca Portuguesa.

Durante 2010, a DRA continuou com o “Programa de Gestão de Clientes” que, apesar da conjuntura desfavorável, teve resultados muito satisfatórios: cerca de 59.000 novos Clientes captados, nos quais foram colocados 126.000 produtos e terminando o ano com quase 300.000 Clientes activos, a evidenciarem um rácio de 3,29 produtos por Cliente activo.

Ao longo do ano, manteve-se o reforço dos 3 grandes projectos estruturantes iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários; representando uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e Gestores de Negócio dedicados, instalados em Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano de 2010 com 52 Gestores de Negócios, aumentando em 8 o número existente no final de 2009;
- Os Promotores *Assurfinance*, rede de promotores de negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócios para as Agências, atingindo já o número de 369 Promotores com código atribuído;
- As Agências Associadas; considerando que das 11 Agências abertas em 2010, 9 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. Quanto aos serviços prestados e produtos vendidos são agências iguais às demais e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard.

Comparando os finais de 2009 e 2010, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de +11%, tendo atingido o montante total de 2.932 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 3.016 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de +5%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +6%.

Assinala-se ainda o forte crescimento das Comissões geradas na DRA, que atingiram mais de 59 milhões de euros, representando um crescimento de 27%, face a 2009.

Rubrica	Varição 2009/2010
Recursos	11%
Crédito	5%
Base de Clientes Activos	9%
Base de Clientes	10%

4. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

4.1 Actividade de Call Center e Banca Electrónica

Banca Telefónica

Alinhada com a estratégia comercial definida pelo Banco, a DRD, na sua vertente “outbound”, realizou, no decorrer de 2010, cerca de 1.630.000 chamadas, valor que representa um crescimento superior a 60% relativamente a 2009.

No período em análise decorreram duas campanhas de crédito pessoal pré-concedido, as quais permitiram alcançar uma taxa de subscrição (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) que se situou nos 82%, em linha com o valor apurado no ano de 2009. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre não clientes resultaram numa taxa de subscrição que ascendeu aos 40%, registando-se, assim, um acréscimo de 12 p.p. face ao ano anterior.

Ao nível da captação de recursos, foram concretizadas diversas iniciativas comerciais, tendo sido atingida uma taxa de subscrição na ordem dos 93% similar à taxa conseguida em 2009.

No âmbito do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes e em articulação com a DME, incrementaram-se os inquéritos de satisfação. De igual modo, concretizaram-se campanhas dirigidas à promoção/colocação de produtos específicos tais como activação de cartões e Banif Triplus.

Destacam-se ainda as iniciativas dirigidas aos Clientes Banif Mais, cujos objectivos visaram a domiciliação de pagamentos e a abertura de contas. Em termos absolutos, obtiveram-se um total de 263 domiciliações e registou-se a abertura de 340 novas contas.

No que concerne ao núcleo de "Contact Center", o número de chamadas atendidas na Linha Banif sofreu uma quebra de 18% face a 2009.

O Banif encerrou o ano mantendo a liderança no domínio da banca comercial relativamente à avaliação da qualidade de serviço no atendimento realizada por entidade externa, resultados que traduzem uma forte aposta na qualidade.

Na componente de recuperação de crédito não contenciosa, foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação: Crédito Pessoal - 85%, crédito imobiliário e recuperação de juros e descobertos D0 das Contas Gestão de Tesouraria - 87%. Nos últimos 6 meses de 2010, com a adopção do novo modelo de recuperação, a DRD iniciou, também, o acompanhamento comercial sobre outro tipo de responsabilidades, nas quais se registaram as seguintes taxas de regularização: contas correntes caucionadas 86%, letras e livranças 93%, descobertos contas à ordem 33% e cartões 59%.

Banca Electrónica

Ao longo do ano 2010 foram desenvolvidas e disponibilizadas várias soluções que contribuíram de uma forma significativa para o contínuo crescimento da utilização do serviço e para o aumento da fidelização dos Clientes. Estas acções permitiram, ainda, enquadrar o Banif@st com as melhores práticas do mercado.

Destas soluções, destacamos as novas funcionalidades de Compra e Venda de Acções, de Subscrição e Resgate de Fundos e, bem assim, a subscrição do envio do Extracto Integrado por e-mail.

Relativamente às operações de Bolsa e Fundos, permitiram não só fechar o leque de funcionalidades consideradas prioritárias para a prestação de um serviço de Qualidade, mas também conquistar um novo segmento de Utilizadores frequentes com perfil para este tipo de transacções.

Quanto ao envio do Extracto Integrado por e-mail, possibilitou a simplificação do acesso à informação e a redução do tempo de disponibilização da mesma. Através desta opção os Clientes podem, ainda, solicitar o cancelamento da produção e do envio do extracto físico por correio. Esta facilidade vai de encontro aos objectivos do Banco no que respeita à sua política de responsabilidade social, designadamente na sua vertente ambiental.

Dando continuidade a uma das principais preocupações dos últimos anos, foram desenvolvidas diversas acções no sentido de reforçar a segurança na utilização do serviço Banif@st.

Neste sentido, o Banco investiu fortemente na optimização dos processos de monitorização das operações, na prevenção através de comunicação atempada e actualizada das ameaças conhecidas e também na dissuasão, através da disponibilização de um novo sistema para validação das operações que envolvem a saída de fundos. Este sistema tem vindo a ser implementado de forma gradual junto dos Clientes utilizadores frequentes e os seus resultados têm sido bastante satisfatórios. Desta forma e apesar das ameaças serem cada vez mais sofisticadas e frequentes, tem sido possível reduzir o seu impacto no funcionamento normal do serviço.

Analisando os resultados quantitativos, 77% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st. Destes, 19% utilizam regularmente o serviço, com particular incidência no canal Internet.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 17% face a 2009, o que resultou, igualmente, num aumento de 17% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em sintonia com os crescimentos verificados, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 10%, em 2010, mesmo considerando a eliminação de algumas comissões.

Na contratação de aplicações a prazo, destaca-se o crescimento verificado nos produtos de Poupança, na sequência do alargamento do número de produtos disponibilizados pelo Banco através da “Soluções Poupança”. Em 2010, o montante total de contratações cresceu 71% face a 2009. A par destes valores, o reforço de poupanças através da banca electrónica teve também um aumento significativo de 88%.

4.2 Canais Agenciados

A Direcção de Canais Agenciados (DCA), enquanto Direcção responsável pela coordenação de toda a actividade dos Promotores Externos, continuou, durante o ano de 2010, a evidenciar-se, na estrutura comercial do Banco, como um importante canal de angariação de negócio, nomeadamente na colocação de produtos de crédito considerado estratégico e na captação de recursos. Salienta-se ainda uma intervenção muito positiva dos Promotores Externos na angariação de novos clientes, continuando, tal como em anos anteriores, a contribuir para o assinalável êxito das diversas campanhas que pretendem promover o crescimento sustentado da base de clientes do Banco.

Em 2010, num contexto particularmente difícil, a Direcção de Canais Agenciados, em linha com a estratégia comercial do Banco, orientou a sua acção para as vertentes de negócio definidas como prioritárias – a captação de recursos de novos Clientes.

Esta estratégia resultou num crescimento significativo dos recursos captados através da Rede de Canais Agenciados, determinando uma variação positiva de 44% face ao ano anterior e uma carteira, no final do ano, com um valor próximo dos 155 milhões de euros.

Relativamente à angariação de novos clientes, o contributo dos Promotores Externos, veio confirmar, não só o potencial desta rede, mas também o êxito das políticas e práticas adoptadas no relacionamento com os mesmos. A realização, ao longo do ano, de campanhas regulares expressamente dirigidas à captação de

contas e recursos, permitiram uma elevada taxa de sucesso, traduzida num crescimento de 15% em novas contas relativamente a 2009, ano em que a tendência tinha sido de sinal contrário.

No que respeita ao crédito estratégico, apesar dos constrangimentos resultantes de uma política de forte contenção e grande rigor impostas para o ano de 2010, o volume de crédito contratado atingiu um valor de 110 milhões de euros, ainda assim, inferior em 25% ao verificado em 2009, sobretudo por força de uma acentuada baixa na contratação de crédito imobiliário de “Não Residentes”, onde se verificou uma quebra de cerca de 33% relativamente ao ano anterior.

Analisada numa perspectiva de negócio global, considerando a colocação de produtos de crédito estratégico e captação de recursos, a performance da Rede de Canais Agenciados, representa, para o período em análise, um volume de negócio contratado superior a 260 milhões de euros, fruto da actividade desenvolvida por 1.346 promotores (845 promotores comerciais, 152 mediadores imobiliários e 369 promotores *Assurfinance*).

Salienta-se, ainda, o desempenho da Rede *Assurfinance*, vocacionada para a venda de produtos bancários através dos mediadores de seguros agentes da Companhia de Seguros Açoreana, com 38 milhões de euros de negócio contratado, valor correspondente a um crescimento de 65% em comparação com o ano anterior, além de um contributo significativo na angariação de novos clientes, com um crescimento de 62% no mesmo período.

Pelos resultados apresentados, a Rede de Canais Agenciados consolida a sua posição como um importante canal de negócio, face ao valor do seu contributo para o cumprimento dos objectivos do Banco.

4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

Relativamente à actividade de gestão de Terminais de Pagamento Automático, no final de 2010 existia um total de 6745 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um acréscimo de aproximadamente 30% face aos equipamentos registados no ano de 2009. Os proveitos obtidos pelos TPA cifraram-se nos 288 milhares de euros, devido à substituição massiva de equipamentos fixos por móveis, a qual decorre das solicitações do mercado e de imperativos técnicos impostos pela SIBS sobre os novos equipamentos a instalar (PCI compliance).

Relativamente aos Caixas Automáticos, em 2010 o Banif continuou a política de limitar o número de instalações destes equipamentos “fora de loja”, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos Caixas Automáticos existentes e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano de 2010, o número de Caixas Automáticos existentes era de 570, o que representou um acréscimo de 5% face ao número destes equipamentos no final de 2009. Os proveitos obtidos pelos CAs cifraram-se nos 3,534 milhares de euros.

4.4 Protocolos e *Cross-Selling*

A actividade de *Cross-Selling* do Banif – Grupo Financeiro durante o ano de 2010 caracterizou-se pela adopção de políticas de Produto com enfoque no Cliente que possibilitaram às Redes Comerciais do Banif atribuir especial ênfase à venda cruzada, através da qual se promoveu uma crescente fidelização dos Clientes ao Grupo Financeiro Banif.

No final de 2010, a carteira de produtos de *Cross-Selling* representava 12% da carteira de produtos detidos pelos Clientes Banif. Tomando em consideração a variação líquida de produtos registada entre 2010 e o ano anterior, o contributo dos produtos de *Cross-Selling* foi de 26%.

Em termos de desempenho, os indicadores mais relevantes centram-se na colocação com êxito de 3 Emissões Obrigacionistas na base de Clientes do Banif, num montante global de 110 milhões de euros. Os Seguros Não-Financeiros foram outro dos produtos em destaque, com uma variação homóloga de +7% e os PPR, com 22,3 milhões de euros colocados, correspondentes a uma variação positiva de 10% face ao ano anterior, merece igualmente uma referência positiva.

Os Protocolos Comerciais, continuaram a representar uma importante ferramenta para a captação de Clientes pelo Banco, destacando-se em particular os chamados Protocolos Ordenado.

Adicionalmente, os Protocolos desempenham um importante papel na fidelização da base de clientes já existente, designadamente, através da domiciliação de ordenados, intrínseca aos Protocolos com mais expressão, e da oferta integrada e direccionada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas.

Neste contexto, os resultados obtidos em 2010 foram apreciáveis, traduzindo-se, por exemplo, num número médio de 4,4 produtos em cada Cliente beneficiário de Protocolos, 26% acima do rácio médio verificado no universo de Clientes, que foi de 3,27 por Cliente.

Nos Protocolos foram angariados cerca de 7.500 novos Clientes durante o exercício de 2010, número esse que corresponde a cerca de 11% do total de Clientes angariados pelo Banco, durante o mesmo período.

4.5 Marketing Estratégico

No decorrer do ano de 2010, a DME desenvolveu e concluiu um conjunto de projectos e iniciativas com significativo impacto na actuação comercial das unidades de negócio, contribuindo, desta forma, para uma maior eficiência das mesmas e para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Clientes.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio, destacam-se as seguintes realizações:

- Disponibilização de uma nova versão da Aplicação de Gestão de Oportunidades comerciais – GOP;

- Desenvolvimento do Dossier do Cliente, funcionalidade que permite ter uma visão integrada e completa do Cliente no Banif - Grupo Financeiro;
- Integração do Call-Center no GOP, passo determinante para garantir a perfeita interação entre os diferentes canais do Banco, assegurando, desta forma, uma superior qualidade de serviço ao Cliente;
- Desenvolvimento de uma Aplicação especificamente vocacionada para monitorização exhaustiva da Rentabilidade e Produtividade das unidades de negócio, designada de RP;
- Lançamento, no SIC, de um novo módulo de informação de gestão vocacionado para a monitorização de sinais de alerta de Clientes, informação particularmente relevante para o apoio à tomada de decisões de carácter preventivo na gestão da relação com Clientes;
- Alargamento da Aplicação de *Workflow* da Área de Empresas – GEPC - à Direcção de Executivo de Operações (DEO). Com o finalizar destes desenvolvimentos, ficam integrados os seguintes processos:
- Propositura de Crédito pelas Equipas de Serviço ao Cliente;
- Análise de Risco de Crédito pelos Analistas de Crédito;
- Decisão de Crédito pelos Escalões de Decisão e Poderes Unipessoais;
- Pedido de formalização à DEO.

Na área do planeamento e estratégia de marketing destacam-se as seguintes actividades:

- Produção de diversos estudos de benchmarking regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfólio de produtos e serviços do Banco face ao mercado;
- Análise sistematizada das campanhas da concorrência e desenvolvimento do Boletim Semanal da Concorrência;
- Análise estratégica do mercado, com particular enfoque para a exploração dos segmentos Universitário, *Business*, Sénior e Mulher;
- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;
- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;

- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Gestão estratégica e operacional do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, com propostas de alteração em comissões consideradas relevantes para a actividade do banco;
- Gestão permanente do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes particulares e empresas do Banco (inquéritos), estabelecimento de objectivos anuais para os principais indicadores de desempenho do inquérito à satisfação dos clientes de retalho, introdução de novos inquéritos de satisfação dos clientes (CCT, cartões em estado inactivo e atendimento telefónico das redes comerciais), alteração da metodologia na realização dos inquéritos relativos aos produtos considerados estratégicos (passagem a periodicidade mensal) e desenvolvimento do Manual Operativo da Monitorização da Qualidade de Serviço;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de Mystery Shopping, no âmbito do projecto da "Qualidade de Serviço" das Agências Banif, assim como relativa aos Mystery Calls (call-center);
- Dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com as Direcções Comerciais, Direcções de Produto e Direcção de Marketing e Comunicação;
- Dinamização do Comité de Benchmarking e Inovação, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuiram, directa ou indirectamente, para reflexão interna no desenvolvimento de novas propostas de valor;
- Dinamização do portal do Marketing Estratégico, que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza alguns conteúdos de interesse para as redes comerciais e centrais: novidades, notícias de natureza económico-financeira, informação útil sobre o catálogo de produtos de retalho e produtos / campanhas do Banco em destaque;
- Realização de acções de formação, no âmbito da Formação Vestibular do Banif, nos módulos "Segmentação, Produtos e *Cross-Selling*" e "Ferramentas Comerciais".

Foram ainda desenvolvidas iniciativas em articulação com outras entidades do Banif - Grupo Financeiro, designadamente:

- Participação no projecto "Reforço de *Cross-Selling*", no âmbito do Comité de Particulares do Banif – Grupo Financeiro;
- Elaboração mensal dos relatórios da actividade do BCN e da área automóvel do Grupo Banif;

- Participação no projecto de integração do leasing mobiliário não-estratégico e leasing imobiliário no Banif, em estreita articulação com a Banif CO, DCOE e DOO;
- Participação no projecto “Oferta de Produtos e Serviços”, no âmbito do Comité de Empresas do Banif – Grupo Financeiro;
- Exploração de sinergias comerciais com o Banco Mais, designadamente na definição de uma campanha permanente de captação de clientes para o Banif.

5. Produtos de Crédito e de Poupança

5.1 Crédito Imobiliário

A Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI) é o órgão do Banco responsável pela gestão e desenvolvimento dos produtos destinados ao financiamento da aquisição de habitação e espaços comerciais, bem como ao financiamento destinado ao desenvolvimento de projectos imobiliários.

No ano de 2010 o sector da construção evoluiu de forma desfavorável, sendo marcado por uma forte retracção da procura, que se traduziu numa quebra dos preços e consequente esmagamento das margens, e pela retracção da dinâmica de novos projectos, traduzida na redução do número de pedidos de novos licenciamentos.

Esta conjuntura, que se agudizou no segundo semestre, marcou toda a actividade da DCRI, que se viu obrigada a monitorizar de forma sistemática as carteiras e o mercado, com o objectivo de identificar tendências, antecipar possíveis situações de incumprimento, adaptar a oferta às necessidades dos Clientes e à manutenção da qualidade creditícia.

Exemplos do acima referido foram a reformulação da oferta de financiamento à aquisição de habitação pelo Segmento de Não Residentes e o alargamento da oferta dos produtos de Crédito Fomento à Construção, com a introdução de financiamentos destinados ao arrendamento ou exploração.

Apesar dos condicionalismos externos, a carteira de crédito imobiliário (crédito habitação e espaços comerciais), incluindo os créditos securitizados, cresceu 4%, atingindo no final de 2010 um valor de 3.345 milhões de euros (Continente: 2.194 milhões de euros; Madeira: 488 milhões de euros e Açores: 663 milhões de euros), o que representa um aumento de 129 milhões de euros face ao final de Dezembro de 2009. Tal facto permitiu ao Banif manter a sua quota de mercado neste produto (2,95%) e registar uma quota na produção de 3,63%, superior à da carteira.

A produção realizada atingiu um valor de 363 milhões de euros, com um *spread* médio de 1,97%, o que teve um reflexo positivo no *spread* médio da carteira, que atingiu um valor de 1,07% (face a 0,94% em Dezembro de 2009).

Em termos de *originação*, a rede comercial do Banco representou 70% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 30% da produção em 2010.

Relativamente ao crédito a Não Residentes, a carteira em 2010 aumentou 10% face ao ano anterior. No entanto, a produção nova neste segmento em 2010 teve um decréscimo de 44% face a 2009.

5.2 Crédito ao Consumo

Cartões de Pagamento

Durante o ano 2010, a Direcção de Meios de Pagamento centrou a sua actividade no processo de migração da carteira de cartões de crédito para a operativa própria implementada no Banco, e na mudança de centro autorizador dos cartões de débito, processos que concluiu com êxito, tornando o Banco totalmente autónomo em todos os domínios da gestão do produto cartão – débito e crédito. Não obstante este processo de natureza operacional, o Banco continuou a dar primazia à sua aposta no aumento da qualidade de serviço aos Clientes, com o lançamento de novos produtos ou iniciativas, entre os quais, se destacam:

- Cartões Hello Kitty para Não Clientes: Foi lançado o Cartão de Crédito Hello Kitty para não Clientes, através do qual se pretendeu atingir um novo segmento de mercado, alargando o âmbito deste produto já fortemente implantado na base de Clientes do Banif.

- Programa de Fidelização para Cartões de Crédito Hello Kitty: Foi lançado no segundo semestre um programa de fidelização para os Cartões de Crédito Hello Kitty, dirigido a Clientes e a não Clientes. Este programa teve por objectivo a fidelização destes cartões e teve por base de cálculo a acumulação de pontos que se traduz num posterior desconto na compra de artigos com a marca Hello Kitty.

- Cartões Contactless: O piloto do Cartão Contactless, iniciado no primeiro semestre de 2010, que teve por objectivo apresentar a inovadora solução de pagamentos contactless paywave a consumidores e comerciantes na zona de Lisboa, terminou no segundo semestre de 2010.

No que respeita à carteira, o Banif registou, face ao final de 2009, um decréscimo global da carteira de Cartões de -3,33%, justificado pelo facto da carteira de Cartões de Crédito ainda residente na Unicre ter migrado na sua totalidade no 2º semestre de 2010 para o Banco. Esta migração teve por consequência directa a normalização da carteira de Cartões de Crédito, eliminando todos os cartões inactivos da base (cartões sem transaccionar há mais de 3 meses), do que resultou a sua redução de 91.763 cartões no final de 2009 para 66.892 cartões no final de 2010. Em Cartões de Débito, o Banif registou um ligeiro aumento em 2010, traduzido numa variação de 4,68% face ao ano anterior.

	2010	2009	Variação %
Cartões de Crédito	66.892	91.763	-28,67%
Cartões de Débito	310.312	296.430	4,68%
Total de Cartões	377.204	390.202	-3,33%

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões de Débito do Banif fixaram-se nos 8,07 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 21,88% face ao ano anterior. Destaca-se a rubrica de comissões, na qual se verificou um aumento de 15,60%.

Os proveitos relativos à actividade de cartões de Crédito do Banif fixaram-se nos 9,78 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 5,96% face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se pela normalização da carteira de cartões de Crédito decorrente da migração ocorrida no segundo semestre de 2010. Não obstante a redução dos proveitos directos, em termos globais, verificou-se um aumento em 15,70% na rubrica de comissões, obtidas com cartões de crédito, face ao ano anterior.

Crédito Pessoal

No período em referência, procedeu-se à revisão do preçário praticado nos produtos de Crédito Pessoal, no que concerne à tipologia de taxa de juro praticada, permitindo aos Clientes a contratação de taxa de juro fixa. Neste âmbito, implementou-se a Campanha de Crédito Pessoal *Revolving*, com a oferta simultânea de upgrade de montantes de crédito e nova taxa de juro, a Clientes com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento.

Continuaram a realizar-se acções de Crédito Pessoal Pré-Concedido a Clientes com envolvimento e experiência de crédito com o Banif, visando o alargamento da carteira de Crédito Pessoal com Clientes de bom risco.

O lançamento de novos produtos – Crédito Pessoal Arte, Crédito Pessoal Mais Ambiente, Crédito Pessoal Multimédia e Crédito Pessoal Prestígio - bem como a adesão ao Protocolo com o Estado Português para financiamento da aquisição de equipamentos solares térmicos em condições vantajosas, contribuíram para a expansão da oferta de crédito ao consumo com finalidades pré-definidas.

A carteira de Crédito Pessoal fechou o ano com 53.112 contratos e um saldo de 318,6 milhões de euros de crédito (-2,84% face ao final do ano anterior).

Procedeu-se ainda a alterações significativas na forma de divulgação e contratação do Crédito Pessoal, em conformidade com os novos requisitos legais que enquadram o Crédito ao Consumo, reforçando, significativamente a informação prestada ao consumidor nas fases pré contratual, contratual e pós contratual.

5.3 Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

Relativamente aos produtos de concessão de crédito a Pequenos Negócios através da Rede de Retalho, desenvolveu-se, em 2010, uma oferta sectorial atractiva e relevante, apostando na captação de clientes, gerando, simultaneamente, mecanismos de fidelização e sustentabilidade da relação, suportada por diversas iniciativas de dinamização comercial.

Deste modo, a partir da oferta de pacotes de produtos e serviços do Grupo, específicos para pequenas empresas e empresários em sectores de actividade económica considerados estratégicos, desenvolveram-se as Soluções Business: Turismo e Saúde e Bem-Estar.

De igual forma e com o intuito de se flexibilizar a oferta associada ao segmento de Pequenos Negócios, promoveu-se o lançamento de um novo produto: o Crédito Investimento Agrícola. Este produto destina-se a apoiar empresas que actuem essencialmente no sector primário, através do financiamento de investimentos em explorações agrícolas (aquisição de terrenos, projectos de modernização, diversificação e reconversão de explorações) e de projectos relacionados com actividades de produção animal, explorações florestais, caça e pesca.

Estas novas ofertas sectoriais constituem, assim, um instrumento para alavancar a captação de negócio, nomeadamente de forma a satisfazer as necessidades muito específicas dos diversos sectores, através de uma oferta agregada de produtos e serviços.

A carteira de crédito, composta pelas diversas soluções que integram a oferta da Conta de Gestão de Tesouraria, registou um decréscimo de 3% face ao ano anterior, cifrando-se em 295 milhões de euros. Não obstante, verificou-se um aumento do número de contratos em Carteira, num total de 334, que corresponde a um incremento de 1,75% do número de contratos face ao ano anterior. No que respeita ao comissionamento directamente gerado pelas Contas de Gestão de Tesouraria, o aumento foi de 37%, face a 2009, totalizando 2,6 milhões de euros.

No que respeita aos recursos associados à Conta de Gestão de Tesouraria, registou-se um acréscimo de 9% relativamente ao final de 2009, atingindo-se o valor de 44 milhões de euros no final de 2010.

5.4 Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

No âmbito da gestão da carteira de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes Particulares, assistiu-se, em 2010, à reestruturação global da oferta de contas de Depósito à Ordem e ao lançamento de novas Soluções de Poupança.

Atendendo a critérios específicos para segmentação dos Clientes, foram desenvolvidos dois novos produtos de Depósito à Ordem – as contas *Plus* e *Platinum*, as quais, a par do ajustamento de outros produtos em carteira, permitiram criar uma carteira completa, com características específicas e adequadas a Clientes *mass-market*, *affluent* e *private*.

Com o intuito de continuar a incentivar a poupança das famílias, foram lançados no segundo semestre, o Depósito a Prazo comemorativo do Dia Mundial da Poupança e a campanha Soluções de Poupança, esta última suportada na comercialização de novos Depósitos a Prazo com estrutura de taxa de juro crescente e numa ampla divulgação nos meios de comunicação.

No que concerne à dinamização de produtos de passivo para o segmento jovem, implementaram-se várias iniciativas de dinamização da Conta Nova Ceração, nomeadamente, campanhas de captação de novos clientes no Dia Mundial da Criança e de Contas Poupança no período de Natal.

No seguimento da integração do Banco Mais no Banif – Grupo Financeiro, e com o intuito de tirar partido de sinergias entre as duas Empresas, o Banif lançou ainda uma campanha de dinamização de captação de novos Clientes, suportada na atribuição de condições promocionais aos clientes daquela instituição na abertura de conta e domiciliação de vencimentos e de débitos directos.

6. Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de Dezembro de 2010, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, atingiu 374,7 milhões de euros dos quais 334,3 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos.

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no exercício de 2010, ascenderam a 257,7 milhões de euros (face a 166,9 milhões de euros no ano anterior, o que se traduz num acréscimo de 54%), dos quais 100,4 milhões de euros provenientes das redes de “Retalho”, 152,9 milhões de euros das redes de “Empresas” e 4,3 milhões de euros das redes de “Private”.

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 127,4 milhões de euros e na reformulação de créditos num montante total de 22,9 milhões de euros. Estas rubricas registaram um incremento de, respectivamente, 61% e 101%, face ao ano anterior, em que atingiram 79,0 e 11,4 milhões de euros.

No decorrer de 2010 concluiu-se a operacionalização dos modelos de recuperação de crédito resultantes da transformação que se havia iniciado anteriormente nesta área, e que contemplava, designadamente:

- O reforço do modelo de recuperação de créditos, processos e ferramentas na antecipação e gestão de sinais de alerta;
- A introdução de prazos mais reduzidos na actuação inicial e na tramitação dos Clientes em incumprimento entre as diferentes fases de recuperação - acompanhamento comercial, recuperação negocial e recuperação judicial;
- A revisão das atribuições, responsabilidades e procedimentos na gestão do crédito vencido;
- A conclusão da reestruturação das estruturas centralizadas de recuperação e o redimensionamento dos recursos afectos às mesmas;
- O reforço das atribuições e competências da função “Recuperador de Crédito”, centralizando nesta função a responsabilidade por garantir a liderança da totalidade do processo de recuperação relativamente aos Clientes transferidos para DRC;
- O alargamento do recurso à externalização de actividades no âmbito da recuperação negocial e judicial, tendo em vista uma maior flexibilidade / eficiência no ajustamento da capacidade de resposta à evolução do crédito vencido e promover uma maior abertura no acesso às “melhores práticas” de mercado;
- A melhoria das aplicações e ferramentas de suporte à gestão do crédito vencido.

O Modelo de Recuperação de Crédito aplicável ao segmento “Retail” encontra-se implementado. No contexto das acções desenvolvidas em 2010, salientam-se:

- O reforço e estabilização das estruturas afectas a este segmento;
- A redução do prazo na transferência dos Clientes em situação de incumprimento para recuperação central.

No que concerne ao Modelo de Recuperação de Crédito de “Empresas”, este foi objecto de um conjunto de ajustamentos importantes em 2010, do qual se destacam:

- A redução gradual dos prazos na transferência dos Clientes para recuperação central, bem como na subsequente definição e operacionalização da estratégia na sua recuperação;

- A introdução de uma abordagem especializada na gestão dos Clientes em processo de insolvência, que promove uma abordagem fortemente proactiva no acompanhamento dos Clientes com maior potencial de recuperação.

Foram ainda concretizadas melhorias importantes ao nível dos processos, ferramentas e meios na gestão dos Clientes com sinais de alertas e crédito vencido, em que se destacam as seguintes iniciativas:

- A formalização e entrada em funcionamento de um novo sistema de sinais de alerta, suportado numa aplicação que permite a monitorização e gestão dos Clientes nessa situação em tempo real;
- O desenvolvimento de um módulo de informação de gestão especializado para apoio ao acompanhamento do desempenho na gestão do crédito vencido;
- A entrada em funcionamento de uma nova aplicação para suporte à gestão processual de crédito vencido.

A evolução verificada traduziu-se em ganhos de eficiência e controlo no desempenho dos processos de recuperação, não obstante o enquadramento macro-económico adverso.

7. Actividade Financeira

O ano de 2010 foi marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Nestas circunstâncias, assistiu-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE com um ligeiro decréscimo nos últimos meses do ano e também a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os Lucros de Operações Financeiras em 2010 somaram 2,8 milhões de euros, contra 4,5 milhões de euros em 2009, menos 1,7 milhões de euros. A principal causa na diminuição registada decorreu dos Resultados

de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 7,8 milhões de euros, justificados principalmente pelas desvalorizações das Obrigações de Tesouro, em consequência das avaliações negativas do *rating* da Republica Portuguesa. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda contribuíram positivamente para a formação dos Lucros de Operações Financeiras, principalmente em resultado da alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Alienação de Outros Activos foram contabilizados 2,3 milhões de euros, e em Resultados de Reavaliação Cambial 0,8 milhões de euros, que comparam com -8,6 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente, registados em 2009.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante 2010. Os problemas surgidos na Grécia e na Irlanda, e a necessidade do cumprimento das metas do défice orçamental no âmbito da UE, obrigaram à adopção de um pacote de medidas, entre elas, a criação de um Fundo de Estabilização Financeiro Europeu no montante de 500 milhões de euros e o compromisso, por parte dos Estados Membros, da tomada de medidas necessárias à consolidação fiscal.

Por seu turno, a divulgação de que o crescimento económico nos Estados Unidos da América, em 2009, se situou nos 2,2%, a publicação de indicadores económicos apontando para uma recuperação económica moderada e as posteriores projecções de revisão em alta do crescimento mundial não foram suficientes para criar estabilidade nos mercados financeiros.

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25%, e o BCE nos 1%. De salientar que o BCE foi obrigado a repor algumas medidas extraordinárias, para além de promover a compra de dívida pública da Zona Euro, a fim de restaurar a confiança dos mercados, afectada pelas crises grega e irlandesa.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, cotando-se nos 1,3362 no final de Dezembro de 2010.

A envolvente anteriormente mencionada foi um factor conducente à não obtenção de resultados significativos nas operações cambiais do Banco, que ascenderam, no final de 2010, a um valor de 783 milhares de euros, contra os 1,8 milhões de euros obtidos em 2009.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação permanente desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi conseguida através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2010, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e em as aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE, existente na carteira no final de 2010, ascendia a 3 mil milhões de euros, com um valor total líquido de “haircuts” no montante de 1,9 mil milhões de euros, contra 1,8 mil milhões de euros e 1,15 mil milhões de euros, respectivamente, em 2009. Refira-se que, durante o corrente ano e com o objectivo de reforçar os activos elegíveis, foi estruturada uma nova operação de Titularização de Crédito Pessoal e Automóvel do Banif, Banif Co e Banif Mais, no montante de 390 milhões de euros, finalizada em Julho de 2010, e uma operação de Titularização de Crédito Hipotecário, no montante de 500 milhões de euros, que foi finalizada em Novembro de 2010.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2010 as principais agências de *rating* procederam ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa (2 notas). Apesar de considerarem que Portugal não foi dos países da UE mais afectados pela crise económica global, as agências centram as suas atenções nas fracas perspectivas de recuperação económica e no elevado *déficit* orçamental. Mesmo depois de conhecidas as medidas anunciadas no Pacto de Estabilidade Económica, as Agências de Rating ainda mantêm a sua atenção sobre o potencial impacto negativo da envolvente macroeconómica global no nível das finanças públicas, desemprego e fraco desempenho da economia portuguesa no médio prazo.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curtos prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A, foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo prazo	Curto prazo	Outlook
Moody's (14/07/2010)	Baa3	P-3	Negativo
Fitch (08/11/2010)	BBB-	F3	Negativo

8. Actividade Internacional

A actividade internacional do Banif – Grupo Financeiro continuou a centrar-se em consolidar a sua presença estratégica em mercados com potencial de negócios e de desenvolvimento de sinergias para o Grupo no seu todo, destacando-se a presença no Brasil, EUA, Malta, Espanha, Reino Unido e em Hong Kong, esta última iniciada em Novembro de 2009.

Paralelamente, deu-se seguimento à aposta em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial a proveniente da Madeira e Açores) tem uma forte presença, como sejam os Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Ainda de destacar a aposta em mercados com relações de negócio com países de expressão portuguesa como Cabo Verde, porta de entrada para o Grupo no continente africano.

Por fim, destaca-se ainda a aposta nos mercados da Hungria, Eslováquia e Polónia, onde o Banif - Grupo Financeiro passou a dispor de uma presença significativa, após a integração do Grupo Tecnicrédito.

Durante o ano de 2010, assistiu-se a uma crescente dificuldade por parte dos bancos portugueses no acesso aos mercados interbancários e financeiros internacionais, em resultado das preocupações relacionadas com a dívida soberana e dos continuados constrangimentos de financiamento e liquidez a nível internacional. Os investidores estrangeiros receiam que os Governos dos países europeus, especialmente dos países periféricos, não consigam cumprir as suas metas orçamentais, nem melhorar as suas perspectivas económicas.

Apesar do contexto actual, o Banif continuou a contar com uma regular relação de negócios com as suas contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera (embora com volumes mais reduzidos e no curto prazo) nos mercados cambiais e monetário. O Banco tem contado ainda com o apoio dos seus bancos parceiros, realizando, numa base regular, operações comerciais, nomeadamente, pagamentos, remessas, Cartas de Crédito, prestação de Garantias e de Comércio Exterior.

O Banif conta actualmente com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e de 35 contas directas de correspondentes (Nostro e Vostro).

Em termos de negócio internacional, durante o ano de 2010 e apesar de políticas creditícias mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco *corporate* português e brasileiro.

O Banif tem ainda concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance* e no apoio às empresas portuguesas, através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Neste sentido, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de Comércio Exterior (importação e exportação) destinados a apoiar os seus Clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional. Em 2010, o Banif apresentou um incremento ligeiro neste tipo de operações, com especial ênfase nas operações de importação (créditos documentários e financiamentos).

Para apoiar a sua actividade de *Trade Finance*, o Banco conta também com linhas comerciais dos seus bancos correspondentes, na Europa e EUA, numa base *funded e unfunded*.

Para além do *Trade Finance*, o Banco tem também apoiado a expansão do negócio dos seus Clientes no estrangeiro através da coordenação entre a área internacional e as estruturas do Banif – Grupo Financeiro, no exterior.

No Reino Unido, durante o ano de 2010, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos Clientes da Sucursal, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (*Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Banking e Pure Trade Finance*), particulares (*Private Banking* e negócios com a Emigração), com ênfase para Clientes com origem e/ou com relações de negócios em países nos quais o Banif – Grupo Financeiro está presente, e ainda no Real *Estate* com foco para negócios em *Property Finance*, com local developers e com clientes residentes naquele país com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

O Banif – Grupo Financeiro conta com presença física internacional em 17 países e 5 Continentes, tendo, durante o ano de 2010, apostado no reforço e incremento de negócio através das suas estruturas no exterior, nomeadamente através do aumento da actividade e ganhos de *market share* em mercados onde já tem presença e na expansão através das novas aquisições/incorporações entretanto concluídas no decorrer do exercício.

9. Comunicação e Imagem

No ano de 2010, a Direcção de Marketing e Comunicação (DMC) deu continuidade a um dos seus principais objectivos estratégicos – a consolidação da Marca –, numa perspectiva de manutenção dos índices de notoriedade, aspecto essencial numa fase *pós-rebranding*.

Como corolário desta aposta estratégica, a marca “Banif” valorizou em 2010.

De acordo com resultados publicados no início do corrente ano, pelo segundo ano consecutivo, o Banif integra o “Global 500 Banking Brands Index”, um ranking de empresas do sector financeiro, elaborado pela Brand Finance e publicado pela “The Banker Magazine”, que posiciona a marca “Banif” entre as 400 mais valiosas do mundo, ocupando a 389ª posição, depois de, no ano anterior, ter ocupado a 493.ª posição, sendo o Grupo Financeiro que mais subiu, das 5 instituições financeiras nacionais presentes no ranking.

A marca “Banif” atingiu, durante o ano passado, um valor (*brand value*) de 185 milhões de dólares (135 milhões de euros), mais 107 milhões de dólares do que no ano anterior.

Ainda no contexto de valorização da marca, uma referência para o estudo “Top Portuguese League Table”, elaborado igualmente pela Brand Finance e divulgado também este ano, onde o Banif é a 25ª marca nacional mais valiosa, no ranking das 40 marcas nacionais mais valiosas, tendo atingido, durante o ano

passado, um valor (*brand value*) de 135 milhões de euros, mais 78 milhões de euros do que no ano anterior. Neste ranking, o Banif ultrapassou reconhecidas marcas nacionais.

Ainda em termos de marca, destaque para a implementação do projecto Brand Center, que constitui uma ferramenta digital fundamental, que permite disponibilizar a marca de forma transparente, normalizada e facilitadora, junto dos vários utilizadores.

Na área dos eventos, a DMC organizou, em conjunto com o Banco de Investimento, o Ciclo de Seminários "Invest Day", destinados a Clientes Private e que tiveram como principal objectivo o esclarecimento sobre produtos e serviços financeiros, tendências e perspectivas de investimento.

Destaque ainda para a participação no SISAB - Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-Alimentar, que decorreu no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, certame exclusivamente dedicado à promoção de produtos e marcas portuguesas junto de empresários portugueses, a maioria dos quais residentes no estrangeiro.

O Golfe voltou a fazer parte dos principais eventos organizados pelo Banco, este ano em parceria com outras empresas do Banif – Grupo Financeiro. Os torneios dos Campos de Golfe do Santo da Serra e do Porto Santo, na Madeira, da Batalha, nos Açores e do Ocean Course de Vale do Lobo, no Algarve, contribuíram, mais uma vez, para um melhor e mais estreito contacto com os Clientes da instituição.

No âmbito do acompanhamento do crescimento orgânico do Banco – 11 novas Agências -, foram desenvolvidas acções locais inovadoras, no sentido de criar uma ligação de grande proximidade junto das comunidades envolventes.

Atentos às exigências dos Clientes, e à necessidade permanente de inovação, segmentação e diferenciação dos produtos e serviços, nomeadamente com o objectivo de fidelização e captação de Clientes e de recursos, procedeu-se ao lançamento de várias campanhas promocionais, salientando-se a campanha Soluções Poupança, que contou com uma divulgação *mass* mediática, e a do Cartão de Crédito Hello Kitty para não Clientes. Refira-se que o Banif e a Hello Kitty associaram-se, com esta campanha, à Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Sul e doaram 5 euros da anuidade de cada cartão para o Programa de Prevenção do Cancro da Mama.

Ainda no âmbito das Campanhas Publicitárias, destaque para as da Poupança Banif, do Crédito Pessoal, dos Créditos Multimédia, Soluções Emigrante, Soluções Business Saúde e Bem-estar, e Turismo, as Campanhas Nova Geração Natal e Especial Dia Mundial da Criança e ainda para a Campanha de parceria com a 'Atlântico Line', empresa de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, através da qual os Clientes aderentes, ao comprarem os bilhetes com um cartão de crédito Banif, beneficiam da duplicação dos pontos convertíveis em milhas marítimas.

Procedeu-se à execução do Relatório e Contas de 2009 do Banif, em versão bilingue.

No que respeita à política de patrocínios, o Banco deu continuidade à sua estratégia de apoio às actividades desportivas, com especial enfoque nos patrocínios do Club Sport Marítimo e do Clube Desportivo Nacional, bem como ao Nike Camp, um campo de férias para jovens dos 7 aos 16 anos, que proporcionou uma experiência única a alguns jovens, oferecendo 10 inscrições a alunos integrados no Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Especial) do Ministério da Educação, que tem como objectivo promover o sucesso educativo de alunos integrados em meios particularmente desfavorecidos, com prioridade para as escolas com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar.

A selecção dos participantes oriundos destas escolas foi da responsabilidade do Ministério da Educação e teve como base a sua performance escolar.

Tal como nos anos anteriores, o Banco apoiou, no final do ano, 14 Instituições de Solidariedade Social, das quais 4 da Região Autónoma dos Açores e 4 da Região Autónoma da Madeira, distribuindo, nesta acção específica, 70.000 euros.

Ainda neste âmbito, o Banco patrocinou, pela quarta vez consecutiva, as Meias Maratonas de Lisboa e de Portugal, que constituem uma referência no panorama dos eventos desportivos realizados no nosso país.

Em termos de Responsabilidade Social Empresarial, destaque para a Campanha de Solidariedade para com as vítimas do temporal que assolou a Madeira, a 20 de Fevereiro de 2010. Para o efeito, o Banif disponibilizou, logo no dia do temporal, uma conta bancária com o objectivo de apoiar as vítimas da tragédia e lançou, posteriormente, linhas de crédito especiais destinadas a apoiar a população afectada. A DMC, desenvolveu um conjunto de acções de comunicação interna e externa que permitiram divulgar a conta, tornando mais eficaz o esforço de angariação das verbas para apoio à reconstrução. Neste contexto, foi ainda patrocinador do Concerto de encerramento da campanha RTP “Juntos pela Madeira”, que teve lugar no Funchal.

Refira-se ainda o apoio, pelo quinto ano consecutivo, da Corrida da Mulher “Lisboa a Mulher e a Vida”, prova organizada pelo Maratona Clube de Portugal e que contou com a participação de cerca de 15.000 mulheres, destinando-se a verba angariada à aquisição de aparelhos de rastreio do cancro da mama, bem como o patrocínio, através da Associação Nacional do Desporto para Deficientes Intelectuais, ao atleta Lenine Cunha, recordista nacional e mundial em várias modalidades de atletismo adaptado.

No âmbito da sua associação à Cultura, deu continuidade à parceria estabelecida com a Casa da América Latina, a qual tem por objectivo estimular a edição e leitura em Portugal de obras de autores latino-americanos, distinguindo anualmente uma vertente da literatura. Após a distinção da melhor tradução, em 2009, o Prémio de Literatura Casa da América Latina / Banif distinguiu, em 2010, a melhor Criação Literária.

De uma forma mais abrangente, o Banif – Grupo Financeiro decidiu incorporar o Desenvolvimento Sustentável como uma componente estratégica e transversal a todas as suas actividades. O Banif é parte integrante de uma estrutura criada para a gestão da sustentabilidade ao nível do Grupo Financeiro.

A integração da sustentabilidade no core business do Banco foi incrementada com o aprofundamento do estudo dos riscos ambientais da carteira de crédito e a análise da implementação dos Princípios do Equador na modalidade de Project Finance.

Ao nível do Banif, foi ainda implementado um projecto de recolha de telemóveis usados, em parceria com a AMI – Assistência Médica Internacional, no âmbito de um projecto do Banif – Grupo Financeiro com vista ao combate à pobreza e à protecção ambiental.

No que se refere especificamente à Área de Sustentabilidade destaca-se o 1º Projecto de Voluntariado para o Banif, iniciativa desenvolvida em parceria entre as Direcções de Recursos Humanos e Marketing e Comunicação, que teve início no 4º trimestre de 2010 e que incide em duas áreas: “literacia financeira”, em colaboração com a Associação Junior Achievement, e “ambiente”, em colaboração com a Agência Cascais Natura. Neste âmbito, foi definida a identidade do projecto – VAMOS - Valores Mais humanos – e construído um micro-site que funciona como peça central da comunicação interna.

Em parceria com o Clube Banif, esta área desenvolveu ainda um projecto de apoio à Campanha Pobreza Zero, da OIKOS - InEvents. Foi criada a Conta Pobreza Zero, para angariação de fundos para a Campanha, foi efectuado um donativo e foi implementada uma recolha de bens para a população carenciada do Bairro dos Navegadores, em Oeiras.

Relativamente ao site, foram actualizadas e desenvolvidas novas áreas, por forma acompanhar todas as campanhas desenvolvidas pelo Banif, acções e novos produtos disponibilizados e promovidos junto dos Clientes e utilizadores deste canal de comunicação. Foi, igualmente, efectuada a actualização da área institucional e de relação com os investidores.

De registar os bons resultados em termos de Desempenho e Disponibilidade do site Banif relativamente a alguns dos principais *players* do mercado. O Banif.pt encontra-se entre as 30 páginas nacionais de referência, monitorizadas, semanalmente, pela empresa MarketWare, posicionando habitualmente no top10 em ambas as vertentes.

Nos canais específicos da Madeira e dos Açores, além da actualização contínua dos conteúdos específicos para cada Região, prosseguiu-se à interacção com todos os seus utilizadores, promovendo-se passatempos e outras iniciativas de valor acrescentado.

No canal Atrium Banif, dedicado à apresentação de parcerias vantajosas para Clientes e conteúdos de lazer não financeiros, desenvolveram-se novas áreas de conteúdo e fortaleceram-se as parcerias já existentes.

Ainda no ano de 2010, através das redes sociais Facebook e Twitter, o Banif chegou a cerca de 2.000 pessoas e instituições, revelando-se esta presença uma boa aposta enquanto canal de comunicação e interacção com Clientes e utilizadores.

10. Recursos Humanos

O plano de acção do Banif, em termos de Recursos Humanos compreendeu as actividades de recrutamento e selecção, a movimentação de pessoal no interior do Banco, a gestão administrativa, as relações laborais e a formação.

No que respeita aos quadros de pessoal, no final do ano existiam 2.669 empregados, mais 13 do que na mesma data do ano transacto, variação que se traduz em 202 admissões e 189 saídas. A idade média dos empregados manteve-se aproximadamente no mesmo nível (39 anos) e a formação superior nos mesmos 49%.

Durante o ano 2010, o Plano de Formação deu realce à elaboração de novos cursos *e-Learning* para disponibilização na plataforma "EVOLUIR", tais como, Crédito Pessoal – Instruções e Procedimentos, *Compliance*, Crédito Imobiliário e SGO – Sistema de Gestão da Qualidade. Foi também iniciado o desenvolvimento dos cursos de Cartões e CGT – Conta Gestão Tesouraria, com conclusão prevista no primeiro trimestre de 2011. Durante o ano 2010, mantiveram-se os cursos já anteriormente lançados, nomeadamente, Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, Banif4Client – Standards de Atendimento, Crédito Pessoal e a formação obrigatória decorrente da legislação e normativo das entidades supervisoras.

A formação desenvolvida contemplou ainda algumas acções de relevo, como sejam, o desenvolvimento de dois ciclos de formação de Gestores Comerciais, em Lisboa e Porto, e acções de formação no SNC – Sistema de Normalização Contabilística. A formação "ValoresCentauro", desenvolvida pelos Recursos Humanos Corporativos, abordou os domínios da Cultura e Valores do Grupo e envolveu todo o universo de empregados do Banco e do Grupo, num total de 659 acções. Participaram nestas acções cerca de 2700 empregados do Banif.

No total, foram realizadas 80.759 horas de formação, o que equivale a 30 horas de formação por empregado. Estes valores demonstram um aumento de 28.131 horas no total (10 horas por empregado), relativamente a 2009. Esta evolução deve-se, em grande parte, ao incremento da formação interna no Banco, particularmente a formação via *e-learning*.

Ainda durante o ano de 2010, foi renovada a Acreditação da Formação pela Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP), nas três vertentes em que o Banif está acreditado: Concepção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos; Organização e promoção de intervenções ou actividades formativas e Desenvolvimento/ execução de intervenções ou actividades formativas.

No âmbito da certificação da qualidade pela NORMA ISO 9001:2008 foi efectuada uma revisão da Norma da Formação, na qual foram revistos os conceitos de organização do Plano de Formação, das Modalidades e Avaliação da Formação. Foram ainda integrados os procedimentos para a gestão de formação *e-Learning* e simplificados alguns impressos.

No âmbito da monitorização bienal do clima organizacional no Banco, foi lançado um novo estudo de Análise de Satisfação no Trabalho 2010, que obteve a maior participação de sempre, 85,3%, uma taxa 10,3% acima do estudo de 2008. Em termos de resultados, manteve-se o Índice de Satisfação Geral com 62,2% e uma melhoria da Top Of Mind Question (resposta à questão “Considerando todos os aspectos, como se sente como Colaborador da sua Empresa?”) para 72,2%, um resultado 4% acima do último estudo realizado.

Com a criação do Prémio Comendador Horácio Roque, em substituição do Prémio Dignitas, e o seu alargamento a todo o Banif – Grupo Financeiro, o Banif atribuiu o prémio aos 14 empregados que mais se distinguiram pelo seu desempenho e conduta na vivência dos ValoresCentauro.

11. Operativa e Tecnologia

Durante o ano de 2010, ao nível das infra-estruturas tecnológicas, foi colocado especial enfoque no estudo de viabilidade técnica e financeira de evolução do actual sistema central do Banif para ambiente mainframe e sistema operativo Z OS. Igual atenção mereceu a componente de ergonomia, normalização e simplificação da utilização dos postos de trabalho, através da implementação de uma solução de *single sign-on* para os balcões do Banif.

Ao longo deste período, para além do suporte à actividade, manteve-se a aposta no reforço qualitativo das condições infraestruturais de suporte, na melhoria global dos níveis de serviço e da disponibilidade das aplicações.

Neste âmbito, merecem referência as seguintes realizações:

Estudo de viabilidade da migração para sistema mainframe Z OS, incluindo a definição da respectiva arquitectura e modelo de suporte;

Reforço da capacidade de processamento do sistema central, com a aquisição e instalação de processadores e memória adicionais, melhorando a performance e a capacidade de resposta ao crescimento vegetativo dos sistemas de informação;

Renovação da rede de comunicações do edifício Solmar (RAA), reforçando a estabilidade, qualidade e performance da infra-estrutura de voz e dados;

Alargamento da abrangência do Plano de Continuidade de Operações do Banif à Sala de Mercados e à Direcção de Rede Directa, reforçando, por essa via, a capacidade do Banco responder face a situações de desastre;

Normalização dos postos de trabalho dos balcões e edifícios centrais do Banif, incluindo a respectiva actualização de sistema operativo, como forma de aumentar a ergonomia, a produtividade e o nível de desempenho – em curso;

Estudo e implementação de uma solução de *single sign-on* para os balcões do Banif, reforçando a ergonomia, segurança e a facilidade de utilização das aplicações disponíveis nos postos de trabalho;

Análise, definição e implementação das linhas de evolução do correio electrónico do Banif, com a instalação de uma nova infra-estrutura de suporte e migração de utilizadores – em curso;

Reforço da abrangência das ferramentas de monitorização de sistemas e redes, permitindo desta forma reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências;

Alargamento do horário de funcionamento da Banca Electrónica, passando a mesma a estar disponível 24 horas por dia, reforçando a proximidade do Banif aos seus Clientes;

Lançamento do projecto de reestruturação da infra-estrutura de suporte à Banca Electrónica do Banif e aos sites do Grupo, disponibilizando novos patamares de qualidade de serviço, reforçando a capacidade de resposta, estabilidade e performance ao dispor – em curso;

Lançamento do projecto de reestruturação da infra-estrutura intermédia de armazenamento e espaço em disco, destinada a suportar o crescimento vegetativo dos servidores distribuídos (Windows e Linux) – em curso.

Durante o período foram realizados os testes semestrais à efectividade do Plano de Continuidade de Operações do Banif, envolvendo as direcções DRA, DGRAM, DCRAA, DEO, D00, DGR e DAI, com elementos em todos os edifícios centrais e em cinco agências do Continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira e três equipas técnicas (BanifServ, IBM e PT). No 2º semestre do ano, com a conclusão dos respectivos projectos, foram igualmente envolvidos nos testes a DF e a DRD.

Como habitualmente, foram igualmente realizados os testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Em 2010, num contexto de contenção, a actividade da Direcção de Organização e Qualidade focalizou-se na racionalização e melhoria dos processos, excelência do serviço prestado ao Cliente, enquadramento legal e regulamentar, redução de custos e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Com base nas orientações estratégicas, executou-se um vasto plano de acção, composto por 106 actividades e projectos, dos quais, 61 foram concluídos e 45 continuaram em curso para além do final do ano.

Destaca-se, pela sua relevância e impacto, a concordância dos seguintes projectos:

Reestruturação dos processos de Recuperação de Crédito Vencido, criando condições para antecipação da intervenção do Banco junto dos Clientes que revelem sinais de dificuldades futuras na solvência das suas responsabilidades, visando uma maior eficácia no acompanhamento dos activos em curso;

Adaptação ao novo Sistema de Informação da Central de Responsabilidades de Crédito, em cumprimento e conformidade com as alterações ocorridas no âmbito da actividade;

Adesão do Banco aos pagamentos transfronteiriços, com a utilização do veículo Sistema de Débitos Directos no Espaço Europeu (SEPA-SDD);

Racionalização das Notas de Lançamento emitidas, reflectindo o empenhamento na redução de custos dos processos operativos.

No final do 4.º trimestre de 2010, continuaram ainda em curso, numa fase adiantada, os trabalhos de análise e optimização de processos nos Serviços Centrais, a reengenharia do processo de arquivo documental do Banco e a optimização do front office com o objectivo de alcançar ganhos de eficácia e eficiência na concretização de operações.

Numa óptica de melhoria contínua da Qualidade percebida pelo Cliente, durante o período em análise foi sistematicamente monitorizado e melhorado o Sistema de Gestão da Qualidade do Banif, obteve-se a renovação da Certificação dos processos anteriormente certificados e a extensão da Certificação à Conta de Gestão de Tesouraria e aos processos de atendimento nos Centros de Empresas e Banif Privado, aumentando o número de processos e produtos do Banco que já se encontram Certificados.

No que diz respeito à execução, propriamente dita, das operações que consubstanciam a actividade do Banif, desenvolvida pela Direcção do Executivo de Operações (DEO) o volume de operações manteve-se, apesar de um ligeiro decréscimo com maior expressão nas operações documentarias e valores mobiliários, que foi compensado com o crescimento verificado nas operações de crédito pessoal, contas gestão de tesouraria, crédito à habitação e limites de descoberto.

No início de 2010, a DEO deu continuidade ao projecto de integração/racionalização ainda decorrente da integração do BBKA, com a externalização da Tesouraria de Ponta Delgada, centralização do processamento de todas as operações de crédito em Lisboa e transferência da operativa de cartões para a DMP.

Ainda no que se refere a medidas tomadas durante o exercício de 2010, destaca-se a intervenção nas operações de securitização de crédito imobiliário e pessoal, cuja preparação decorreu em colaboração com o Banco de Investimento e os auditores externos, a colocação em outsourcing dos processos de crédito à habitação da RAA e recuperação dos seguros de vida para cumprimento dos requisitos exigidos pela nova legislação.

No âmbito dos projectos, merecem ainda referência, a correcção da base de dados, a recuperação de colaterais, a recuperação de bonificações e os procedimentos para adesão à SEPA (Single Euro Payments Área), na vertente transferências a crédito.

No decorrer do ano procedeu-se ainda ao levantamento de alguns processos operativos que permitiram identificar e remediar algumas deficiências, exercício que contribuiu para reduzir o risco operacional na actividade do Banco.

Visando uma racionalização de custos a DEO, reduziu o seu quadro de pessoal, promoveu a colocação em outsourcing dos processos físicos de crédito à habitação e abertura de conta D.O., implementou a digitalização dos principais documentos da maioria das operações, permitindo a sua consulta de uma forma organizada por todos os órgãos do Banco, e eliminou listagens que não tinham utilidade.

12. Gestão dos Riscos da Actividade

A gestão dos riscos no Banco assenta na identificação, análise e monitorização da exposição aos diversos riscos da actividade, em função da sua relevância e materialidade (risco de crédito, liquidez, mercado, estrutural e operacional, entre outros) e no controlo e adopção de estratégias e políticas que asseguram a prevenção e mitigação dos mesmos, mantendo-os dentro dos limites previamente estabelecidos.

As políticas adoptadas para cada um dos principais riscos identificados são da competência da Comissão Executiva, sendo definidas e revistas sempre que tal se justifique, permitindo o desenvolvimento de acções preventivas, por forma a salvaguardar a solvabilidade e a sustentabilidade da instituição numa lógica de longo prazo.

A função de gestão dos riscos é exercida de forma independente das restantes áreas funcionais que os geram, estando, porém, todas as áreas do Banco conscientes da sua responsabilidade nesta matéria.

As acções desenvolvidas no âmbito da elaboração de informação prudencial vieram, também, contribuir para a melhoria dos sistemas de informação, promovendo um benefício adicional para a gestão e controlo dos riscos da actividade.

Para além da vertente de divulgação externa, em 2010 consolidou-se o trabalho desenvolvido no ano anterior, tendo-se procedido a uma revisão e ampliação dos indicadores e das análises que compõem a informação de gestão periodicamente produzida para efeitos de reporte interno, possibilitando uma visão

mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte dos órgãos de gestão. A informação produzida permite, regularmente, uma avaliação do desempenho dos principais riscos, do seu enquadramento nos limites definidos e, bem assim, o desenvolvimento de acções que levam à correcção ou mitigação dos riscos identificados.

O Banif, enquanto entidade relevante integrada num Grupo Financeiro, beneficia de um conjunto de instrumentos de gestão, de carácter transversal, desenvolvidos no âmbito consolidado.

Testes de Esforço

A realização e a análise dos resultados dos Testes de Esforço são actividades que se revestem de especial interesse, designadamente em situações inesperadas e de anormal funcionamento dos mercados em que as Instituições operam, tal como sucede actualmente. Nestes casos, apresentam a virtude de poder alertar para eventuais situações de risco que possam ter impactos relevantes nas condições financeiras do Banco, propiciando a definição de planos de contingência e um adequado apoio à tomada de decisão, mais adequados a situações extremas.

A actual conjuntura económica e financeira tem naturais impactos no processo de definição de testes, não só ao nível da escolha dos eventos a simular como ao nível das magnitudes definidas, representando eventos extremos mas plausíveis ao nível de variáveis que podem afectar a actividade, avaliando-se o seu impacto, quer ao nível dos fundos próprios, quer ao nível dos resultados.

Adequação de Capital Interno (ICAAP)

O Banif dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – Modelo de *Risk Taking Capacity* – que garante a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro, sem afectar a sua solvabilidade, respeitando os objectivos estratégicos definidos.

O modelo existente considera os principais riscos da actividade, dos quais se salienta o risco de crédito, risco de liquidez, risco cambial, risco operacional, sistemas de informação, *compliance* e reputacional.

Na aferição dos recursos financeiros existentes, são consideradas duas perspectivas que se complementam: a perspectiva da gestão corrente e a perspectiva da liquidação. Estas perspectivas agrupam e hierarquizam as diferentes componentes de capital que se encontram disponíveis para fazer face a diferentes cenários de perdas, respectivas severidades e consequentes impactos na solvabilidade.

No processo de determinação do Risk Taking Capacity os diferentes recursos financeiros são classificados de acordo com a sua acessibilidade, liquidez, utilização e respectiva repercussão no mercado (efeito reputacional), protecção dos accionistas e elegibilidade por parte das Entidades de Supervisão.

O modelo de Risk Taking Capacity assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por níveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

Os recursos financeiros disponíveis são agregados em quatro níveis de segurança e quantificando-se a contribuição de cada um para o nível de capital interno.

Após a quantificação dos riscos e recursos financeiros disponíveis, o Banif desenvolve um conjunto de acções de adequação de capital interno, nomeadamente a alocação de capital económico pelas suas diversas áreas de negócio.

A análise efectuada à adequação do capital tem demonstrado que os fundos próprios do Banco se apresentam suficientes para fazer face aos riscos incorridos.

12.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A gestão e monitorização do risco de crédito desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes, definidos no Manual de Crédito do Banco, o qual apresenta um conjunto de normas de aplicação genérica, complementado por normas específicas e regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e das suas redes de comercialização, assim como regras para preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos Clientes.

No decurso do exercício e no seguimento da política de qualidade e eficiência sobre as quais o Banco se rege, todos os regulamentos de crédito aplicáveis às áreas de negócio foram actualizados.

12.1.1 Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banif assenta no acompanhamento permanente das carteiras de crédito, atendendo aos objectivos qualitativos estabelecidos anualmente. Neste contexto, a gestão avalia, de forma continuada, se os vectores de risco definidos se mantêm consistentes com a estratégia definida para o crédito.

As actividades assumidas pela gestão definem objectivos em termos de:

Notação de risco da carteira;

Concentração de exposições, em termos geográficos, sectoriais e de grandes riscos;
Reforço de segurança das operações, através de garantias;

monitorizando-as para avaliar se se mantêm alinhadas, ao longo do exercício, com as políticas definidas.

Por outro lado, o Banco tem prosseguido o desenvolvimento de projectos no âmbito da modelização de factores de risco e actualização de sistemas internos de notação de risco que têm evidenciado uma capacidade adequada no que concerne à identificação e predição do risco de crédito.

O Banif dispõe de um Sistema de Gestão de Alertas, que permite a toda a estrutura comercial conhecer quais os Clientes e/ou operações que evidenciam indícios de incumprimento, definidos em alertas moderados, graves e muito graves, que permitem e, em alguns casos, determinam o desencadear de acções de mitigação preventivas, por forma a antecipar situações de incumprimento, designadamente reduzir responsabilidades, reforçar garantias ou manter uma vigilância mais próxima.

Para as exposições de maior montante, são efectuados regularmente Comitês de Vigilância de Crédito, onde têm assento diversos órgãos com valências distintas, contribuindo com uma abordagem integrada no processo de acompanhamento, designadamente, responsáveis das áreas de risco, recuperação de créditos, jurídica e comercial, que orientam as acções a desencadear para uma recuperação extrajudicial mais eficiente.

Sistemas Internos de Notação de Risco

Considerando as particularidades da carteira de crédito do Banco, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos Clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações, quer qualitativas quer quantitativas.

Os sistemas internos de notação de risco subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmentos	Momento da Utilização	
	Concessão	Acompanhamento
Retalho		
Crédito à Habitação	<i>Scoring</i> de concessão CH	<i>Scoring</i> comportamental CH
Crédito Pessoal	<i>Scoring</i> de concessão CP	<i>Scoring</i> comportamental CP
Pequenos Negócios	<i>Scoring</i> de concessão PN	<i>Scoring</i> comportamental PN
Cartões de Crédito	<i>Scoring</i> de concessão CC	-
Empresas		
PME's	<i>Rating</i> de PME's	

Modelos Internos de Scoring – Admissão e Comportamental

Os modelos de Scoring de Concessão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (Probability of Default – PD), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito de retalho ao longo da sua vida útil, através do comportamento, irregular ou não, das operações com mais de um ano de vida e do respectivo mutuário.

Neste domínio, o Banco tem vindo a proceder à monitorização e actualização, quando necessária, dos modelos preditivos de risco, apoiando nestes instrumentos a sua decisão sobre as operações de crédito.

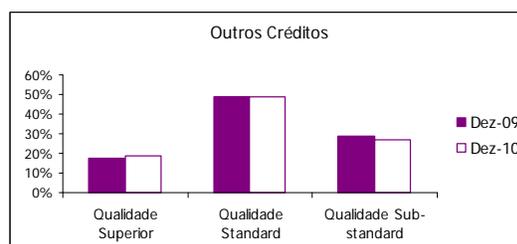
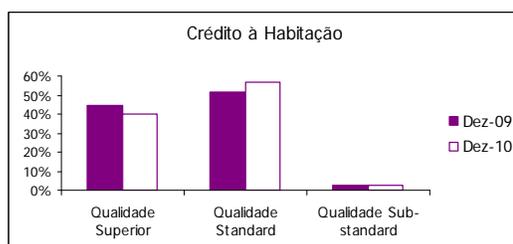
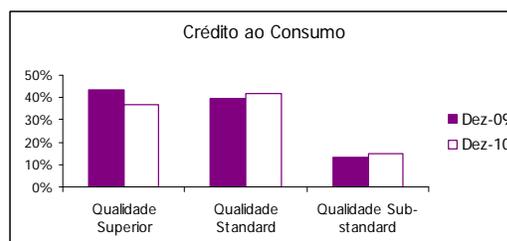
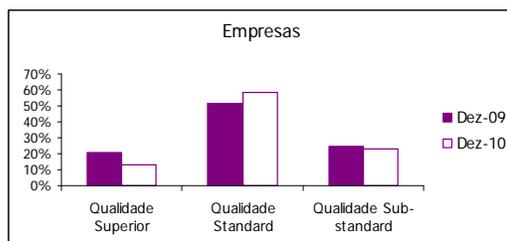
Modelo Interno de *Rating* para carteiras de Empresas

O modelo de *Rating*, em utilização no Banco, atribui a cada Cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte.

Actualmente, o Banif dispõe de um Modelo de *Rating* estatístico para carteiras de pequenas e médias empresas, o qual combina informação financeira com dados de natureza qualitativa, nomeadamente, variáveis de relação e envolvimento.

Qualidade do Crédito

A repartição das carteiras para os principais segmentos de negócio do Banco, a 31 de Dezembro de 2010, apresenta a seguinte estrutura, ao nível da qualidade do crédito:



O crédito a Clientes encontra-se desagregado pelos segmentos mais significativos e qualificado em três níveis de risco. As carteiras foram objecto de avaliação interna de risco baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As PDs foram agregadas por níveis de risco, de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Sub-standard.

O montante global de crédito em incumprimento, no final de 2010, considerando capital e juros (incluindo o securitizado), ascendia a 385.350 milhares de euros, dos quais 355.841 milhares de euros há mais de 90 dias (contra 220.022 milhares de euros no final de 2009).

A distribuição dos saldos de crédito vencido há mais de 90 dias pelos vários segmentos é apresentada de seguida:

2010	(Milhares de euros)				
	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	22.456	77.572	127.287	43.877	271.191
Particulares Consumo	379	2.188	18.005	2.793	23.366
Particulares Imobiliário	284	685	3.257	542	4.769
Particulares Outros	2.333	13.489	29.488	11.205	56.515
Total	25.453	93.933	178.037	58.418	355.841

2009	(Milhares de euros)				
	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	16.746	59.366	60.805	21.195	158.111
Particulares Consumo	514	3.081	10.075	293	13.963
Particulares Imobiliário	345	1.318	5.271	533	7.467
Particulares Outros	3.264	11.233	19.343	6.639	40.480
Total	20.869	74.998	95.494	28.661	220.022

A diminuição do crédito vencido da carteira de crédito à habitação, entre os exercícios de 2010 e 2009, inclui o efeito de operações de cessão de créditos ocorridas no exercício.

No que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade e de esforço de provisionamento apresentam, a 31 de Dezembro de 2010, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2010	2009
Crédito a Clientes	9.948.391	9.593.618
Crédito e Juros Vencidos	385.350	245.137
Crédito e Juros Vencidos >90 dias	355.841	220.022
Total do Crédito	10.333.741	9.838.755
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	305.829	197.062
Variação de Provisões para Crédito Vencido	108.851	86.285

Indicadores (%)

Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	3,73%	2,49%
Crédito e Juros Vencidos >90 dias/Total do Crédito	3,44%	2,24%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	79,36%	80,39%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos >90 dias	85,95%	89,56%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	2,96%	2,00%
Variação de Provisões Cred. e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	28,25%	35,20%
Variação de Provisões Cred. e Juros Vencido/Total de Crédito	1,05%	0,88%

b) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação das operações de crédito não padronizado e dos respectivos Clientes é realizada pelo Gabinete de Análise de Risco de Crédito, através dos seus Núcleos de Análise de Risco, de acordo com metodologias estabelecidas pelo Banco.

Estas metodologias visam promover a adequada segurança na admissão, no acompanhamento e no controlo do risco da carteira e baseiam-se, designadamente, na análise da:

- Qualidade da informação económico-financeira disponibilizada pelos Clientes;
- Aferição da qualidade e experiência do Cliente, enquanto gestor, posicionamento no sector de actividade, capacidade de reembolso e seu envolvimento com o sistema financeiro;
- Qualidade e consistência da operação proposta;
- Relação existente com o Banco e com o mercado;
- Informações comerciais externas;
- Avaliação dos resultados obtidos, nomeadamente pela utilização do modelo de *rating* e rentabilidade para o segmento Empresas.

O Banif avalia as exposições agregadas dos Clientes, para efeitos de avaliação de risco de crédito, através da exposição global ao Grupo Económico. Em termos de avaliação dos Grupos Económicos, são ainda considerados, para efeitos de avaliação de risco:

A ponderação de notações externas de risco, quando existem;

A ponderação do risco de crédito das diversas entidades que compõem o Grupo Económico;

O limite regulamentar de exposição do Grupo Económico no âmbito dos Grandes Riscos, do seu peso nos Fundos Próprios e na sua contribuição para o rácio de solvabilidade.

No que concerne ao risco de crédito, após a fase de contratação das operações, há um acompanhamento regular e periódico, designadamente ao nível do processo de renovação das linhas de crédito que, em média, não excedem os seis meses, e das suas condições particulares.

Os créditos padronizados – crédito habitação, crédito pessoal, crédito a pequenos negócios e *revolving* – são concedidos com base em modelos de *scoring* de admissão e avaliados com regularidade de forma colectiva com *scorings* comportamentais, estando cada portfolio monitorizado no que se refere ao risco e à qualidade do crédito.

Importa mencionar ainda que, enquadradas no objectivo de robustecer o modelo de gestão de risco de crédito, iniciaram-se em 2010 diversas iniciativas cuja conclusão ocorrerá já em 2011, no âmbito das quais merecem referência:

Revisão do modelo operativo de crédito e dos formulários de análise de propostas de crédito não padronizado de Empresas e Empresários em Nome Individual (ENI's) para reorganizar o seu conteúdo e incluir nova informação, nomeadamente, para permitir um maior alinhamento entre os objectivos de alto nível que foram traçados para o perfil de risco do Banco e as acções que os seus colaboradores diariamente executam;

Igualmente com o objectivo de disponibilizar aos diversos intervenientes no processo de crédito mais informação relevante para uma correcta tomada de decisão, encontra-se em implementação um modelo de *rating* de operação, a aplicar a propostas de crédito não padronizado de Empresas e ENIs;

Desenvolvimento de uma aplicação que permitirá simular o consumo de capital regulamentar para novas operações de crédito, face à crescente importância de uma utilização criteriosa de recursos estratégicos para a actividade do Banco, como são os seus Fundos Próprios.

c) Monitorização do risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito das carteiras e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos, a qual é concretizada através da preparação regular de

indicadores da qualidade do crédito, da produção automatizada de sinais de alerta e da execução de acções a desenvolver em função da classificação dos referidos sinais. Desta forma, é possível antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento.

Neste domínio, foi também actualizado o Regulamento de Crédito Vencido, ajustando competências e prazos de actuação do modelo de recuperação de crédito, em consonância com as condições adversas de mercado e com os objectivos do Banco.

A monitorização do risco de crédito é efectuada através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas e a eventual aplicação de medidas correctivas.

12.1.2 Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2010, enquadrada nas várias rubricas contabilísticas, face ao ano anterior, é apresentada como segue:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima *	Exposição líquida **	Exposição máxima *	Exposição líquida **
Activos financeiros detidos para negociação	3.911	3.911	10.068	10.068
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	293.126	293.126	223.158	223.158
Activos financeiros disponíveis para venda	426.866	426.866	112.418	112.418
Crédito a clientes	10.027.912	4.881.292	9.641.693	4.721.490
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	96.161	96.161	53.340	53.340
Outros activos	1.537.927	1.537.927	1.527.938	1.527.938
Sub-total	12.385.903	7.239.283	11.568.615	6.648.412
Passivos contingentes	4.093.020	4.093.020	3.327.230	3.327.230
Compromissos assumidos	1.299.935	1.299.935	1.543.693	1.543.693
Sub-total	5.392.955	5.392.955	4.870.923	4.870.923
Total de exposição a riscos de crédito	17.778.858	12.632.238	16.439.538	11.519.335

* **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço

** **Exposição líquida:** Respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Relativamente à exposição ao risco de crédito por segmentos, de acordo com Basileia II, os valores à data de 31 de Dezembro de 2010 apresentam a seguinte distribuição:

(valores Expressos em milhares de Euros)

Segmento	2010	
	Exposição	
Administrações regionais ou autoridades locais		137.242
Administrações Centrais e Bancos Centrais		288.617
Carteira de retalho		1.654.340
Empresas	Corporate	457.550
	PMEs	3.144.688
Instituições		1.710.254
Organismos de investimento colectivo		220.637
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos		151.645
Outros elementos		584.905
Posições garantidas por bens imóveis	Comercial	27.959
	Residencial	3.278.031
Elementos vencidos*		742.735
Total de Exposição Bruta a riscos de crédito		12.398.603

Nota: Não inclui os valores do Activo abatidos aos Fundos Próprios.

* - de acordo com a definição de Basileia II, considerando o montante total das operações que estejam parcialmente vencidas há mais de 90 dias

Os segmentos “PMEs” e “Residencial” apresentam-se como os mais representativos, com 25% e 26%, respectivamente, face ao total da exposição ao risco de crédito.

O valor apresentado para o segmento “Instituições” engloba cerca de 84% de crédito concedido a entidades do Banif – Grupo Financeiro.

a) Estrutura da carteira de Crédito

Considerando a política de diversificação da carteira, à data de 31 de Dezembro de 2010, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	666.671	506.139	649.100	502.834
Construção	1.160.171	705.082	1.120.324	665.621
Vendas a retalho	424.482	265.887	392.249	254.210
Serviços	2.282.125	1.376.575	1.909.968	1.084.326
Instituições financeiras e seguradoras	882.465	873.678	987.087	981.979
Sector público	158.061	155.760	94.080	92.191
Outros	561.288	398.759	619.947	459.571
Particulares	3.892.649	599.412	3.868.938	680.758
Total de Exposição a riscos de crédito	10.027.912	4.881.292	9.641.693	4.721.490

Nota: Serviços inclui Actividades Imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento “Serviços” representa 23% do total da exposição máxima em 2010, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias.

Gestão de Colaterais

O Banco dispõe de procedimentos internos, no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais, com critérios específicos de avaliação.

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte. O Banco avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimento da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento e, por isso, não necessariamente como o atributo principal dos critérios de avaliação.

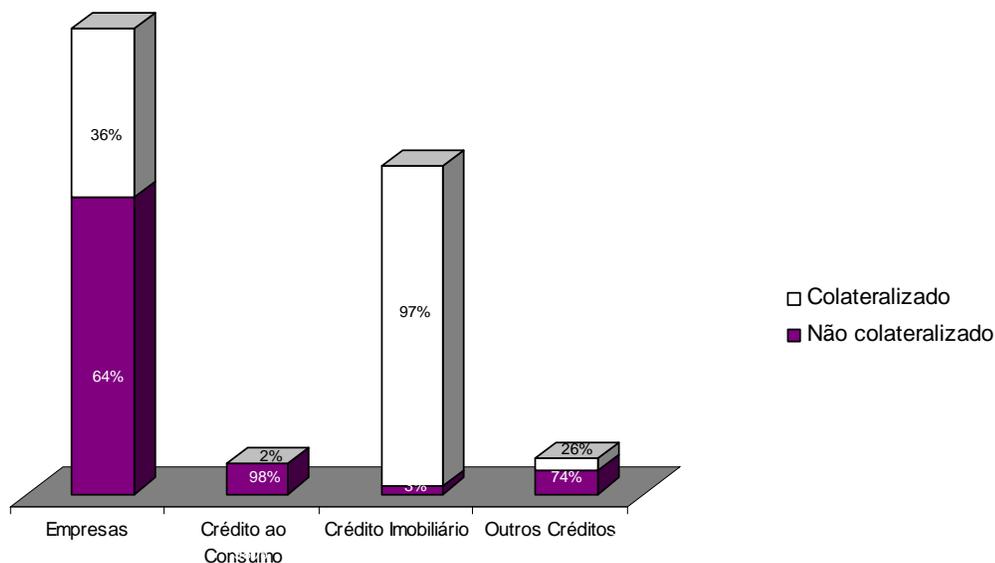
Sempre que se verifique qualquer agravamento do risco de crédito é, por regra, solicitado aos Clientes a prestação de colaterais adicionais. No caso do crédito concedido a empresas pertencentes a grupos económicos, é prática corrente o Banco mitigar o risco de crédito com colaterais prestados pela empresa-mãe do grupo.

Os colaterais que, por incumprimento do Cliente, são executados e passam para a posse do Banco são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida.

A gestão dos colaterais é desenvolvida de forma contínua, assim se promovendo a manutenção da cobertura dos colaterais ao crédito concedido.

À data de 31 de Dezembro de 2010, os mitigantes apresentam o seguinte efeito de cobertura:

Grau de cobertura do Crédito por mitigantes



b) Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição do risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, tendo a sua expressão mais significativa no mercado português, com uma representatividade de 94%:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.346.264	3.353.097	6.143.855	3.286.702
Regiões Autónomas	3.059.266	1.354.097	2.989.317	1.328.640
União Europeia	486.991	121.465	358.579	27.922
Resto da Europa	30.933	15.408	32.763	20.452
América do Norte	41.942	16.897	42.355	18.780
América Latina	41.078	15.839	42.282	20.880
Resto do Mundo	21.438	4.489	32.543	18.115
Total de Exposição a riscos de crédito	10.027.912	4.881.292	9.641.693	4.721.490

c) Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2010, o mercado europeu, face aos restantes mercados, tem uma representatividade quase exclusiva no crédito concedido a particulares e a instituições financeiras e seguradoras.

Por outro lado, o crédito concedido aos sectores Serviços, Instituições Financeiras e Particulares apresenta uma representatividade de 70% no mercado europeu, face aos restantes sectores.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2010						
	Portugal	União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	Total
Serviços	2.155.969	100.879	7.570	14.468	2.659	580	2.282.125
Construção	1.158.257	62	64	166	1.622	0	1.160.171
Instituições financeiras e seguradoras	871.414	0	7.309	0	0	3.742	882.465
Indústria	666.451	0	0	217	3	0	666.671
Vendas a retalho	422.821	1	20	33	1.607	0	424.482
Outros	554.363	2.677	619	3.024	394	211	561.288
Sector público	158.061	0	0	0	0	0	158.061
Particulares (sem ENI's)	3.418.194	383.372	15.351	24.034	34.793	16.905	3.892.649
Total Exposição por Sector de Actividade / Áreas Geográficas	9.405.530	486.991	30.933	41.942	41.078	21.438	10.027.912

12.2 Risco de Mercado

Entende-se por risco de mercado a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado no Banif define-se como prudente e é monitorizada de forma contínua. Em base sistemática, os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados pelo Órgão de Gestão. A sua actuação assenta em regras de funcionamento e controlo internas e nas normas emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

12.2.1 Gestão do Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado no Banif caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com Clientes. As posições registadas na carteira de negociação do Banco incluem riscos de natureza cambial, taxa fixa e taxa variável, cujas oscilações são relevadas contabilisticamente a preços de mercado.

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações da entidade de supervisão.

12.2.2 Análise do Risco de Mercado

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de repricing dos activos e dos passivos.

Foram realizados, no exercício, testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução n.º 19/2005 e Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros tem por base a análise efectuada para efeitos do reporte a entidades de supervisão. A análise considera um choque standard, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Banco determina o impacto, nos seus indicadores internos, de outras magnitudes de choque.

Desta análise, foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores Expressos em milhares de Euros)

		2010	2009
EUR	Impacto na Situação Líquida	-37.368	-45.188
	Fundos Próprios	1.203.910	1.048.437
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-3%	-4%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	4.410	18.143
	Margem Financeira	207.682	189.205
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	2%	10%
USD	Impacto na Situação Líquida	-2.138	2.972
	Fundos Próprios	1.203.910	1.048.437
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	0%	0%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-1.118	-4.499
	Margem Financeira	207.682	189.205
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-1%	-2%
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-39.506	-42.216
	Fundos Próprios	1.203.910	1.048.437
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-3%	-4%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	3.292	13.644
	Margem Financeira	207.682	189.205
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	2%	7%

b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de posições financeiras expressas em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banif monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas, assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição resulta da carteira de crédito concedido a Clientes e centra-se em dólares americanos, conforme divulgado no quadro seguinte, donde constam as exposições de risco de crédito por Moeda:

(Valores expressos em em milhares de Euros)

Moeda	2010
	Crédito
EUR	9.920.207
GBP	63.912
USD	36.965
JPY	4.538
CHF	2.206
DKK	55
SEK	29
CAD	0
Total	10.027.912

c) Análise de sensibilidade aos riscos de preços

Atendendo à pouca materialidade destes riscos no conjunto da actividade do Banco, o Banco está a fazer uso da disposição constante da regulamentação do Banco de Portugal (cf. DL 103/2007), que permite que os requisitos de capital relativos à carteira de negociação sejam calculados de acordo com os requisitos de capital para risco de crédito, caso se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

A actividade da carteira de negociação não ser, normalmente, superior a 5% da actividade global;

A exposição total da carteira de negociação ser, normalmente, inferior a 15 milhões de euros;

A actividade da carteira de negociação não exceder 6% da actividade global e o valor não ultrapassar os 20 milhões de euros.

12.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada no Grupo.

A pressão imposta pelos mercados nacional e internacionais, relativamente ao excessivo endividamento dos países e instituições, veio traduzir-se numa subida do custo de financiamento, bem como numa maior dificuldade de obtenção de financiamentos para maturidades mais longas, o que veio implicar um redesenho da política de gestão de tesouraria e da política de financiamento das instituições financeiras.

12.3.1 Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Caps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm permitido mitigar os impactos da redução generalizada dos níveis de liquidez no sistema financeiro.

Em função do contexto actual dos mercados financeiros, o Banco mantém um acompanhamento permanente da sua situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas das autoridades de supervisão, mas também pelos indicadores internos orientados para uma gestão diária mais eficiente.

12.3.2 Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram igualmente realizados testes de esforço relativos ao risco de liquidez.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Banif, têm sido elaboradas, regularmente, análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

Concentração de risco por data de maturidade

Valores em Milhares de euros

2010	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	3.185.169	2.410.565	1.518.689	1.146.430	2.688.503	600.204	11.549.560
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	1.300.477	510.045	295	275.244	577.398	46	2.663.505
Débitos para com Clientes	1.800.062	1.870.390	1.361.300	834.757	1.291.784	2	7.158.295
Débitos representados por Títulos	34	118	151.733	16.924	578.929	7.602	755.340
Passivos Subordinados	0	0	0	553	150.540	277.850	428.943
Outros Passivos	84.596	30.012	5.361	18.952	0	314.704	453.625
Provisões	0	0	0	0	89.852	0	89.852
Capital e reservas	0	0	0	0	0	836.343	836.343
Total	3.185.169	2.410.565	1.518.689	1.146.430	2.688.503	1.436.547	12.385.903
Activo							
Crédito sobre Ic's	918.469	64.330	51.474	31.814	0	15.046	1.081.133
Crédito sobre Clientes	349.933	1.194.398	1.257.924	1.381.865	2.588.261	3.255.531	10.027.912
Títulos de Rend fixo e variável	0	0	18.718	191.109	70.364	443.712	723.903
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	64.103	64.103
Outros Activos	290.732	0	0	198.120	0	0	488.852
Total	1.559.134	1.258.728	1.328.116	1.802.908	2.658.625	3.778.392	12.385.903
2009	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	2.072.263	1.808.881	1.843.414	1.852.104	2.712.226	632.077	10.920.965
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	343.540	78.101	369.064	1.088.116	845.631	0	2.724.452
Débitos para com Clientes	1.706.617	1.698.293	1.451.862	665.950	1.083.670	2	6.606.394
Débitos representados por Títulos	3.588	507	995	7.455	508.221	7.533	528.299
Passivos Subordinados	0	0	0	515	185.812	248.057	434.384
Outros Passivos	18.518	31.980	21.493	90.068	0	376.485	538.544
Provisões	0	0	0	0	88.892	0	88.892
Capital e reservas	0	0	0	0	0	647.650	647.650
Total	2.072.263	1.808.881	1.843.414	1.852.104	2.712.226	1.279.727	11.568.615
Activo							
Crédito sobre Ic's	653.647	35.646	57.843	44.142	0	16.383	807.661
Crédito sobre Clientes	673.014	929.373	1.076.140	1.585.096	2.257.416	3.120.654	9.641.693
Títulos de Rend fixo e variável	1	741	98.087	121.911	14.289	110.615	345.644
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	68.001	68.001
Outros Activos	474.685	0	0	197.539	0	33.392	705.616
Total	1.801.347	965.760	1.232.070	1.948.688	2.271.705	3.349.045	11.568.615

A análise dos desfasamentos (Gap) verificados entre os prazos de refixação ou revisão das taxas de juro dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de riscos de taxa de juro nos vários prazos.

2010

(valores Expressos em milhares de Euros)

	Gap	Gap Acumulado	% Gap/ Total Activo	% Gap Acumulado/ Total Activo
Até 1m	(1.626.035)	(1.626.035)	-13,1%	-13,1%
1-3m	(1.151.837)	(2.777.872)	-9,3%	-22,4%
3-6m	(190.573)	(2.968.445)	-1,5%	-24,0%
6-12m	656.478	(2.311.967)	5,3%	-18,7%
1-5A	(29.879)	(2.341.846)	-0,2%	-18,9%
>5A	2.341.846	-	18,9%	0,0%

2009

(valores Expressos em milhares de Euros)

	Gap	Gap Acumulado	% Gap/ Total Activo	% GapAcumulado/ Total Activo
Até 1m	(270.916)	(270.916)	-2,3%	-2,3%
1-3m	(843.121)	(1.114.037)	-7,3%	-9,6%
3-6m	(611.344)	(1.725.381)	-5,3%	-14,9%
6-12m	96.584	(1.628.797)	0,8%	-14,1%
1-5A	(440.521)	(2.069.318)	-3,8%	-17,9%
>5A	2.069.318	-	17,9%	0,0%

12.4 Risco Operacional

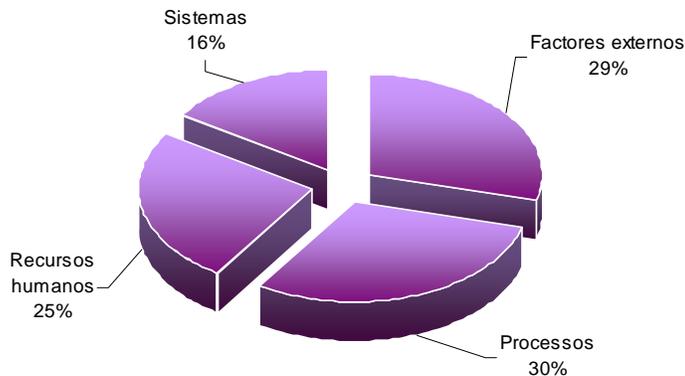
O risco operacional consiste no risco de perdas incorridas por inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

O Banco tem vindo a investir significativamente na construção da sua base de dados de perdas e no registo detalhado das situações que estiveram na origem das mesmas, procurando-se uma cada vez maior abrangência no reporte de eventos. Este processo é suportado por uma plataforma informática específica, a qual é acedida pelos gestores de risco operacional disseminados por toda a organização, participando regularmente no reporte de eventos desta natureza.

Esta plataforma permite à equipa central de gestão de risco operacional identificar as situações de risco mais significativas que deram ou podem vir a dar origem a perdas financeiras e, nessa sequência, articular-se com os órgãos do Banco envolvidos na ocorrência dos eventos, alertá-los para a necessidade de minorar as situações de risco e acompanhar a respectiva implementação dos planos de mitigação.

A base de dados de perdas é um importante instrumento para quantificar a exposição do Banco ao risco, sendo possível inferir as exposições mais significativas a que está sujeito. Os dados de eventos acumulados, de 2007 a 2010, reflectem a seguinte distribuição por fonte de risco:

Nº de Eventos de Risco Operacional (2007-2010)



Ainda que a sensibilização para a identificação de focos de risco de perdas potenciais e efectivas esteja presente em toda a estrutura, o Banco encontra-se presentemente envolvido na sistematização dos princípios e práticas de risco operacional, definindo-os e documentando-os no sentido de levar a, toda a estrutura, orientações cada vez mais precisas que garantam uma mais eficiente gestão deste risco.

12.5 Outros Riscos

No âmbito do aprofundamento e melhoria da sua função de gestão de riscos, o Banif tem vindo a incorporar na sua gestão a monitorização de outras tipologias de risco, as quais, apesar de não serem tão expressivas como as tipologias mais “tradicionais”, permitem, através do seu acompanhamento, obter uma apreciação mais abrangente e completa do perfil de risco da instituição. Desta forma, são incorporados nas estruturas de reporte de informação existentes sobre gestão de risco vários indicadores de avaliação para acompanhamento do “risco de reputação” e do “risco de estratégia”.

13. Compliance

A Direcção de *Compliance* (DCO) prosseguiu, no exercício de 2010, as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de *Compliance* 2010/2011 do Banco, documento aprovado pela Comissão Executiva e pelo Comité de *Compliance* no início do ano, onde se definem as prioridades em matérias de *compliance* e se estabelecem os referenciais de actuação da função.

A estrutura da DCO inclui três Gabinetes com atribuições próprias. O Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais, que actua no domínio da prevenção deste tipo de ilícitos e do financiamento do terrorismo e ainda na monitorização da observância das sanções internacionais; o Gabinete de Controlo

de Cumprimento – Intermediação Financeira, que acompanha as actividades de intermediação financeira prosseguidas pelo Banco e o Gabinete de *Compliance*, vocacionado para as matérias de conduta em mercado, assegurando a cobertura do espectro genérico de competências da Direcção.

O Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais (GPBC), para além de assegurar a monitorização da actividade transaccional e a filtragem de Clientes e Contrapartes, recorrendo, para o efeito, às aplicações informáticas implementadas em 2009, promoveu, ao longo do ano em apreço, a optimização dos procedimentos e circuitos de análise, investigação e comunicação de operações suspeitas e, em paralelo, análises circunstanciadas a várias funcionalidades daquelas aplicações, por forma a maximizar o seu potencial. Destes trabalhos resultou a implementação de vários desenvolvimentos e de novas funcionalidades, processo iniciado em Novembro último em parceria com a BanifServ e o fornecedor das aplicações.

No âmbito do exercício das suas atribuições em matéria de revisão e actualização do normativo interno destacam-se a publicação, em Março de 2010, da Norma sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento de Terrorismo e, em Dezembro, da Norma sobre Sanções Internacionais.

Face ao reforço de controlos que estes normativos introduzem, o GPBC tem vindo a articular com as Unidades de Negócio a implementação dos necessários ajustamentos aos procedimentos internos, por forma a minimizar impactos negativos nos processos de negócio.

Estes ajustamentos e os desenvolvimentos divulgados pelo FATF/CAFI na abordagem às jurisdições de risco e não cooperantes determinam a oportunidade de promover nova iniciativa de actualização deste normativo já em 2011.

De referir ainda a implementação da nova geração de reportes regulares à Comissão Executiva, que reflecte as novas metodologias e processos de trabalho associados às rotinas de exploração das aplicações de monitorização e filtragem, reforçando-se a frequência de reporte para trimestral (anteriormente semestral). Já em Dezembro, foi iniciado o processo de revisão do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais do Banco, a submeter à Comissão Executiva no primeiro trimestre de 2011.

No domínio da intermediação financeira, a actividade do Gabinete de Controlo de Cumprimento (GCC) desenvolveu-se em torno de dois objectivos fundamentais: implementar o modelo de sistema de controlo interno aprovado no final de 2009 e iniciar um ciclo de acções de controlo ao cumprimento de legislação e regulamentação pelo Banco e às normas internas de conduta pelos Colaboradores.

A responsabilidade primária do GCC consiste em assegurar que o Banco, no exercício de actividades de intermediação financeira, cumpre com os deveres legais e regulamentares a que está sujeito, contribuindo, por essa via, para reforçar a qualidade dos serviços prestados e a confiança dos Clientes que optam por aplicar as suas poupanças em produtos do mercado de capitais comercializados pelo Banco.

Em linha com essa responsabilidade, e reconhecendo o crescente grau de exigência que a regulamentação impõe, sobretudo ao nível da prestação de informação rigorosa sobre riscos e verificação da adequação das operações ao perfil dos Clientes, o GCC passou a executar, de forma sistemática, medidas de controlo com diferentes objectivos:

Controlo preventivo: visam evitar a violação de disposições legais e/ou regulamentares pelo Banco, materializando-se sobretudo na emissão de pareceres prévios à comercialização de produtos, à prestação de informação a clientes ou à elaboração de normas e procedimentos. Foi também, neste âmbito, dada ênfase à divulgação interna de conteúdos de *compliance* com o objectivo de fomentar o seu conhecimento pelos Colaboradores e promovida a adaptação de normativo interno que, por um lado se encontrava desajustado face às disposições legais e, pelo outro, não continha regras de *compliance* a serem seguidas pelos Colaboradores.

Acompanhamento: relativamente às deficiências de controlo interno identificadas pelo GCC, foram implementados controlos periódicos do grau de implementação das medidas correctivas propostas com o objectivo de melhorar o seu rácio de execução e encurtar os prazos de correcção.

Deteção e monitorização: iniciou-se, no segundo semestre, um ciclo de acções de controlo, seguindo o modelo proposto no Programa de *Compliance* 2010/2011, ou seja, elaborando *Compliance Check-lists* que servem de base a uma avaliação do grau de cumprimento pelo Banco das disposições legais e regulamentares aplicáveis, resultando depois em relatórios de *compliance* dirigidos à Comissão Executiva onde são identificadas as deficiências detectadas e propostas medidas para a sua correcção. As acções de controlo incidiram, nesta primeira fase, na tomada de conhecimento, pelos Colaboradores, da norma de conduta sobre intermediação financeira e na actividade de comercialização de fundos de investimento.

O Gabinete acompanhou ainda o desenvolvimento de iniciativas regulatórias por parte de organismos reguladores na área de intermediação financeira, designadamente da CMVM e do Comité Europeu de Reguladores de Valores Mobiliários (CESR), procurando dar um contributo útil em processos de consulta pública.

No que respeita à actividade do Gabinete de *Compliance* (GC), destaca-se o prosseguimento de iniciativas com vista ao alinhamento das práticas do Banco em matérias de conduta em mercado, nomeadamente através da monitorização da actividade legislativa e regulamentar e da análise de requisitos legais e dos seus reflexos internos, em articulação com as diversas unidades orgânicas envolvidas no respectivo cumprimento.

Ainda no domínio do acompanhamento de iniciativas legislativas ou regulamentares do âmbito das atribuições do GC, para além dos trabalhos desenvolvidos no 1º semestre, sobre o tema da prestação de serviços de pagamento, na sequência da transposição da Directiva n.º 2007/64/CE, e aspectos conexos (mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos e obrigações dos prestadores de serviços de

pagamento – Reg. CE n.º 1781/2006), ao longo do 2º semestre, em linha com os diplomas publicados neste período, a atenção do GC centrou-se sobre os deveres e processos de prestação de informação (publicação das taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores, celebrados no âmbito do DL n.º 133/2009; minutas dos contratos de crédito ao consumo; transferências realizadas para jurisdições *offshore*).

Conforme delineado no Programa de *Compliance* 2010/2011 do Banif, o GC concluiu os trabalhos relativos à estruturação dos processos a desenvolver e ao faseamento da implementação do modelo de abordagem *top-down* da função *compliance*, tendo ainda definido os critérios técnicos de análise das actividades das diversas unidades orgânicas do Banco, com carácter transversal ou específico, no sentido de avaliar a sua conformidade com respectivo enquadramento normativo externo e interno.

Importa ainda salientar o lançamento, em Setembro de 2010, do curso de formação *e-learning* sobre *Compliance* com resultados positivos e encorajadores, nomeadamente, em termos da percentagem de cursos concluídos com sucesso e da avaliação global do curso pelos formandos, curso este que foi desenvolvido com recurso às competências dos Gabinetes que integram a DCO em 3 módulos distintos: “Compliance e Supervisão Comportamental”, “Intermediação Financeira” e “Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Fraude”.

14. Auditoria

No âmbito das suas funções, a Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e de auditoria contínua, dirigidos às unidades de negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, transpostas na publicação do Aviso n.º 5/2008, levaram a uma revisão contínua dos processos de análise de prevenção de Fraude Interna assim como a uma especialização da actividade de auditoria contínua, no âmbito da prevenção do risco operacional.

Em resultado da experiência acumulada, desenvolveu-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e *compliance*, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar os meios humanos disponíveis, a fim de manter as acções de auditoria em todo o território nacional.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, o serviço

de meios de pagamento electrónicos, banca electrónica e comunicação de responsabilidades à Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária – Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia e um segundo Interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

O Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (CAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial e à distância, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais e serviços centrais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Este Gabinete também deu especial enfoque à actividade de auditoria contínua, com suporte na monitorização informática e acções de âmbito transversal, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Foram tomadas várias acções de formação em Auditoria Bancária com o objectivo de desenvolver competências no pessoal afecto à DAI.

Do plano anual de actividades, do qual constam acções como:

Auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
Auditoria aos Serviços Centrais;
Auditorias aos Sistemas de Informação,

Foram realizadas, durante o ano de 2010, as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	366
Serviços Centrais	15
Sistemas de Informação	12
Total	393

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão dos papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, todos estes foram alvo de Despacho da Comissão Executiva e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados e/ou dos órgãos que foram envolvidos nas recomendações, tendo sido os relatórios devidamente arquivados, uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

Assim, a DAI através do conjunto de acções desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (CAOI) e pelo Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI), assegurou um adequado contributo para a revisão do controlo interno instituído.

15. Provedoria do Cliente

O Gabinete de Provedoria do Cliente tem como objectivo contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Banco, por via da recepção, análise e agilização na resolução das sugestões e das reclamações de Clientes e não Clientes, quer apresentadas directamente ao Banco, quer junto de entidades como a CMVM, Banco de Portugal, Mediador de Crédito e organizações de consumidores.

Este Gabinete acompanhou, em 2010, 2.337 processos, no âmbito dos quais foi considerada existir razão por parte dos Clientes em 130 situações (6% do total). Por ordem decrescente, indicam-se os temas mais abordados: Serviço Banif@st, Contas, Preçário, Cartões e Contencioso.

As reclamações tratadas determinaram a formulação de 8 propostas de medidas correctivas e/ ou preventivas, de procedimentos ou decisões adoptados pelo Banco, visando não só a melhoria dos serviços como a consequente redução das reclamações sobre as questões subjacentes.

A nova aplicação informática para a gestão de reclamações, implementada em finais de 2009, determinou, além de uma gestão com informação adequada, uma substancial redução de prazos médios de resposta de (74 dias em 2009 para 20 dias em 2010), a par da redução do stock de processos pendentes (de 900 no final de 2009 para os actuais 90) e da decorrente redução de custos.

No final de 2010, o Gabinete de Provedoria do Cliente viu mais uma vez renovada a sua Certificação da Qualidade, o que constitui este órgão como canal privilegiado na melhoria da imagem e no contacto do Banco com os seus Clientes.

03

Análise às Contas

03

Análise às Contas

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SCPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2010, do qual se destaca:

O Lucro Líquido ascendeu a 36,2 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 7,7 milhões de euros, que representa uma subida de 27,0% quando comparado com o resultado apurado em 2009;

O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 63,78% em 2009 para 60,86% em 2010, em consequência da conjugação da subida do Produto da Actividade em 1,3% e da descida dos Custos de Funcionamento em 3,3%.

Os Capitais Próprios elevaram-se a 925,4 milhões de euros no final de 2010, um crescimento de 32,3% face a 2009, devido ao aumento de capital de 214 milhões de euros ocorrido já no final do exercício;

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 5,19%, enquanto a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,30%, contra 4,84% e 0,25%, respectivamente, em 2009.

Demonstração de Resultados

Em 2010 a conjuntura económico financeira agravou-se com a crise da dívida soberana, que afectou Portugal e aprofundou as condições adversas nos mercados financeiros, nomeadamente a escassez generalizada de recursos. Mesmo neste ambiente desfavorável, o Banif alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou + 1,3% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 7,4%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma subida de 0,2% face ao final de 2009, elevando-se a 231,8 milhões de euros, apesar da diminuição dos dividendos distribuídos antecipadamente pela Sociedade Numberone SCPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passou de 39,6 milhões de euros em 2009 para 16,8 milhões de euros em 2010. O comportamento da margem financeira propriamente dita foi favorável, pois beneficiou, por um lado, da descida das taxas de juro passivas, iniciadas no ano anterior e que, devido à sua estrutura temporal, se prolongou em parte de 2010, enquanto as taxas activas

mantiveram uma tendência de subida, na sequência da revisão em alta dos *spreads* de crédito. Neste contexto, estima-se que a margem de intermediação financeira tenha melhorado cerca de +20 b.p. face ao exercício de 2009, passando em termos médios anuais de 1,82% para 2,02% entre 2009 e 2010.

Os Lucros de Operações Financeiras em 2010 somaram 2,8 milhões de euros, contra 4,5 milhões de euros em 2009, menos 1,7 milhões de euros. A principal causa na diminuição registada decorreu dos Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 7,8 milhões de euros, justificados principalmente pelas desvalorizações das Obrigações de Tesouro, em consequência das avaliações negativas do *rating* da Republica Portuguesa. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda contribuíram positivamente para a formação dos Lucros de Operações Financeiras, principalmente em resultado da alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Alienação de Outros Activos foram contabilizados 2,3 milhões de euros, e em Resultados de Reavaliação Cambial 0,8 milhões de euros, que comparam com -8,6 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente, registados em 2009.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, apresentaram uma subida de 6,1%, passando de 88,7 milhões de euros em 2009, para 94,2 milhões de euros no exercício em análise. O aumento verificado neste agregado evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de Clientes do Banco e a revisão das condições de preçário.

Em resultado da evolução das rubricas acima referidas, o Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 1,3%, totalizando 328,8 milhões de euros.

Os custos de funcionamento do Banco, que incluem Custos com o Pessoal, Custos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 200,1 milhões de euros, menos 3,3% do que no exercício de 2009, conseguindo-se assim ganhos de eficiência na utilização dos recursos. Todas as componentes dos custos de funcionamento diminuíram entre 2009 e 2010. Os Custos com o Pessoal apresentaram uma diminuição de cerca de 0,2%, e nos Custos Gerais Administrativos a poupança ascendeu 5,6 milhões de euros, ou seja, menos 7,2% do que o registado em 2009. As maiores poupanças registaram-se em publicidade, comunicações, deslocações e estadas. Como já referido, também ocorreram poupanças nas amortizações, menos 1,1 milhões de euros, que reflectem uma descida de 7,1%, como resultado da desaceleração da expansão da rede de unidades de negócio e de novos investimentos significativos em aplicações informáticas.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento, o rácio "Cost to Income" evidencia um acréscimo de eficiência de 2,92% p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 63,78%, no final de 2009, para 60,86%, um ano depois.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 143,2 milhões de euros, representando um crescimento de 7,5% quando comparado com o final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 85,6 milhões de euros em 2010, que, apesar de inferior aos 97,3 milhões de euros registados em 2009, são ainda reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os impostos do exercício, em 2009 e 2010, são influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior.

Em resultado da evolução da actividade em 2010, o Lucro Líquido do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, em base IAS/IFRS, ascendeu a 36,2 milhões de euros, mais 27,0% do que o resultado obtido em final de 2009, que se fixou em 28,5 milhões de euros.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2010 se fixaram em 564 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 131,7 milhões de euros (100,6 milhões de euros no final de 2009), e a imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 85,6 milhões de euros (97,3 milhões de euros no exercício de 2009), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 33,1 milhões de euros.

Balanço

No final de 2010, e como resultado da actividade comercial, as principais variações ocorridas no Balanço do Banif, foram as seguintes:

O Activo Líquido aumentou 7,4% para 12.402,7 milhões de euros;

O Crédito sobre Clientes Bruto subiu 4,8% para 10.419,1 milhões de euros;

Os Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos) subiram 10,7% para 7.918,6 milhões de euros;

Os Capitais Próprios registaram um aumento de 226,0 milhões de euros, (+ 32,3%) para 925,4 milhões de euros.

Como já referido, o Activo Líquido apresentou um acréscimo de 7,4% relativamente ao final de 2009, ascendendo a 12.402,7 milhões de euros, mais 856,1 milhões de euros.

O Crédito a Clientes apresentou, no final de 2010, um saldo bruto de 10.419,1 milhões de euros, mais 4,8% do que no exercício anterior. Cerca de 41,8% do total do crédito está concedido a particulares, do qual 74% é crédito imobiliário. O crédito imobiliário ascendia, em 31 de Dezembro de 2010, a 3.223,0 milhões de euros, dos quais 2.774,4 milhões de euros se encontravam titularizados. Comparativamente a 2009, o saldo do crédito imobiliário aumentou na globalidade 4,4%, e o titularizado 11,8%. Para este último aumento contribuiu a realização, em 2010, de uma operação de securitização, a Atlantes Mortgages 7, que ascendeu a 397,8 milhões de euros.

Ainda no crédito a particulares, o crédito ao consumo ascendia no final de 2010 a 375,1 milhões de euros, contra 391,2 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 4,1%. Em 2010, também foi concretizada uma operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 3, que abrangeu 240,5 milhões de euros de créditos.

O crédito a empresas, que no final de 2010 representava cerca 57,7% do crédito total, ascendia a 6.013,9 milhões de euros, mais 6,1% do que no final de 2009.

O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

(Valores em milhares de euros)

	2010	2009	Variação
Particulares			
Crédito imobiliário	3.223,0	3.086,3	4,4%
<i>do qual titularizado</i>	2.774,4	2.480,4	11,8%
Crédito ao consumo	375,1	391,2	-4,1%
<i>do qual titularizado</i>	195,4	0,0	
Outros	753,6	759,2	-0,7%
Total Particulares	4.351,7	4.236,7	2,7%
Empresas			
Desconto	293,2	333,1	-12,0%
Empréstimos	2.705,8	2.366,1	14,4%
Contas Correntes	2.259,8	2.472,4	-8,6%
Outros	755,1	498,1	51,6%
Total Empresas	6.013,9	5.669,7	6,1%
Juros a receber e vencidos	53,6	34,6	55,0%
Total Crédito Bruto	10.419,1	9.940,9	4,8%
Imparidade de Crédito	346,9	303,5	14,3%
Total Crédito Líquido	10.072,2	9.637,4	4,5%

Além das operações de titularização atrás referidas, o Banif realizou, em 2010, cessões de crédito com outras empresas do Grupo, desconhecidas do Balanço, no total de 83,0 milhões de euros, pelo preço de 65,8 milhões de euros, valores semelhantes às cessões realizadas em 2009, que somaram 75,3 milhões de euros, pelo preço de 68,1 milhões de euros.

O rácio de "Imparidade/Crédito Total" situou-se, no final de 2010, em 3,33% (3,05% em 31 de Dezembro de 2009), reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 451,4 milhões de euros, mais 327,1 milhões de euros do que em 2009. Neste aumento, cerca de 248,7 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2010, a Atlantes Mortgages 7 e Atlantes Finance 3. O restante aumento corresponde a aquisições de diversas obrigações e de OT's.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se um aumento de 69,9 milhões de euros, aumento influenciado principalmente pela aquisição de unidades de participação e de obrigações Rentipar Seguros 2015.

Relativamente ao passivo, a estrutura do *funding* do Banif alterou-se ligeiramente entre os períodos em análise. Esta alteração configura-se favorável no actual contexto financeiro e foi conseguida devido a uma maior captação de Recursos de Clientes.

(Valores em Milhões de euros)

	2010	Estr.	2009	Estr.	Var.
Recursos de Bancos Centrais	1.651,0	15,0%	1.103,4	10,7%	49,6%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	1.012,5	9,2%	1.621,0	15,7%	-37,5%
Recursos de Clientes	7.918,6	71,8%	7.155,1	69,3%	10,7%
Passivos Financeiros	17,0	0,2%	8,8	0,1%	92,0%
Passivos Subordinados	428,9	3,9%	434,4	4,2%	-1,3%
Total do Funding	11.028,0	100,0%	10.322,8	100,0%	6,8%

O total do *funding* aumentou 705,3 milhões de euros entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2010, ou seja, subiu 6,8%. Os Recursos de Clientes foram os que apresentaram maior subida, com um aumento de 763,5 milhões de euros, mais 10,7%, passando a representar 71,8% do total do *funding*, contra 69,3% um ano antes.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 547,5 milhões de euros, mais 49,6% do que estava registado em 31 de Dezembro de 2009, passando a representar 15,0% do total do *funding*, contra 10,7% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos foi potenciado com o aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito evoluíram em sentido contrário, diminuindo 608,5 milhões de euros face a Dezembro de 2009, menos 37,5%, reduzindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2010, para cerca de 9,2%, em comparação com 15,7% no final de 2009.

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, apresentaram a seguinte evolução face ao final de 2009:

(Valores em Milhões de euros)

	2010	2009	Varição %
Depósitos de Clientes	7.158,3	6.606,4	8,4%
À ordem	1.311,3	1.189,6	10,2%
A prazo	5.303,6	4.773,3	11,1%
Poupança	503,4	600,1	-16,1%
Outros	39,9	43,4	-8,0%
Responsabilidades representadas por títulos	755,3	528,3	43,0%
Passivos ao justo valor	5,0	20,4	-75,7%
Recursos de Clientes	7.918,6	7.155,1	10,7%

Os Depósitos de Clientes subiram 8,4%, no período em análise, representando um aumento de 551,9 milhões de euros. Os Depósitos a Prazo aumentaram 530,4 milhões de euros, mais 11,1%, e os Depósitos à Ordem mais 121,7 milhões de euros, uma subida de 10,2%. Os restantes tipos de depósitos, "Poupança" e "Outros", diminuíram 96,7 milhões de euros e 3,5 milhões de euros, respectivamente.

No final de 2010, os Passivos Financeiros ao justo valor apresentavam um saldo de 5,0 milhões de euros, que representava na sua totalidade obrigações de caixa BCA 2006/2011. A diferença de saldo para 2009, (-15,4 milhões de euros), corresponde ao reembolso das obrigações de caixa Banif Euro Multiactivos 2005/2010 e Banif Eurostoxx 2005/2010.

Em Junho de 2010, o Banco emitiu Obrigações, BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM PROGRAM, no montante de 150,0 milhões de euros, com vencimento em Junho de 2011, registados na rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos. A restante variação nesta rubrica decorre do aumento de Certificados de Depósito.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram 925,4 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 32,3% face ao registado no final de 2009, devido ao aumento do capital social do Banco, de 214,0 milhões de euros, realizado pela Banif Comercial, SGPS, SA em Dezembro de 2010.

Como resultado do reforço de capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 14,00%, no final de 2010, face a 13,23%, no final de 2009. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS e determinado de acordo com as Core Criteria de Basileia, situava-se em 14,54% no final de 2010 (13,10% em 31 de Dezembro de 2009), enquanto o rácio *CoreTier I* atingiu 10,76% (8,93% em 31 de Dezembro de 2009).

Os Resultados Líquidos de 36,2 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, proporcionaram um ROE de 5,19% (4,84% em 2009) e um ROA de 0,30% (0,25% em 2009), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

milhares de €				
	31-Dez-10	31-Dez-09	Variação	
			Absoluta	%
Balanco				
Activo Líquido	12.402.714	11.546.621	856.093	7,4%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	10.419.117	9.940.935	478.182	4,8%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.918.592	7.155.098	763.494	10,7%
Capitais Próprios	925.380	699.391	225.989	32,3%
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira (incluindo rendimento instrumentos capital)	231.818	231.320	498	0,2%
Lucro de Operações Financeiras	2.813	4.532	(1.719)	-37,9%
Outros Proveitos Líquidos	94.191	88.743	5.448	6,1%
Produto de Actividade	328.822	324.595	4.227	1,3%
Custos Administrativos	(185.671)	(191.481)	5.810	-3,0%
<i>Cash-Flow</i>				
Amortizações do exercício	143.151	133.114	10.037	7,5%
Provisões / Imparidade	(14.434)	(15.532)	1.098	-7,1%
Provisões / Imparidade	(85.604)	(97.385)	11.781	-12,1%
Resultados antes de Impostos	43.113	20.197	22.916	113,5%
Impostos	(6.937)	8.298	(15.235)	-183,6%
Resultado do Exercício	36.176	28.495	7.681	27,0%
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	3,33%	3,05%	-	-
Resultados antes de Impostos / Activo Líquido Médio	0,36%	0,18%	-	-
Produto Bancário / Activo Líquido médio	2,75%	2,90%	-	-
Resultados antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	5,31%	3,43%	-	-
<i>Cost to Income</i>				
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	60,86%	63,78%	-	-
ROE	34,35%*	34,86%	-	-
ROE	5,19%	4,84%	-	-
ROA	0,30%	0,25%	-	-
Rácio de Solvabilidade (<i>Core Criteria</i> de Basileia)	14,54%	13,10%	-	-
Tier 1 (<i>Core Criteria</i> de Basileia)	10,76%	8,93%	-	-
Nº de empregados	2.669	2.656	13	0,5%
Nº de Pontos Venda	417	410	7	1,7%

04

Aplicação de Resultados

04

Aplicação de Resultados

Considerando que:

No exercício de 2010, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado de EUR 563.690,59.²

Tem sido política da sociedade proceder a uma distribuição adequada de lucros pelos seus accionistas, em face dos resultados obtidos e da sua necessidade de autofinanciamento;

São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artigos 32.º e 33.º do Código das Sociedades Comerciais e o art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal	EUR	56.369,06
Para Reservas Livres	EUR	507.321,53
TOTAL	EUR	563.690,59

² Valores calculados em base NCA's

05

Nota Final

05

Nota Final

No dia 31 de Março de 2010, em Assembleia Geral da Sociedade, foram aprovados o Relatório de Gestão e as contas do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referentes ao exercício de 2009, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração e foi aprovada uma declaração, apresentada pela Comissão de Remunerações, sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da sociedade. Na mesma data, foi ainda designada a sociedade de revisores oficiais de contas Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178), representada pelo Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896), para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 4 do artigo 27.º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano.

No dia 19 de Maio de 2010, faleceu o Presidente do Conselho de Administração do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, Comendador Horácio da Silva Roque, após prolongado internamento hospitalar, decorrente de acidente vascular cerebral ocorrido no dia 4 de Março de 2010.

É, acima de tudo ao Comendador Horácio da Silva Roque, ao seu espírito visionário, à sua capacidade empreendedora e à sua sagacidade enquanto gestor, que o Banif deve o seu nascimento, o seu crescimento e a sua consolidação como Grupo Financeiro.

Mais do que um líder carismático e do que o accionista controlador, o Comendador Horácio da Silva Roque personificou, desde a primeira hora, a ambição e o dinamismo deste Projecto, que sempre assumiu de forma plena e incondicional, exibindo, com orgulho e em todas as ocasiões, os símbolos e as cores do Banif, cedendo-lhes o prestígio e o respeito que sempre soube merecer de todos os sectores da sociedade.

De modo a materializar a consternação que o óbito do Comendador Horácio da Silva Roque representou para todos os colaboradores do Banif – Grupo Financeiro e para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, neste depositam o seu apreço, os seus interesses e as suas expectativas, o Conselho de Administração deliberou a aprovação de um voto de pesar pelo óbito do Comendador Horácio da Silva Roque, manifestar a sua solidariedade para com a respectiva família e reafirmar a sua determinação na condução da actividade do Grupo com total respeito pelos valores e princípios que o Comendador Horácio da Silva Roque sempre personificou, de modo a perpetuar, através deste Projecto de criação de valor, a sua “força de acreditar”.

Em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. deliberou designar, para Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos

Santos, o qual, até esta data, exercia as funções de Vice-Presidente deste órgão e de Presidente da respectiva Comissão Executiva.

Após a referida nomeação, o Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos renunciou às funções que anteriormente vinha exercendo, de Presidente e de Membro da Comissão Executiva, pelo que o Conselho de Administração deliberou nomear, para Presidente da Comissão Executiva, o Sr. Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Ainda nesta data, o Conselho de Administração deliberou cooptar, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, para membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira, o qual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, apenas iniciou funções em 21 de Julho de 2010, após a conclusão do processo de registo junto do Banco de Portugal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de Dezembro de 2010, foi deliberado o aumento de capital social da sociedade, de € 566.000.000,00 (quinhentos e sessenta e seis milhões de euros) para € 780.000.000,00 (setecentos e oitenta milhões de euros), através de uma entrada em dinheiro no montante de € 214.000.000,00 (duzentos e catorze milhões de euros), realizada pelo accionista único, Banif Comercial, SGPS, S.A., do qual resultaram as correspondentes alterações aos artigos quinto e sexto do contrato de sociedade.

Assim, é a seguinte a composição actual dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Vice-Presidente: Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
Dr. José Marques de Almeida
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes
Dr. Nuno José Roquette Teixeira

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos:	Dr. António Ernesto Neto da Silva
	Dr. José Lino Tranquada Gomes
Vogal Suplente:	Dr. José Pedro Lopes Trindade

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar Financeira, SGPS, SA

representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Fundação Horácio Roque

representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Renticapital – Investimentos Financeiros, SA

representada pelo Sr. Vítor Hugo Simons

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2010, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre recebeu daqueles órgãos da Sociedade.

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos - Presidente

Dr. Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José Marques de Almeida

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Engº Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

06

Demonstrações Financeiras

06

Demonstrações Financeiras

1- Balanço

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Valor antes de provisões e amortizações	31-12-2010 Imparidade e amortizações	Valor líquido	31-12-2009 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	92.612	-	92.612	277.145
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	47.369	-	47.369	51.774
Activos financeiros detidos para negociação	7	3.911	-	3.911	10.068
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	293.126	-	293.126	223.158
Activos financeiros disponíveis para venda	9,20	452.502	(25.636)	426.866	112.418
Aplicações em instituições de crédito	10	1.033.770	(6)	1.033.764	755.887
Crédito a clientes	11	10.333.741	(305.829)	10.027.912	9.641.693
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	12	-	-	-	878
Activos não correntes detidos para venda	13,20	99.367	(3.206)	96.161	53.340
Propriedades de investimento	14,20	29.935	(1.011)	28.924	27.242
Outros activos tangíveis	15	132.903	(76.428)	56.475	61.984
Activos intangíveis	16	46.310	(39.124)	7.186	5.585
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	442	-	442	432
Activos por impostos correntes	18	467	-	467	467
Activos por impostos diferidos	18	49.648	-	49.648	38.657
Outros activos	19,20	225.795	(4.755)	221.040	307.887
Total do Activo		12.841.898	(455.995)	12.385.903	11.568.615
Recursos de Bancos Centrais	21	-	-	1.650.965	1.103.424
Passivos financeiros detidos para negociação	7,22	-	-	16.990	8.847
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23	-	-	4.957	20.404
Recursos de outras instituições de crédito	24	-	-	1.012.540	1.621.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	-	-	7.158.295	6.606.394
Responsabilidades representadas por títulos	26	-	-	755.340	528.299
Passivos financeiros associados a activos transferidos	27	-	-	264.703	293.093
Derivados de cobertura	12	-	-	-	319
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	28	-	-	89.852	88.892
Passivos por impostos correntes	18	-	-	404	395
Passivos por impostos diferidos	18	-	-	-	375
Instrumentos representativos de capital	29	-	-	50.009	50.000
Outros passivos subordinados	29	-	-	428.943	434.384
Outros passivos	30	-	-	116.562	165.111
Total do Passivo		-	-	11.549.560	10.920.965
Capital	31	-	-	780.000	566.000
Prémios de emissão	31	-	-	451	451
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação	31	-	-	(2.940)	2
Outras reservas e resultados transitados	31	-	-	58.268	57.528
Resultado do exercício	31	-	-	564	23.669
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	836.343	647.650
Total do Passivo + Capital		-	-	12.385.903	11.568.615

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2 – Demonstração de Resultados

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	32	526.953	621.659
Juros e encargos similares	32	(319.271)	(432.454)
Margem financeira		207.682	189.205
Rendimentos de instrumentos de capital	33	17.190	40.326
Rendimentos de serviços e comissões	34	84.083	73.372
Encargos com serviços e comissões	34	(12.923)	(10.461)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	(7.769)	6.736
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	7.513	4.598
Resultados de reavaliação cambial	35	783	1.843
Resultados de alienação de outros activos	36	4.074	(8.625)
Outros resultados de exploração	36	21.508	22.877
Produto bancário		322.141	319.871
Custos com pessoal	37	(112.745)	(112.109)
Costos gerais administrativos	38	(72.721)	(78.343)
Amortizações do exercício	14,15,16	(14.198)	(15.532)
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	2.434	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	10,11	(123.176)	(89.369)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	10,20	(9.476)	(12.704)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	(1.539)	1.660
Resultado antes de impostos		(9.280)	13.273
Impostos		9.844	10.396
Correntes	18	(384)	247
Diferidos	18	10.228	10.149
Resultado após impostos		564	23.669
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		564	23.669

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

3 – Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL,SA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultado Líquido	31	564	23.669
Ganhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	31	(4.080)	(2.527)
Impostos de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	31	1.138	644
		<u>(2.942)</u>	<u>(1.883)</u>
Regime transitório Aviso nº 12/2001	3.13	(1.681)	91
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		(4.059)	21.877

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4 – Demonstração de Variações em Capital Próprio

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL SA

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios de Emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2009	31	566.000	451	-	2	57.528	23.669	647.650
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	31	-	-	-	-	2.421	(2.421)	-
Distribuição dividendos	31	-	-	-	-	-	(21.248)	(21.248)
Aumento de capital	31	214.000	-	-	-	-	-	214.000
Rendimento integral		-	-	-	(2.942)	(1.681)	564	(4.059)
Saldos em 31-12-2010		780.000	451	-	(2.940)	58.268	564	836.343
Saldos em 31-12-2008	31	290.000	451	-	1.885	38.576	15.269	346.181
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	31	-	-	-	-	15.269	(15.269)	-
Integração do BBCA	31	76.000	-	-	-	3.592	-	79.592
Aumento de capital	31	200.000	-	-	-	-	-	200.000
Rendimento integral		-	-	-	(1.883)	91	23.669	21.877
Saldos em 31-12-2009		566.000	451	-	2	57.528	23.669	647.650

O Técnico oficial de contas

O Conselho de Administração

5- Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultados de Exploração:			
Resultado líquido do exercício	31	564	23.669
Correcções de valor associadas ao crédito	11	123.176	89.369
Perdas por imparidade	20	11.015	11.045
Provisões do exercício	28	(2.434)	201
Amortizações do exercício	14,15,16	14.198	15.532
Dotação para impostos do exercício	18	(9.844)	10.395
Derivados (líquido)	35	6.037	1.145
Dividendos reconhecidos	33	(17.190)	(40.326)
Juros pagos de passivos subordinados	32	17.097	12.491
		142.619	123.521

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

Aumento de activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	(69.968)	9.405
Aumento de activos financeiros disponíveis para venda	9	(353.352)	(45.307)
Aumento de aplicações em outras instituições de crédito	10	(278.057)	(247.566)
Aumento de empréstimos a clientes	11	(509.395)	(507.433)
Aumento de activos não correntes detidos para venda	13	(43.750)	11.941
Diminuições outros activos	19	94.853	(87.283)
Aumento de recursos de bancos centrais	21	547.541	223.915
Diminuição de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23	(15.447)	(7.342)
Diminuição de recursos de outras instituições de crédito	24	(608.488)	(278.836)
Aumento de recursos de clientes	25	551.901	(50.034)
Diminuição de passivos financeiros associados a activos transferidos	27	(28.390)	(29.398)
Aumento de responsabilidades representadas por títulos	26	77.041	(15.769)
Diminuição de outros passivos	30	(37.283)	33.668
Impostos sobre o rendimento	18	(1.513)	(14.324)
		(674.307)	(1.004.364)

Fluxos das actividades operacionais

(531.688) **(880.843)**

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Aquisição de subsidiárias	17	-	(350)
Alienação de subsidiárias	17	-	9.376
Alienação de participações financeiras	9	26.664	-
Aquisição de activos tangíveis	15	(5.615)	(11.852)
Alienação de activos tangíveis	15	-	-
Aquisição de activos intangíveis	16	(4.491)	(2.850)
Alienação de activos intangíveis	16	-	-
Aquisição de propriedades de investimento	14	(7.606)	(4.983)
Alienação de propriedades de investimento	14	5.833	1.887
Dividendos recebidos	33	7.790	326
		22.575	(8.446)

Fluxos das actividades de investimento

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento do capital social	31	214.000	200.000
Dividendos distribuídos no exercício	31	(21.248)	-
Emissão de passivos subordinados	29	-	175.000
Reembolso de passivos subordinados	29	(5.480)	(75.025)
Juros pagos de passivos subordinados	32	(17.097)	(14.228)
Emissão de obrigações não subordinadas	26	150.000	500.000
Emissão de instrumentos representativos de capital	29	-	50.000
		320.175	835.748

Fluxos das actividades de financiamento

320.175 **835.748**

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	328.919	382.459
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	139.981	328.919
		(188.938)	(53.540)

Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	5	52.885	61.003
Depósitos à ordem em bancos centrais	5	39.727	216.142
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	6	22.488	25.559
Cheques a cobrar	6	24.881	26.215
		139.981	328.919

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

-

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6 - Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco Internacional do Funchal (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Rua João de Tavira, 30, 9004-509 Funchal, que tem por objecto o exercício da actividade bancária, podendo praticar todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade que a lei permita.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Comercial, SGPS, S.A., sub-holding do Banif - Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif - SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumpre com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia. Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 15 de Março de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2010 e autorizou a sua emissão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2011.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade retenha um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários

resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa, recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a

terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das referidas anteriormente, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usadas pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

IAS 7 - Demonstração de Fluxos de caixa - Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que os instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS e da alteração da tábua de mortalidade;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão da Sociedade considera que a sociedade tem os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão da Sociedade teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, cash-flows e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model).

Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa

(empresas associadas), que não sejam fundos de capital de risco ou de Bancos (seed capital), classificados como instrumentos ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.7.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados, os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (fair value option), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma

- estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu recebimento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras (Nota 3.3). As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial (fair value option). Esta rubrica inclui essencialmente crédito concedido a clientes da Sociedade.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são reconhecidos em balanço pelo valor nominal deduzido de amortizações e sujeitos à constituição de provisões regulamentares de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

No exercício findo, a Sociedade efectuou eliminações (write-off) de empréstimos concedidos e contas a receber no montante de 251 milhares de euros.

Os juros de activos classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e outros custos directos associados à originação da operação diferidos e amortizados durante a vida do empréstimo. Os juros vencidos e não cobrados são desreconhecidos ao fim de 3 meses, conforme disposto na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal, com excepção dos juros dos créditos sobre ou com garantia das entidades indicadas no nº 15 do Aviso nº3/95.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (fair value option).

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro) desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada separadamente.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

3.7.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do

envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que pode ser exigido à Sociedade.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

Operações de titularização

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. As operações de titularização de créditos em curso à data de 31 de Dezembro de 2010, nas quais a Sociedade participou como cedente de créditos, são:

- Atlantes Mortgages N.º1, efectuada em 2003;
- Atlantes Mortgages N.º2, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º3, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º4, efectuada em 2009;
- Atlantes Mortgages N.º5, efectuada em 2009;
- Atlantes Mortgages N.º6, efectuada em 2010;
- Atlantes Mortgage N.º7, efectuada em 2010
- Azor Mortgages N.º1, efectuada em 2004;
- Azor Mortgages N.º2, efectuada em 2008; e
- Atlantes Finance N.º3, efectuada em 2010.

Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. A Sociedade detém interesses residuais nos activos titularizados através da detenção de títulos de natureza residual, com excepção da Atlantes Mortgage N.º6.

No quadro da adopção das NCA, a partir de 1/1/2005, aquelas operações de titularização em curso foram analisadas e concluiu-se que as mesmas não cumprem os critérios de desreconhecimento estabelecidos pela IAS 39, com excepção da Atlantes Mortgage N.º6. Nestes termos, os créditos cedidos ao abrigo daquelas operações de titularização que não cumpram os critérios de desreconhecimento mantêm-se reconhecidos no balanço, na rubrica de "Crédito a clientes".

3.7.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto nas alíneas e) e f) do nº 2 do art.º 3º do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, conjugado com o Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

3.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por ter decorrido mais de 1 ano e a Sociedade não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

3.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas de acordo com os requisitos da IAS 16, ou seja, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, a Sociedade regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.10 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.11 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.12 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.13 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19, e regime transitório estabelecido no Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, alterado pelos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Os empregados da Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passará a assegurar a protecção dos empregados do BBCA nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que é extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax n.º 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se mantém inalterado o plano do ACT e que não existe

redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados devem manter-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos respectivos Sindicatos. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
 - o para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - o para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, nos termos do qual o direito à pensão dos empregados no activo do BBKA passa a ser coberto pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do ACT. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a

responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do ex-BBKA.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 43). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente, ajustado de acordo com o regime transitório estabelecido no n.º 13º-B do Aviso n.º 12/2001. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Na data de transição, a Sociedade adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de “reset”).

De acordo com o n.º 13º-A do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade (NCA) pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 7 anos. Estes prazos foram posteriormente alargados em mais 3 anos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008, ou seja, até 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2014, respectivamente.

A Sociedade avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, a Sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACT.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.14 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.15 Dividendos atribuídos pela Sociedade

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.16 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.17 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

3.18 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

3.19 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, a Sociedade presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A Sociedade tem os seus negócios organizados pelas áreas de Banca de Retalho, Banca Comercial, Tesouraria e Funções de Grupo e Outros (rubrica residual).

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2010, correspondem à forma como a informação é analisada:

Banca de Retalho – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, como sendo Crédito à Habitação e Crédito ao Consumo; e produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, como sendo as Contas Correntes, as Facilidades de Descoberto e Cartões de Débito/Crédito.

Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pela rede tradicional de agências e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com particulares e pequenas empresas.

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos específicos para empresas e instituições, como sendo Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação. Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pelos centros de empresas e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com empresas.

Tesouraria e Funções de Grupo – Abrange as operações de financiamento e de cedência de liquidez da instituição em mercados financeiros, assim como todas as operações realizadas com uma ou mais entidades do Grupo financeiro.

Outros – Abrange todas as operações não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

Os reportes utilizados pela Gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos relatáveis.

Em 2010 foi utilizado uma taxa de transferência interna (TTI) média de 1,62%, para valorização dos fundos inter-segmentos. O resultado desta valorização encontra-se registado na rubrica Margem Financeira inter-segmentos, na Demonstração de Resultados por segmento de negócio.

No relato por segmentos de negócio, os quadros comparativos de 2009 foram ajustados para reflectir a forma e critérios de apresentação utilizados em 2010.

O reporting por áreas geográficas, nas quais a Sociedade desenvolve a sua actividade, inclui Portugal e Resto da União Europeia (Reino Unido).

Segmentos de negócio

31/12/2010

ACTIVO					
	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	-	-	1.173.745	-	1.173.745
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	3.911	-	3.911
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	293.126	-	293.126
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	426.866	-	426.866
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.908.164	4.785.802	333.946	-	10.027.912
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos (dos quais):	44.134	1.930	318.118	96.161	460.343
Activos Tangíveis	42.785	1.583	12.107	-	56.475
Activos Intangíveis	1.349	347	5.490	-	7.186
TOTAL	4.952.298	4.787.732	2.549.712	96.161	12.385.903

PASSIVO					
	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	2.663.505	-	2.663.505
Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	16.990	-	16.990
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	4.957	-	4.957
Depósitos de clientes	6.327.187	824.811	6.297	-	7.158.295
Débitos representados por títulos	-	-	755.340	-	755.340
Passivos Subordinados	-	-	428.943	-	428.943
Outros Passivos	26.435	63.417	314.712	116.966	521.530
TOTAL	6.353.622	888.228	4.190.744	116.966	11.549.560

31/12/2009

ACTIVO					
(milhares de euros)	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	-	-	1.084.806	-	1.084.806
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	10.068	-	10.068
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	223.158	-	223.158
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	112.418	-	112.418
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.780.905	4.737.514	123.274	-	9.641.693
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos (dos quais):	63.235	3.461	108.749	321.027	496.472
Activos Tangíveis	58.699	3.032	253	-	61.984
Activos Intangíveis	4.536	429	620	-	5.585
TOTAL	4.844.140	4.740.975	1.662.473	321.027	11.568.615

PASSIVO					
(milhares de euros)	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	2.724.452	-	2.724.452
Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	8.847	-	8.847
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	20.404	-	20.404
Depósitos de clientes	5.931.321	636.464	38.609	-	6.606.394
Débitos representados por títulos	-	-	528.299	-	528.299
Passivos Subordinados	-	-	434.384	-	434.384
Outros Passivos	37.810	44.690	301.252	214.433	598.185
TOTAL	5.969.131	681.154	4.056.247	214.433	10.920.965

31/12/2010

(milhares de euros)	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	17.155	183.886	6.641	-	207.682
Margem Financeira - Intersegmentos	64.881	(70.674)	5.793	-	-
Margem Financeira Total	82.036	113.212	12.434	-	207.682
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	17.190	-	17.190
Rendimento de serviços e comissões	41.414	38.721	3.116	832	84.083
Encargos com serviços e comissões	(642)	(4.830)	(593)	(6.858)	(12.923)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultado	-	-	(7.769)	-	(7.769)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	7.513	-	7.513
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	783	-	783
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	-	-	4.074	4.074
Outros Resultados de Exploração	12.168	8.304	-	1.036	21.508
Produto da Actividade	134.976	155.407	32.674	(916)	322.141
Custos com Pessoal	(74.954)	(32.595)	(5.196)	-	(112.745)
Outros gastos administrativos	(39.407)	(30.480)	(2.834)	-	(72.721)
Cash Flow de Exploração	20.615	92.332	24.644	(916)	136.675
Depreciações e Amortizações	(10.754)	(2.920)	(524)	-	(14.198)
Provisões líquidas de anulações	1.704	730	-	-	2.434
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(49.270)	(73.906)	-	-	(123.176)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	(9.476)	-	(9.476)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(1.539)	(1.539)
Resultados antes de impostos	(37.705)	16.236	14.644	(2.455)	(9.280)
Impostos	14.023	(6.039)	947	913	9.844
Resultado do Exercício	(23.682)	10.197	15.591	(1.542)	564

31/12/2009

(milhares de euros)	Banca de Retailho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	16.597	186.261	(13.653)	-	189.205
Margem Financeira - Intersegmentos	60.163	(84.927)	24.764	-	-
Margem Financeira Total	76.760	101.334	11.111	-	189.205
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	40.326	-	40.326
Rendimento de serviços e comissões	30.970	35.981	2.159	4.262	73.372
Encargos com serviços e comissões	(319)	(3.447)	(385)	(6.310)	(10.461)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultado	-	-	6.736	-	6.736
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	4.598	-	4.598
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	1.843	-	1.843
Resultados de Alienação de Outros Activos	(2.092)	(4.920)	-	(1.613)	(8.625)
Outros Resultados de Exploração	11.834	9.757	195	1.091	22.877
Produto da Actividade	117.153	138.705	66.583	(2.570)	319.871
Custos com Pessoal	(69.844)	(34.345)	(7.920)	-	(112.109)
Outros gastos administrativos	(40.056)	(33.123)	(5.164)	-	(78.343)
Cash Flow de Exploração	7.253	71.237	53.499	(2.570)	129.419
Depreciações e Amortizações	(10.790)	(3.596)	(1.146)	-	(15.532)
Provisões líquidas de anulações	(62)	(83)	-	(56)	(201)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(28.440)	(60.929)	-	-	(89.369)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	(12.704)	-	(12.704)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	1.660	1.660
Resultados antes de impostos	(32.039)	6.629	39.649	(966)	13.273
Impostos	12.462	(2.578)	136	376	10.396
Resultado do Exercício	(19.577)	4.051	39.785	(590)	23.669

Segmentos geográficos

31/12/2010

(milhares de euros)	Portugal	Resto União Europeia	Total
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	1.161.929	11.816	1.173.745
Activos Financeiros Detidos para Negociação	3.911	-	3.911
Activos Financeiros ao Justo Valor	293.126	-	293.126
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	425.740	1.126	426.866
Empréstimos a Clientes (Líquido)	10.016.158	11.754	10.027.912
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-
Outros activos (dos quais):	457.732	2.611	460.343
Activos Tangíveis	55.462	1.013	56.475
Activos Intangíveis	7.186	-	7.186
TOTAL	12.358.596	27.307	12.385.903

PASSIVO

(milhares de euros)	Portugal	Resto União Europeia	Total
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.657.474	6.031	2.663.505
Passivos Financeiros detidos para Negociação	16.990	-	16.990
Passivos Financeiros ao Justo Valor	4.957	-	4.957
Depósitos de clientes	7.147.060	11.235	7.158.295
Débitos representados por títulos	755.340	-	755.340
Passivos Subordinados	428.943	-	428.943
Outros Passivos	508.642	12.888	521.530
TOTAL	11.519.406	30.154	11.549.560

31/12/2009

(em milhares de euros)	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
ACTIVO			
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de IC	1.084.692	115	1.084.807
Activos Financeiros Detidos para Negociação	10.068	-	10.068
Activos Financeiros ao Justo Valor	223.158	-	223.158
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	112.418	-	112.418
Empréstimos a Clientes (Líquido)	9.628.571	13.122	9.641.693
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	0
Outros activos (dos quais):	494.194	2.277	496.471
Activos Tangíveis	60.098	1.886	61.984
Activos Intangíveis	5.574	11	5.585
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	11.553.101	15.514	11.568.615

PASSIVO

(em milhares de euros)	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.724.452	-	2.724.452
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	8.847	-	8.847
Passivos Financeiros ao Justo Valor	20.404	-	20.404
Depósitos de clientes	6.606.395	-	6.606.395
Débitos representados por títulos	528.299	-	528.299
Passivos Subordinados	434.384	-	434.384
Outros Passivos	581.071	17.113	598.184
TOTAL do PASSIVO	10.903.852	17.113	10.920.965

31/12/2010

(milhares de euros)	Portugal	Resto União Europeia	Total
Juros e Rendimentos Similares	525.983	970	526.953
Juros e Encargos Similares	(318.983)	(288)	(319.271)
Margem financeira	207.000	682	207.682
Rendimento de instrumentos de capital	17.190	-	17.190
Rendimento de serviços e comissões	84.040	43	84.083
Encargos com serviços e comissões	(12.914)	(9)	(12.923)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultado	(7.769)	-	(7.769)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	7.513	-	7.513
Resultados de Reavaliação Cambial	695	88	783
Resultados de Alienação de Outros Activos	4.074	-	4.074
Outros Resultados de Exploração	21.642	(134)	21.508
Produto da Actividade	321.469	672	322.141
Custos com Pessoal	(110.760)	(1.985)	(112.745)
Outros gastos administrativos	(71.710)	(1.011)	(72.721)
Cash Flow de Exploração	138.998	(2.323)	136.675
Depreciações e Amortizações	(13.851)	(347)	(14.198)
Provisões líquidas de anulações	2.434	-	2.434
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(123.176)	-	(123.176)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(9.298)	(178)	(9.476)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.539)	-	(1.539)
Resultados antes de impostos	(6.433)	(2.847)	(9.280)
Impostos	9.844	-	9.844
Resultado do Exercício	3.411	(2.847)	564

31/12/2009

(em milhares de euros)	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	619.622	2.037	621.659
Juros e Encargos Similares	(431.119)	(1.335)	(432.454)
Margem financeira	188.503	702	189.205
Rendimento de instrumentos de capital	40.326	-	40.326
Rendimento de serviços e comissões	73.276	96	73.372
Encargos com serviços e comissões	(10.457)	(4)	(10.461)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	6.736	-	6.736
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	4.598	-	4.598
Resultados de Reavaliação Cambial	1.842	1	1.843
Resultados de Alienação de Outros Activos	(8.625)	-	(8.625)
Outros Resultados de Exploração	22.984	(107)	22.877
Produto bancário	319.183	688	319.871
Custos com Pessoal	(110.597)	(1.512)	(112.109)
Outros gastos administrativos	(77.718)	(625)	(78.343)
Cash Flow de Exploração	130.868	(1.449)	129.419
Depreciações e Amortizações	(15.382)	(150)	(15.532)
Provisões líquidas de anulações	(201)	-	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(89.369)	-	(89.369)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(12.704)	-	(12.704)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.660	-	1.660
Resultados antes de impostos	14.872	(1.599)	13.273
Impostos	10.396	-	10.396
Resultado do Exercício	25.268	(1.599)	23.669

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	52.885	61.003
Dépositos à ordem no Banco de Portugal	39.727	216.142
	92.612	277.145

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Cheques a cobrar	24.881	26.215
No país	24.833	26.152
No estrangeiro	48	63
Déposito à ordem	22.488	25.559
No país	1.261	885
No estrangeiro	21.227	24.674
	47.369	51.774

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2010 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2011.

7. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, não enquadrados em operações de cobertura.

Descrição	31-12-2010			31-12-2009	
	Nocional	Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Forwards					
- Compras	27.974	571	469	617	227
- Vendas	28.119				
Currency Swaps					
- Compras	571.515	3.094	6.990	7.679	4.103
- Vendas	575.570				
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	2.873.642	246	9.531	1.150	4.517
Contratos sobre acções / índices					
Equity / Index Swaps	-	-	-	622	-
Total		3.911	16.990	10.068	8.847

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em “Activos financeiros detidos para negociação” e o justo valor negativo em “Passivos financeiros detidos para negociação”.

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Dívida pública portuguesa	-	41.759
Dívida não subordinada emitida por residentes	72.896	47.505
Dívida não subordinada emitida por não residentes	29.722	75.493
Instrumentos de capital emitidos por residentes	190.013	58.361
Instrumentos de capital emitidos por não residentes	495	40
	293.126	223.158

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
Dívida não subordinada			
BANIF LEASING 05/15	100,00%	6.000.000	6.084
BANIF INVESTIMENTOS TX VR 2016	100,00%	15.000.000	15.002
RENTIPAR SEGUROS 2015	100,00%	24.500.000	24.681
RENTIPAR 2008/2012	100,00%	24.685.000	24.685
BANIF SCPS 08/11	100,00%	933.000	941
AÇOREANA TX VR DEZ 17	100,00%	1.502.000	1.503
BANIF FINANCE FLT DEZ 14	83,50%	100.000	84
BAYER 0% MAR 11	98,62%	14.795.000	14.591
TRADE INVEST LIMITED - SERIE 7 -TRANCHE A	98,10%	220.000	216
HSH NORDBK 3,85%OUT14	104,52%	5.000.000	5.260
HSH NORDBK 3,5%OUT15	95,10%	10.000.000	9.571
Instrumentos de capital			
FCP	0,90	19.920	18
INAPA - Inv. Part. Cestão	0,38	125.693	47
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1,85	1.299.278	2.408
INFRA INVEST FEIA	92,92	60.980	5.666
BANIF IMOPREDIAL	7,51	8.831.865	66.321
FUNDO CAPITAL DE RISCO CAPVEN	2.677,11	150	402
NEW ENERGY FUND-FEIF	48.848,56	36	1.759
BANIF PROPERTY	1.000,00	432	432
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	9.377,36	1.250	11.722
BANIF RENDA HABITAÇÃO	1.004,65	10.000	10.046
BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA	929,97	25.000	23.249
BANIF IMOGEST	37,99	1.788.535	67.943
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	-	249.750	155
BANIF FINANCE AÇ PRF PRP	0,97	350.000	340
			293.126

O valor do Balanço corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Os títulos HSH NORDBK 3,85%OUT14 e HSH NORDBK 3,5%OUT15, no montante de 14.831 milhares de euros, estão a caucionar operações do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu (BCE).

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Valor de Balanço
BANIF SCPS 08/11	941
TRADE INVEST LIMITED - SERIE 7 -TRANCHE A	216
BAYER 0% MAR 11	14.591
	15.748

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Títulos		
Instrumentos de capital	4.325	11.562
Instrumentos de dívida	89.011	-
Adquiridos no âmbito de operações de securitização	333.530	100.856
	426.866	112.418

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de Balanço	Imparidade
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	5.787.980	5.979	-
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	33.750.000	30.737	-
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.545	-
CGD 3,625% JUL14	5.000.000	4.729	-
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.637	-
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.077	-
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.674	-
RENTIPAR SEGUROS 2015	5.000.000	5.036	-
Grécia 4,3% Mar 12	2.000.000	1.899	-
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	2.000	201	-
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	1.700	225	-
ATLANTE MTC Nº 1	64	17.930	(4.009)
ATLANTE MTC Nº 2 CL D	161	18.618	(4.345)
ATLANTE MTC Nº 3 CL C	237	30.546	(5.758)
ATLANTE MTC Nº 4 CL C	165	18.878	(3.039)
ATLANTE MTC Nº 5 CL C	205	22.039	(377)
AZOR MORTGAGES Nº1 PUBLIC LTD - CLASS D NOTES	51	7.290	(1.787)
AZOR MORTGAGES Nº.2 - CLASS C - (XS0378557663)	68	8.923	(4.140)
ATLANTES FIN Nº 3	148	147.695	-
ATLANTES FIN Nº 3 CL C	180	20.265	(1.637)
ATLANTE MTC Nº 7 CL C	636	66.438	-
BANIF FINANCE SUB DEZ 2019, Ltd	92.000	71	-
BANIF FINANCE FIN SUB DEZ14	500.000	418	-
BK IRLAND 4 4,625% SET14	2.500.000	2.116	-
CAJAMADRID 4,25% FEV 14	5.000.000	5.091	-
BANIF FINANCE 5% NOV13	9.463.000	7.118	-
BANIF FINANCE 6% NOV13	7.410.000	7.456	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	5	-
S.W.I.F.T.	14	11	-
VISA CLASS C	2.533	65	-
FINANCEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103.436	445	-
UNICRE, SA	35.076	917	-
BANIF FINANCE AÇ PRF PRP	254.000	247	-
BANIF AÇOR PENSÕES-SOC.GESTORA FUNDOS PENSÕES , SA.	40.000	240	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	1.168.000	699	-
CEIM, LDA	800	4	-
COLISEU MICAELENSE, S A	83	-	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	(2)
CARVAL	500	1	-
IMOVALOR	19.890	281	-
LISGARANTE	500	1	-
MACEDO & COELHO	188	0	-
NORCARANTE	500	1	-
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
LUSITANIA SEGUROS	476	228	(129)
SC BRAGA SAD	20	-	-
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	-	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	852	(233)
		452.502	(25.636)

Títulos deduzidos à rubrica “Passivos financeiros associadas a activos transferidos”:

ATLANTE MTG Nº 2 CL A	280.033
ATLANTE MTG Nº 2 CL B	18.411
ATLANTE MTG Nº 2 CL C	7.506
ATLANTE MTG Nº 3 CL A	483.495
ATLANTE MTG Nº 3 CL B	41.469
ATLANTE MTG Nº 4 CL A	514.435
ATLANTE MTG Nº 4 CL B	35.764
ATLANTE MTG Nº 5 CL A	455.572
ATLANTE MTG Nº 5 CL B	45.064
AZOR MTG Nº.2 CL A	206.932
AZOR MTG Nº.2 CL B	46.666
ATLANTES FIN Nº 3 CL A	93.708
ATLANTES FIN Nº 3 CL B	101.516
ATLANTE MTG Nº 7 CL A	357.798
ATLANTE MTG Nº 7 CL B	39.762
	<u>2.728.131</u>

Os títulos Atlantes MTG N.º2 CL A, Atlantes MTG N.º3 CL A, Atlantes MTG N.º4 CL A, Atlantes MTG N.º5 CL A, Atlantes MTG N.º7 CL A, Atlantes Finance N.º3 CL A, Azor Mortgage N.2 CL A, BCP 3,625% 19JAN2012, BCP 4,75% 29OUT2014 e CGD 3,625% 21 JUL2014 encontram-se a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu (2.406.093 milhares de euros).

Do montante de 36.716 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 35.171 milhares de euros correspondem a “Activos dados em garantia” que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Os títulos Carval, Lisgarante e Norgarante encontram-se a caucionar os compromissos com a sociedade Garantia Mútua.

Não existem títulos a vencer no prazo de um ano.

A sociedade alienou, no exercício de 2010, à Banif – SCPS, SA, a sociedade Rentipar Seguros, SCPS, SA pelo montante de 26.664 milhares de euros, tendo registado uma mais-valia de 7.591 milhares de euros. Esta mais-valia está apresentada na Demonstração de Resultados na linha “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. (Nota 35).

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Mercado monetário interbancário	250.000	150.000
Empréstimos		
No país	342.716	93.228
No Estrangeiro	358.590	471.960
Outras Aplicações		
No país	34.177	19.713
No Estrangeiro	48.287	20.990
Perdas de imparidade	(6)	(4)
	1.033.764	755.887

Nesta rubrica, o montante de 20 milhões de euros referente a operações de compra com acordo de revenda, dos títulos BCP FLOAT 2011. Estes títulos encontram-se a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu.

A movimentação de imparidade de aplicações em instituições de crédito apresenta a seguinte evolução:

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2010
Imparidade OIC	-	178	-	(178)	-	-
Risco País - Aplicações OIC	4	10	-	-	(8)	6
Total	4	188	-	(178)	(8)	6

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2010	31-12-2009
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	2.203.574	2.400.086
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	279.235	323.470
Empréstimos	2.587.976	2.295.885
Descobertos	91.397	74.061
Factoring	164.791	195.475
Outros	24.520	40.536
Crédito a Particulares		
Habitação	444.135	598.126
Consumo	155.617	375.836
Outras finalidades		
Empréstimos	411.685	413.693
Contas Correntes	129.234	135.249
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	17.877	26.819
Descobertos	38.887	43.985
Outros	54.238	45.215
Outros créditos e valores a receber (titulados)	334.878	122.325
Crédito a clientes - Titularizado	2.959.053	2.470.922
Crédito e juros vencidos	385.350	245.138
Rendimentos a receber	53.006	33.230
Despesas com rendimento diferido	12.723	12.444
Receitas com rendimento diferido	(14.435)	(13.740)
Provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa	(305.829)	(197.062)
Total	10.027.912	9.641.693

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 21.

A rubrica “Outros créditos e valores a receber” inclui os títulos BCP FLOAT 2011, no montante de 110 milhões que se encontram a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu.

A rubrica “Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” apresenta a seguinte evolução em 2010:

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2010
Crédito vencido	168.850	122.732	1.731	(8.457)	(14.422)	270.434
Crédito de Cobrança Duvidosa	28.108	59.694	4.553	(12.234)	(44.746)	35.375
Risco País - Crédito ao exterior	104	74	-	-	(158)	20
Total	197.062	182.500	6.284	(20.691)	(59.326)	305.829

As “Utilizações” incluem o montante de 17.210 milhares de euros e as “Reposições e anulações” o montante de 27.005 milhares de euros relativos aos créditos cedidos no âmbito de operações de cedência, conforme descrito abaixo.

A sociedade, nos exercícios de 2010 e 2009, realizou as seguintes cessões de crédito a outras entidades do Banif – Grupo Financeiro:

Contraparte	2010				
	Crédito	Juros	Provisões	Crédito e juros líquidos de provisões	Valor venda
Banif (Cayman)	33.397	1.243	15.081	19.559	22.985
Banif Forfaiting Company	30.154	2.891	19.995	13.050	28.990
Banif International Bank	14.323	1.019	9.139	6.203	13.842
Total	77.874	5.153	44.215	38.812	65.817

Contraparte	2009				
	Crédito	Juros	Provisões	Crédito e juros líquidos de provisões	Valor venda
Banif (Cayman)	40.358	3.057	30.229	13.186	39.639
Banif Forfaiting Company	30.799	1.129	7.889	24.039	28.480
Banif International Bank	-	-	-	-	-
Total	71.157	4.186	38.118	37.225	68.119

A coluna “provisões” inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para crédito vencido.

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
<i>Interest rate swap</i>	-	878
Passivo		
<i>Interest rate swap</i>	-	(319)
	-	559

A partir de 1 de Abril de 2010, a Sociedade optou por descontinuar a relação de cobertura. O ajustamento de revalorização existente na referida data, no montante de 3.571 milhares de euros, está a ser amortizado pelo prazo residual dos instrumentos cobertos.

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2009	Movimento do exercício					Saldo em 31-12-2010
		Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Reversões de imparidade Reconhecidas	
Imóveis e equipamento	53.340	68.722	(24.684)	(288)	(1.284)	355	96.161
Total	53.340	68.722	(24.684)	(288)	(1.284)	355	96.161

No período de referência das demonstrações financeiras foram adquiridos, por meio de execução de garantias, o montante de 68.722 milhares de euros.

Durante o ano de 2010, a Sociedade alienou imóveis recebidos em dação em pagamento provenientes de reembolso de crédito próprio, o valor de 24.684 milhares de euros sendo que deste montante 18.051 milhares de euros foram vendas a entidades relacionadas (Banif Imobiliária), das quais resultou uma mais-valia de 2.955 milhares de euros. Ainda durante este exercício houve também alienações a entidades externas ao Grupo Banif, no montante de 6.633 milhares de euros e das quais resultou uma menos valia líquida de 1.056 milhares de euros. As mais e menos valias realizadas com a alienação de Activos não correntes detidos para venda estão apresentados na Demonstração de Resultados na linha "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 36).

	Valor Contabilístico	Valor de Venda	Mais valia	Menos valia
Entidades Relacionadas (<i>Banif Imobiliária</i>)	18.051	21.006	2.955	-
Entidades Externas ao Grupo Banif	6.633	5.576	128	-1.184
Total	24.684	26.582	3.083	-1.184

14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2009	Movimento do exercício					Amortização do exercício	Saldo em 31-12-2010
		Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Reversões de imparidade reconhecidas		
Outras propriedades de investimento	27.242	7.317	(5.833)	288	(49)	194	(235)	28.924
Total	27.242	7.317	(5.833)	288	(49)	194	(235)	28.924

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

Os imóveis registados nesta categoria correspondem a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

Durante o ano de 2010, a Sociedade alienou imóveis provenientes de reembolso de crédito próprio o valor de 6.125 milhares de euros sendo que deste montante 6.016 milhares de euros foram vendas a entidades relacionadas (Banif Imobiliária) e das quais resultou uma mais-valia de 2.157 milhares de euros. Ainda durante este exercício registaram-se vendas a entidades externas ao Grupo Banif no montante de 110 milhares de euros e das quais resultou uma mais-valia de 2 milhares de euros. As mais valias realizadas com a alienação de Propriedades de Investimento estão apresentados na Demonstração de Resultados na linha "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 36).

	Valor Contabilístico	Amortizações	Valor de Venda	Mais valia
Entidades Relacionadas (<i>Banif Imobiliária</i>)	6.016	291	7.882	2.157
Entidades Externas ao Grupo Banif	109	1	110	2
Total	6.125	292	7.992	2.159

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2009		Aumentos			Amortizações do exercício	Regularizações	Abates		Valor líquido 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências			Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Imóveis de serviço próprio	1.823	337	-	-	-	52	-	-	-	1.434
Obras em imóveis arrendados	55.714	19.472	1.037	-	4.145	5.169	-	-	-	36.255
Equipamento	55.731	41.506	3.212	-	1.004	4.635	-	485	453	13.774
Património artístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	8.180	5.280	137	-	104	430	-	-	-	2.711
Imóveis de serviço próprio - em curso	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis arrendados - em curso	5.073	-	1.200	-	(4.597)	-	-	-	-	1.676
Equipamento - em curso	1.737	-	29	-	(1.462)	-	-	-	-	304
Outros activos tangíveis - em curso	321	-	-	-	-	-	-	-	-	321
Total	128.579	66.595	5.615	-	(806)	10.286	-	485	453	56.475

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores e no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2009		Aumentos			Amortizações do exercício	Regularizações	Abates		Valor líquido 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências			Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Despesas de investigação e desenvolvimento	154	154	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	38.997	33.904	4.144	-	947	3.613	-	-	-	6.571
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	1.389	1.389	-	-	331	64	-	-	-	267
Activos intangíveis - em curso	492	-	347	-	(472)	-	-	19	-	348
Total	41.032	35.447	4.491	-	806	3.677	-	19	-	7.186

No exercício de 2010 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

17. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de capital		
No país	353	350
No estrangeiro	89	82
Imparidade	-	-
Total	442	432

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Valor de			Capitais Próprios	Resultado Líquido
	Balço antes de imparidade	Imparidade	% detida		
Instrumentos de capital					
BANIF BRAZIL, LDA	14	-	20%	26	(6)
BANIF FINANCE Ltd	1	-	1%	153.627	22.348
NUMBERONE - SCPS, LDA.	353	-	99%	9.716	17.044
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-S. JOSÉ CALIFÓRNIA	-	-	100%	(52)	(1)
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-FALL RIVER	74	-	100%	75	0
	442	-	-	-	-

Na sociedade Banif Finance a percentagem detida corresponde a 1% do capital votante.

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

18.1 Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos apresentam a seguinte composição e movimento no exercício:

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		Por resultados		Por reservas e resultados transitados		
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
Activos por imposto diferido	38.657	(17.608)	27.462	1.137	-	49.648
Outros riscos e encargos	100	(67)	3	-	-	36
Provisões e imparidade tributadas	24.785	(9.883)	17.568	-	-	32.470
Derivados Banif	8	(8)	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	152	-	49	-	-	201
Benefícios de empregados	2.833	(293)	398	-	-	2.938
Prejuízos fiscais	4.588	(5.623)	9.351	-	-	8.316
Fundo de pensões BBKA	3.602	(763)	-	-	-	2.839
Comissões	331	(331)	-	-	-	-
Propriedades de investimento	197	(77)	14	-	-	134
Outros	563	(563)	-	-	-	-
Fundo pensões Banif	1.498	-	79	-	-	1.577
Activos disponíveis para venda	-	-	-	1.137	-	1.137
Passivos por imposto diferido	(375)	-	374	1	-	-
Derivados BBKA	(125)	-	125	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(249)	-	249	-	-	-
Activos disponíveis para venda	(1)	-	-	1	-	-
TOTAL	38.282	(17.608)	27.836	1.138	-	49.648

18.2 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO CORRENTE			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de impostos	(9.280)	-	-	-
IRC e correcção impostos exercícos anteriores	384	-	-	-
Imposto Diferido	(10.228)	-	-	-
Resultado Líquido do exercíco	564	(2.746)	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	24,2%	-	-	-
Adicionais sobre taxa legal	3,7%	-	-	-
Carga fiscal normal	27,9%	-	-	-
Variações Patrimoniais	(2.021)	(564)	(2.021)	(564)
A acrescer	1.015	283	1.015	283
A retirar	(3.036)	(847)	(3.036)	(847)
Despesas não Dedutíveis	101.211	28.238	(79.116)	(22.073)
Multas	12	3	-	-
Provisões não dedutíveis	83.184	23.208	(83.184)	(23.208)
Amortizações não dedutíveis	56	16	-	-
Imputação de lucros de sociedades off-shore	14.265	3.980	0	0
Outros	3.694	1.031	4.068	1.135
Receitas não Tributáveis	(104.172)	(29.064)	57.713	16.102
Mais valias contabilísticas	(4.099)	(1.144)	-	-
Menos valias fiscais	(16)	(4)	-	-
Dividendos não tributáveis de participadas	(16.873)	(4.708)	-	-
Eliminação da dupla tributação económica	(16.900)	(4.715)	-	-
Provisões não dedutíveis	(62.350)	(17.396)	55.638	15.523
Benefícios de empregados	(3.095)	(864)	2.075	579
Outros	(839)	(234)	-	-
Efeitos Fiscais de Benefícios Fiscais	(1.045)	(292)		
Outros	(1.045)	(292)	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	(15.307)	(4.428)		
Dedução de prejuízos fiscais/ benefícios fiscais	48	13		
Lucro fiscal ACE	48	13	-	-
Matéria Colectável	(15.259)	(4.415)	(15.259)	(3.693)
Colecta Total				
Total de deduções à colecta	-	(4.415)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas liquidado				
Retenções na fonte e pagamentos por conta - Activos por impostos correntes	-	(467)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	-	-	-
Correcções impostos exercícos anteriores	-	-	-	-
Tributação autónoma	-	404	-	-
Total a pagar (recuperar)		404		
Carga Fiscal Total - Passivos por impostos correntes		404		
Encargos / rendimentos por impostos diferidos	-	-	-	10.228
Impostos diferidos reconhecidos no exercíco	-	-	-	10.228
Taxa Efectiva de Tributação				

Em “Activos por impostos correntes” está contabilizado o montante de 467 milhares de euros de IRC a recuperar.

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	525	511
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	548	534
Bonificações a receber	10.335	6.409
	10.335	6.409
Suprimentos	6.985	6.985
Devedores diversos	80.204	141.740
Despesas com encargos diferidos - Fundo Pensões	4.150	5.831
Fundo Pensões	18.564	15.452
Outros activos	105.009	134.936
	214.912	304.944
Perdas de imparidade	(4.755)	(4.000)
	221.040	307.887

A rubrica “devedores diversos” inclui saldos com entidades relacionadas no montante de 33.162 milhares de euros (105.148 milhares de euros em 2009).

A rubrica “Outros Activos” inclui 9.400 milhares de euros a receber de dividendos de entidades relacionadas (40.000 milhares de euros em 2009).

As “Despesas com custo diferido – Fundo de Pensões” referem-se ao regime transitório previsto no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal.

20. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A Imparidade de activos apresenta o seguinte movimento no exercício:

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2010
Activos Financeiros disponíveis para venda	16.338	9.298	-	-	-	25.636
Activos não correntes detidos para venda	2.277	1.284	-	-	(355)	3.206
Propriedades de investimento	456	49	-	-	(194)	311
Outros activos	4.000	755	-	-	-	4.755
Total	23.071	11.386	-	-	(549)	33.908

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Recursos de Bancos Centrais	1.650.000	1.100.000
Encargos Financeiros	965	3.424
	1.650.965	1.103.424

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme indicado nas Notas 8, 9, 10 e 11.

22. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta pela valorização (justo valor negativo) dos instrumentos financeiros derivados, descritos na Nota 7, deste anexo.

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Obrigações	4.930	20.274
Encargos financeiros	27	130
	4.957	20.404

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal em circulação	Valor balanço
BBCA 2006/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.930	4.930

Em 2010 foram reembolsadas as seguintes emissões:

Banif Euro Stoxx 50 2005/2010: 6.133 milhares de euros

Banif SFE Dólar Multi-activos 2005/2010: 3.517 milhares de euros

Banif Euro Multi - Activos 2005/2010: 5.674 milhares de euros

24. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	193.992	258.662
Empréstimos	56.431	50.913
	250.423	309.575
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	101.164	218.067
Empréstimos	651.478	1.075.107
Outros	4.811	14.157
	757.453	1.307.331
Encargos financeiros	4.664	4.122
	1.012.540	1.621.028

25. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Depositos		
À Vista	1.311.329	1.189.645
A prazo	5.303.627	4.773.253
Poupança	96.844	113.137
Outros	406.591	487.002
	7.118.391	6.563.037
Outros débitos		
Cheques e ordens a pagar	3.053	6.444
	3.053	6.444
Encargos financeiros	36.851	36.913
	7.158.295	6.606.394

26. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Certificados de depósito	90.594	19.319
Obrigações	650.000	500.000
Encargos financeiros	12.454	10.124
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	2.292	(1.144)
	755.340	528.299

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif 2009 - 2012 com garantia República	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	500.000
Banif 2011	24-06-2010	27-06-2011	Euribor 12 meses +0,50%	150.000

27. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Atlantes Mortgage N.º1	184.979	204.331
Azor Mortgage N.º1	77.792	86.422
Receita com rendimento diferido	1.932	2.340
	264.703	293.093

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Atlantes Finance N.º3 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas pela Sociedade, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

28. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2010
Riscos Gerais de Crédito	82.501	3.486	4.284	(3)	(5.946)	84.322
Processos judiciais	373	416	-	-	(443)	346
Contingências fiscais	5.576	-	-	(621)	(17)	4.938
Outras provisões	442	70	-	(266)	-	246
Total	88.892	3.972	4.284	(890)	(6.406)	89.852

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 1.076 milhares de euros (1.714 milhares de euros em 2008) relativo ao diferendo sobre a adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Outras provisões e processos judiciais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos.

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias e avales	1.222.346	1.487.495
Cartas de crédito stand-by	-	2.791
Créditos documentários abertos	202.921	30.501
	1.425.267	1.520.787

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outras garantias prestadas (das quais:)		
Activos dados em Garantia	2.667.753	1.806.443
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	263.473	380.714
Compromissos revogáveis	1.036.463	1.162.979
	3.967.689	3.350.136

Os “Activos dados em garantia” correspondem a Obrigações do Tesouro e obrigações associadas a operações de securitização, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal, Sociedade Garantia Mútua e Banco Central Europeu.

29. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica de outros passivos subordinados tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Obrigações e empréstimos subordinados emitidas	433.868	433.868
Obrigações subordinadas readquiridas	(5.480)	-
Encargos financeiros	555	516
	428.943	434.384

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.500
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	25.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/12/2009: 4,5%, de 30/12/2009 até 30/06/2014: Euribor 6 meses acrescida 2,75%; restante período: Euribor 6 meses acrescida 3,00%	100.000
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	20.000
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10.000
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
				433.868

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” corresponde à seguinte situação:

Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, nas seguintes condições:

Emissão: 50 milhões de euros

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

(i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

(ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Esta rubrica inclui 9 milhares de euros de juros corridos.

30. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Credores e Outros Recursos	18.896	90.013
Por gastos com pessoal	24.788	24.691
Posição cambial	145	38
Outros	72.733	50.369
	116.562	165.111

31. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Capital	780.000	566.000
Prémios de emissão	451	451
Outros instrumentos de capital	-	-
Reservas de reavaliação:		
Reservas de reavaliação de títulos	(4.077)	3
Reservas por imposto diferido	1.137	(1)
Reserva Legal	19.143	16.776
Outras reservas e resultados transitados	39.125	40.752
(Acções próprias)	-	-
Resultado do exercício	564	23.669
(Dividendos antecipados)	-	-
Total do Capital	836.343	647.650

O capital social é constituído por 156.000.000 acções, de valor nominal de EUR 5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2010 foi efectuado um aumento de capital no montante de 214 milhões de euros subscrito pelo Banif Comercial, SCPS, SA.

A análise sobre capital regulamentar encontra-se apresentada no capítulo 03 do Relatório de Gestão.

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	1.351	2.287
Juros de aplicações em IC	44.178	63.187
Juros de crédito a clientes	328.275	364.008
Juros de crédito vencido	10.320	10.286
Juros e rendimentos similares de outros activos	135.986	175.044
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	6.843	6.847
	526.953	621.659
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de bancos centrais	12.765	11.674
Juros de recursos de outras IC	49.911	90.927
Juros de recursos de clientes	181.584	191.512
Juros de empréstimos	-	-
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	19.729	11.987
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	1.485	67.207
Juros de passivos subordinados	17.097	12.491
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	2.731	2.037
Outros	33.969	44.619
	319.271	432.454

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	290	326
Dividendos de investimentos em filiais	16.900	40.000
	17.190	40.326

No exercício de 2010 os dividendos recebidos foram de 7.790 milhares de euros, sendo que o montante de 9.400 milhares de euros (9.306 milhares de euros da sociedade Numberone SGPS, Lda e 94 milhares de euros da sociedade Banif Finance Ltd) foi reconhecido nos termos da Nota 3.17.

34. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	14.578	11.886
Depósito e guarda de valores	416	425
Cobrança de valores	7.931	4.482
Transferência de valores	1.448	937
Gestão de cartões	10.855	9.690
Anuidades	3.407	3.232
Operações de crédito	1.170	1.246
Outros serviços prestados	9.423	9.038
Outras comissões recebidas	34.855	32.436
	84.083	73.372
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	4.806	3.374
Por outros serviços recebidos	7.810	6.800
Outras comissões pagas	307	287
	12.923	10.461

35. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	67.010	75.245
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	7.911	18.530
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12.390	15.040
Ganhos em derivados de cobertura	5.646	1.261
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	7.693	4.598
Outros Ganhos	-	5.240
	100.650	119.914
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	66.227	73.402
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	13.947	20.927
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19.475	4.133
Perdas em derivados de cobertura	294	2.405
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	180	-
Outras Perdas	-	5.870
	100.123	106.737

Os ganhos em activos financeiros disponíveis para venda incluem o valor de 7.591 milhares de euros relativos à alienação de acções da Rentipar Seguros à Banif SCPS, conforme descrito na nota 9.

36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Resultados de alienação de outros activos têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos na alienação de outros activos	5.289	1.616
Perdas na alienação de crédito a clientes	(26)	(7 013)
Perdas na alienação de outros activos	(1 189)	(3 228)
	4 074	(8 625)

Os Ganhos na alienação de outros activos incluem:

- o valor de 3.083 milhares de euros de ganhos na alienação de Activos não correntes detidos para venda, dos quais 2.955 milhares de euros foram realizados com entidades relacionadas (Nota 13), e;
- o valor de 2.159 milhares de euros de ganhos na alienação de Propriedades de Investimento, dos quais 2.157 milhares de euros foram realizados com entidades relacionadas (Nota 14).

As perdas na alienação de outros activos incluem o valor de 1.184 milhares de euros de menos valias obtidas na alienação de Activos não correntes detidos para venda (Nota 13).

Outros resultados de exploração têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	6.008	5.166
Recuperação de crédito e juros	10.146	9.977
Reembolso de despesas	11.497	13.061
Ganhos em activos não financeiro	-	-
Outros	1.242	4.697
	28.893	32.901
Outros custos		
Quotizações e donativos	548	515
Contribuições para FGD e FCCAM	1.422	1.270
Outros impostos	1.602	3.250
Perdas em activos não financeiros	274	1.374
Outros	3.539	3.615
	7.385	10.024

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	3.036	3.149
Remuneração de empregados	80.631	78.957
	<u>83.667</u>	<u>82.106</u>
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	19.118	18.191
Encargos com pensões:		
- Banif	860	1.264
- Banco Banif e Comercial dos Açores	3.363	4.397
- Outros (Planos de contribuições definidas)	2.419	2.793
Outros encargos sociais	2.509	2.002
	<u>28.269</u>	<u>28.647</u>
Outros custos com pessoal	809	1.356
	<u>112.745</u>	<u>112.109</u>

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Água, energia e combustíveis	3.325	3.082
Material de consumo corrente	680	990
Rendas e alugueres	19.202	18.369
Comunicações	7.155	8.273
Deslocações, estadas e representação	1.480	1.835
Publicidade e edição de publicações	5.873	8.785
Conservação e reparação	2.968	2.727
Transportes	1.037	1.330
Formação de pessoal	568	894
Seguros	810	997
Serviços especializados	25.575	26.980
Outros	4.048	4.081
	<u>72.721</u>	<u>78.343</u>

A rubrica “serviços especializados” inclui o montante de 275 milhares de euros com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

39. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Resultado do exercício	564	23.669
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	113.434.521	88.241.096
Canho por acção (EUR/acção)	0,00	0,27

Atendendo que o capital social da Sociedade é composto por acções ordinárias, apenas se apresentam os resultados por acção básicos.

40. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam, na rubrica de “Rendas e alugueres” dos Custos Gerais Administrativos, referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	7.563	395	48
Entre 1 e 5 Anos	6.641	2.293	268
Superior a 5 Anos	36.585	-	-
Total	50.789	2.688	316

41. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II do Relatório de Gestão.

42. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

31-12-2010	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação	
		Análise de mercado	Outras
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação	-	3.911	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	187.456	105.670	-
Activos financeiros disponíveis para venda	68.915	20.346	337.605
Passivos			
Passivos financeiros detidos para negociação	-	16.990	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.957	-
31-12-2009			
31-12-2009	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação	
		Análise de mercado	Outras
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.446	622
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	100.160	122.998	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4	-	112.414
Passivos			
Passivos financeiros detidos para negociação	-	8.847	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	20.404	-
Responsabilidade representadas por títulos	-	508.613	-

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Não existem alterações, em relação a 2009, aos critérios valorimétricos relativos a activos financeiros que estão classificados como técnica de avaliação análise de mercado.

A rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” incluída nesta análise corresponde à emissão do Banif 2009 – 2012.

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

	31-12-2009	Aquisições	Alienações	Amortizações	Imparidade	Transferências de níveis	31-12-2010
Activos financeiros disponíveis para Venda							
Instrumentos de capital	11.558	1.509	(9.225)	-	(233)	-	3.609
Instrumentos de dívida	100.856	242.292	-	(87)	(9.065)	-	333.996

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.7.2.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna “outros” (4.075 milhares de euros em 2010 e 11.558 milhares de euros em 2009).

O modelo de valorização para os passivos financeiros ao justo valor através de resultados, consiste na utilização para a componente financeira de técnicas de “discounted cash-flows” com base numa curva de taxa de juro de cupão zero, ajustada pelo spread implícito no passivo na data da respectiva emissão. O valor do derivado embutido é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes. O justo valor do instrumento é, assim, determinado pela soma das duas componentes, financeira e derivado embutido.

Nos modelos internos de valorização dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg, nomeadamente para os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário e para prazos superiores através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,25%	0,20%
7 dias	0,35%	0,23%
15 dias	0,43%	0,23%
1 mês	0,62%	0,23%
2 meses	0,78%	0,25%
3 meses	0,96%	0,29%
4 meses	1,07%	0,34%
5 meses	1,16%	0,40%
6 meses	1,26%	0,46%
7 meses	1,31%	0,51%
8 meses	1,35%	0,56%
9 meses	1,40%	0,62%
10 meses	1,44%	0,56%
11 meses	1,48%	0,51%
1 ano	1,53%	0,45%
2 anos	1,56%	0,83%
3 anos	1,89%	1,31%
4 anos	2,23%	1,76%
5 anos	2,56%	2,21%
6 anos	2,75%	2,54%
7 anos	2,93%	2,86%
8 anos	3,06%	3,04%
9 anos	3,19%	3,23%
10 anos	3,32%	3,41%
20 anos	3,70%	4,03%
30 anos	3,50%	4,13%

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

31-12-2010

	Valor de balanço	Justo valor
Activos		
Aplicações e Disponibilidades em IC's	1.081.133	1.081.133
Créditos e outros valores a receber	10.027.912	10.027.912
Passivos		
Recursos de IC's	1.012.540	1.012.540
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.158.295	7.158.295
Responsabilidade representadas por títulos	755.340	755.340

31-12-2009

	Valor de balanço	Justo valor
Activos		
Aplicações e Disponibilidades em IC's	807.661	807.661
Créditos e outros valores a receber	9.641.693	9.641.693
Passivos		
Recursos de IC's	1.621.028	1.621.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.606.394	6.606.394
Responsabilidade representadas por títulos	19.686	19.686

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Atendendo à pouca materialidade do crédito a taxa fixa superior a um ano, considerou-se que o valor de balanço é uma aproximação ao justo valor. Para os recursos de clientes e responsabilidades representadas por títulos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Os valores acima apresentados na rubrica “crédito e outros valores a receber” são apresentados líquidos de provisões de acordo com o normativo do Banco de Portugal.

43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

43.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 3.13, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diferentes planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, a afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;
- Plano de Pensões BBKA, de benefício definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;

- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

43.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 90 Pensionistas (86, em 2009) e 12 Activos (18, em 2009), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.548 Activos (2.411, em 2009), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundc	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se da taxa de desconto para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e reduziu-se de 6,00% para 5,5% para o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com o SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de “turnover” por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	18.052	18.799
Serviços passados de activos	2.196	3.015
Encargos com SAMS	5.971	4.986
Total	26.219	26.800
Justo valor dos activos do Plano	-25.865	-26.930
Deficit	354	-130
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	-3.549	-3.968
Excesso ao "Corredor"	-2.011	-1.968
Total	-5.560	-5.936
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-5.206	-6.066

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 3.443 milhares de euros (349 milhares de euros, em 2009).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 3.549 milhares de euros (3.968 milhares de euros, em 2009) está incluído no “corredor” e o excedente, no montante de 2.011 milhares de euros (1.968 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 4,9 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano para cada um dos benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 867 milhares de euros (771 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução de 867 milhares de euros (765 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 25,5 milhares de euros (5,7 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução 25,5 milhares de euros (0,9 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Rendimento esperado	-1.205	-1.388
Perdas actuárias reconhecidas no ano	456	1.092
Encargos suportados benef. / outros	0	-19
Total gastos do exercício	860	1.264

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2009) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.800	26.123
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Perdas (ganhos) actuariais	-632	544
Pensões Pagas	-1.559	-1.445
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.219	26.800

e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	26.930	25.913
Rendimento esperado	1.205	1.388
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	-712	-64
Contribuição entregue ao fundo	0	1.139
Pensões pagas pelo fundo	-1.559	-1.445
Valor do Fundo no final do ano	25.865	26.930

Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal. Em 2009, as contribuições foram no montante de 1.139 milhares de euros e realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 537 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Acções	871	3,4%	1.629	6,0%
Fundos de Investimento	5.302	20,5%	8.156	30,3%
Dívida Pública	1.614	6,2%	0	0,0%
Obrigações diversas	2.767	10,7%	3.436	12,8%
Imóveis	9.333	36,1%	9.332	34,7%
Mercado monetário	4.894	18,9%	3.046	11,3%
Outros	1.084	4,2%	1.332	4,9%
Total	25.865	100,0%	26.930	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 2.510 milhares de euros (2.553 milhares de euros, em 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 1.217 milhares de euros (2.925 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	1,94%	0,11%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,92%	5,31%
Taxa Crescimento Salários	0,81%	4,61%
Taxa Crescimento Pensões	0,33%	1,45%
Taxa de 'turnover'	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	26.219	26.800	26.123	73.567	72.499
Valor do Fundo	25.865	26.930	25.913	71.140	65.881
(Déficit) Superávit	-354	130	-210	-2.427	-6.618
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilida	632	-544	-351	4.888	-2.121
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	-712	-64	-2.283	-2.169	828

43.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2010, a Sociedade efectuou contribuições 2.419 milhares de euros (2.793 milhares de euros em 2009) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 76 milhares de euros de contribuição corrente (89 milhares de euros em 2009).

43.4 Plano de Pensões BBKA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Fundo abrangia uma população de 252 Pensionistas (251, em 2009) e 382 Activos (391, em 2009).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se a taxa de desconto, que reflecte a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	52.607	51.284
Serviços passados de activos	50.214	49.198
Encargos com SAMS	6.729	6.584
Subsídio por Morte	1.907	1.839
Total	111.457	108.905
Justo valor dos activos do Plano	-105.551	-101.073
Deficit	5.906	7.832
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	-12.591	-12.877
Excesso ao "Corredor"	-6.673	-4.341
Total	-19.264	-17.218
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-13.358	-9.386

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 8.647 milhares de euros (26.558 milhares de euros, em 2009).

Conforme referido na Nota 3.13, os empregados abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 12.591 milhares de euros (12.877 milhares de euros, em 2009) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 6.673 milhares de euros (4.341 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 16,8 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.034 milhares de euros (1.012 milhares de euros, em 2009), ou redução de 1.036 milhares de euros (1.013 milhares de euros, em 2009) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2009), ou redução de 19 milhares de euros (17 milhares de euros, em 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Rendimento esperado	-5.267	-5.048
Perdas actuarias reconhecidas no ano	271	205
Custos Reformas Antecipadas	382	1.395
Encargos suportados pelos beneficiários	-128	-94
Total gastos do exercício	3.363	4.397

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	108.905	102.855
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Perdas (ganhos) actuariais	-2.072	322
Acr. responsabilidades c/ reformas antecip.	382	1.395
Pensões Pagas	-3.864	-3.606
Valor Actual das Responsabilidades finais	111.457	108.905

e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	101.073	92.046
Rendimento esperado	5.267	5.048
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	-4.389	-591
Contribuição entregue ao fundo	7.463	8.175
Pensões pagas pelo fundo	-3.864	-3.606
Valor do Fundo no final do ano	105.551	101.073

As contribuições realizadas em 2010, no montante de 7.463 milhares de euros (8.175 milhares de euros, em 2009) foram realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.320 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Acções	3.083	2,9%	5.734	5,7%
Fundos de Investimento	39.223	37,2%	54.024	53,5%
Dívida Pública	8.384	7,9%	0	0,0%
Obrigações diversas	10.526	10,0%	12.329	12,2%
Imóveis	13.971	13,2%	14.231	14,1%
Mercado monetário	26.663	25,3%	11.217	11,1%
Outros	3.700	3,5%	3.537	3,5%
Total	105.551	100,0%	101.073	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 9.459 milhares de euros (9.075 milhares de euros, em, 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 11.134 milhares de euros (10.802 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	0,94%	0,77%
Taxa de Invalidez	0,26%	0,49%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,90%	4,89%
Taxa Crescimento Salários	2,91%	4,40%
Taxa Crescimento Pensões	0,41%	0,43%
Taxa de 'turnover'	0,52%	0,25%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	111.457	108.905	102.855	98.670	102.374
Valor do Fundo	105.551	101.073	92.046	97.597	90.854
(Déficit) Superávit	-5.906	-7.832	-10.809	-1.073	-11.520
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	2.072	-322	2.752	9.477	2.094
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	-4.389	-591	-16.456	-2.575	1.638

44. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Elementos chaves de gestão		Membros próximos dos elementos chaves de gestão		Empresas do grupo		Outras Entidades	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Activos								
Credito e aplicações	2.582	2.645	247	3	1.536.894	1.517.424	99.141	46
Activos financeiros	-	-	-	-	2.939.106	2.336.619	-	-
Suprimentos	-	-	-	-	5.000	-	1.970	1.970
Outros activos	-	-	-	-	43.083	120.300	-	-
sub-total	2.582	2.645	247	3	4.524.083	3.979.343	101.111	2.016
Passivo								
Passivos financeiros	-	-	-	-	551.166	682.901	-	-
Depósitos	5.949	4.721	780	389	508.180	626.487	37.111	107.289
Outros passivos	-	-	-	-	28.221	9.272	-	-
sub-total	5.949	4.721	780	389	1.087.567	1.318.660	37.111	107.289
Extra patrimonial								
Carantias prestadas	-	-	-	-	487.995	807.830	-	292
sub-total	-	-	-	-	487.995	807.830	-	292
Demonstração de resultados								
Juros e encargos similares	(122)	(170)	(13)	(18)	(56.324)	(90.613)	(1)	(3)
Juros e rendimentos similares	30	40	3	2	105.535	119.645	-	1.919
Rendimento em instrumentos de capitais	-	-	-	3	16.900	40.000	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	21	6	-	-	5.203	1.600	-	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	(470)	(408)	-	-
Resultados financeiros	-	-	-	-	(578)	1.272	-	-
Castos gerais administrativos	-	-	-	-	(15.411)	(17.939)	-	-
Outros resultados	-	-	-	-	3.160	5.709	-	-
sub-total	(71)	(124)	(10)	(13)	58.015	59.266	(1)	1.916
Venda de activos								
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda (Notas 9 e 35)	-	-	-	-	7.591	-	-	-
Resultados da alienação de outros activos (Notas 13, 14 e 36)	-	-	-	-	5.112	-	-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liquidadas de reposições e anulações) (Nota 11)	-	-	-	-	27.005	30.894	-	-
sub-total	-	-	-	-	39.708	30.894	-	-
Líquido de impostos (taxa de imposto 2010: 27.9%; 2009: 26%)	-	-	-	-	28.629	22.862	-	-

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações dos órgãos de gestão:

2010: 3.060 milhares de euros

2009: 3.194 milhares de euros

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. José Marques de Almeida

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Engº Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Vítor Farinha Nunes

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Dr. José António Vinhas Mouquinho

Sr. Vítor Hugo Simons

Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro

Dra. Paula Cristina Moura Roque

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos

Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires

Filipe Gouveia Marques dos Santos

Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida

Pedro David Maçanita Duarte de Almeida

Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira

Joana Sá Reis Rocha Moreira

Guilherme Sá Reis Rocha Moreira

Maria Alice Pereira de Almeida

Maria José Pereira Marques de Almeida

Maria João Pereira Marques de Almeida

Maria de Jesus Pereira dos Santos Amador Vaz

Ana Cristina Amador Vaz Ribeiro

Maria da Luz Pedrosa Duarte de Andrade

Ana Leonor Duarte de Andrade

Diogo Duarte de Andrade

Cristina Maria Cunha Guillot de Carvalho Machado dos Santos

João Abel Guillot Machado dos Santos

Catherine Thérèse Laurence da Silveira

Alexandre Tiago da Silveira

Héloise Maria da Silveira

Gaspar Antoine da Silveira

Helena Veiga Martins de Almeida

Catarina Martins Marques de Almeida

Margarida Martins Marques de Almeida

Ana Cristinados Santos de Figueiredo e Sousa Nunes

Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto

Artur Rangel Fernandes

Nicole Rangel Fernandes

Mateus Boarotto Fernandes

Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho
Inês Sofia Barradas Mouquinho
Ana Bela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades do Grupo:

Rentipar Financeira, SCPS
Banif – SCPS
Banif Comercial, SCPS, S.A.
Banif (Açores) SCPS, S.A.
Banif Finance, Ltd.
Banif & Comercial Açores, Inc San José
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River
Investaçor, SCPS, S.A.
Investaçor Hoteis S.A.
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.
Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif - Investimentos - SCPS, S.A.
Banif - Banco de Investimento, S.A.
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.
Numberone SCPS, Lda
Banif International Asset Management Ltd.

Banif Multifund Ltd.
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd
Banif Internacional Holdings, Ltd
Banif Financial Services, Inc
Banif Finance (USA) corp.
Banif Forfaiting Company, Ltd.
Banif Trading, Inc.
Banif Securities, Inc.
Econofinance, S.A
Banif Securities Holding, Ltd
Banif (Brasil), Ltd.
Banif International Bank, Ltd
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.
Banif - Imobiliária, S.A.
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.
Banif Bank (Malta) PLC
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.
Banif Holding (Malta) PLC
Banif Mais, SCPS, SA
Tecnicrédito ALD
Banco Mais, SA
Banif Plus Bank ZRT
Margem Mediação de Seguros, Lda
TCC Investments Luxembourg
Ecoprogresso Trading, SA
Banieuropa Holding, SL
Banif US Real Estate
Beta Securitizadora
FIP Banif Real Estate
SPE Panorama
Art Invest
Banif Fortuny
Infra Invest FEIA
Banif Nitor FI Ações

Banif Nitor Maestro FIM
Banif Nitor Institucional FIM
Imogest
Capven
Banif Inv. Conservador
Banif Inv. Moderado
Banif Iberia
Banif Renda Habitação
Banif Gestão Imobiliária
Banif Gestão Patrimonial
Banif Equity Hedge FIM
Gestarquipark
ZACF - Participações Ltda
Banif Gestão Activa
Gavea Empreend. e Participações
Rentipar Seguros, SGPS, SA
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
Espaço 10
MC02
Pedidos Liz
Centaurus Reality Coup
Banif Europa Leste

Outras entidades:

Rentipar Seguros
Companhia de Seguros Açoreana
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira
RAMA – Rações para Animais
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas

Aviatlântico

SOIL, SGPS

Rentimundi – Investimentos Imobiliários

Mundiglobo – Habitação e Investimentos

Habiprede – Sociedade de Construções

Genius – Mediação de Seguros

Rentimedis – Mediação de Seguros

Fundos de pensões de colaboradores do Grupo (Nota 43)

Dualimo – Comércio de Vestuário e representações, Lda

Gesconfer – Gestão e Contabilidade, Lda

45. RECONCILIAÇÃO DAS CONTAS EM NCA COM AS IAS/IFRS (conforme disposto na alínea d) do nº 2 da Instrução do Banco de Portugal nº 18/2005)

Caso as demonstrações financeiras individuais da Sociedade fossem elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) apresentariam as seguintes alterações (ver Nota 3.1):

45.1 Descrição das alterações de políticas contabilísticas

a) Crédito a clientes

As políticas contabilísticas para crédito a clientes, de acordo com as IAS/IFRS, correspondem ao descrito no ponto “Empréstimos e contas a receber” da Nota 3.7.2 com excepção do regime de provisionamento de crédito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, que é substituído por imparidade determinada de acordo com o modelo descrito abaixo, e da realização de eliminações (write-off), que não são considerados nas contas em base IAS/IFRS, desde a transição em 1 de Janeiro de 2005.

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade no crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente a Sociedade avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. A Sociedade procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

b) Propriedades de investimento

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a Sociedade adoptou a opção do justo valor para valorização subsequente das propriedades de investimento, atendendo que esta foi a opção adoptada nas contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

Assim, a política contabilística relativa à valorização subsequente, descrita na Nota 3.9, seria substituída pela seguinte.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

c) Outros activos tangíveis

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a Sociedade adoptou a opção do justo valor para valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, atendendo que esta foi a opção adoptada nas contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

Assim, a política contabilística relativa à valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, descrita na Nota 3.10, seria substituída pela seguinte.

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio da Sociedade são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

d) Benefícios aos empregados

Conforme descrito na Nota 3.12, o Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 permitiu que, nas contas individuais em NCA:

- o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as (NCA) fosse diferido, conforme nº 13º-A do Aviso;
- o limite do “corredor” fosse temporariamente alargado com uma percentagem decrescente dos impactos decorrentes alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade, conforme nº 13º-B do Aviso.

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a totalidade do impacto de transição é reconhecido em resultados transitados e o limite do “corredor” é de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados não final do ano anterior. Deste modo, o limite do “corredor” em IAS/IFRS difere do apurado em NCA, com implicações no montante de amortizações do excesso ao “corredor” a reconhecer anualmente em custos com o pessoal.

e) Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui os residuals certificates emitidos no âmbito das operações de securitização e detidos pela Sociedade. Nas contas em base NCA, estão deduzidas a estes activos a imparidade apurada sobre os créditos das respectivas operações de securitização.

Nas contas em base IAS/IFRS, esta imparidade foi reclassificada para imparidade sobre Crédito a clientes, em coerência com a política descrita na alínea a) desta Nota.

45.2 Estimativas dos ajustamentos materiais e reconciliação do balanço, demonstração de resultados e demonstração de variações em capitais próprios

As estimativas dos ajustamentos materiais que decorreriam das alterações de políticas contabilísticas, referidas no ponto anterior, e a reconciliação do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de variações nos capitais próprios em base NCA para as que resultam da aplicação das IAS/IFRS são apresentados nos quadros seguintes.

RECONCILIAÇÃO do BALANÇO em NCA e IAS/IFRS em 31 de DEZEMBRO de 2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2010			31-12-2009		
	NCA Valor líquido	Ajust.	IFRS Valor líquido	NCA Valor líquido	Ajust.	IFRS Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	92.612	-	92.612	277.145	-	277.145
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47.369	-	47.369	51.774	-	51.774
Activos financeiros detidos para negociação	3.911	-	3.911	10.068	-	10.068
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	293.126	-	293.126	223.158	-	223.158
Activos financeiros disponíveis para venda	426.866	24.544	451.410	112.418	11.847	124.265
Aplicações em instituições de crédito	1.033.764	6	1.033.770	755.887	4	755.891
Crédito a clientes	10.027.912	44.312	10.072.224	9.641.693	(4.291)	9.637.402
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	878	-	878
Activos não correntes detidos para venda	96.161	-	96.161	53.340	(47)	53.293
Propriedades de investimento	28.924	2.453	31.377	27.242	2.954	30.196
Outros activos tangíveis	56.475	1.376	57.851	61.984	1.375	63.359
Activos intangíveis	7.186	-	7.186	5.585	-	5.585
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunti	442	-	442	432	-	432
Activos por impostos correntes	467	-	467	467	-	467
Activos por impostos diferidos	49.648	(28.609)	21.039	38.657	(15.510)	23.147
Outros activos	221.040	(27.271)	193.769	307.887	(18.326)	289.561
Total do Activo	12.385.903	16.811	12.402.714	11.568.615	-21.994	11.546.621
Recursos de Bancos Centrais	1.650.965	-	1.650.965	1.103.424	-	1.103.424
Passivos financeiros detidos para negociação	16.990	-	16.990	8.847	-	8.847
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.957	-	4.957	20.404	-	20.404
Recursos de outras instituições de crédito	1.012.540	-	1.012.540	1.621.028	-	1.621.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.158.295	-	7.158.295	6.606.394	1	6.606.395
Responsabilidades representadas por títulos	755.340	-	755.340	528.299	-	528.299
Passivos financeiros associados a activos transferidos	264.703	2.371	267.074	293.093	2.177	295.270
Derivados de cobertura	-	-	-	319	-	319
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	89.852	(82.486)	7.366	88.892	(80.124)	8.768
Passivos por impostos correntes	404	-	404	395	-	395
Passivos por impostos diferidos	-	7.889	7.889	375	4.211	4.586
Instrumentos representativos de capital	50.009	-	50.009	50.000	-	50.000
Outros passivos subordinados	428.943	-	428.943	434.384	-	434.384
Outros passivos	116.562	-	116.562	165.111	-	165.111
Total do Passivo	11.549.560	(72.226)	11.477.334	10.920.965	(73.735)	10.847.230
Capital	780.000	-	780.000	566.000	-	566.000
Prémios de emissão	451	-	451	451	-	451
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Acções próprias	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	(2.940)	1.036	(1.904)	2	1.032	1.034
Outras reservas e resultados transitados	58.268	52.389	110.657	57.528	45.883	103.411
Resultado do exercício	564	35.612	36.176	23.669	4.826	28.495
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
Total do Capital	836.343	89.037	925.380	647.650	51.741	699.391
Total do Passivo + Capital	12.385.903	16.811	12.402.714	11.568.615	(21.994)	11.546.621

RECONCILIAÇÃO da DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2010			31-12-2009		
	NCA Valor líquido	Ajust.	IFRS Valor líquido	NCA Valor líquido	Ajust.	IFRS Valor líquido
Juros e rendimentos similares	529.125	6.946	536.071	621.659	1.789	623.448
Juros e encargos similares	(321.443)	-	(321.443)	(432.454)	-	(432.454)
Margem financeira	207.682	6.946	214.628	189.205	1.789	190.994
Rendimentos de instrumentos de capital	17.190	-	17.190	40.326	-	40.326
Rendimentos de serviços e comissões	84.083	-	84.083	73.372	-	73.372
Encargos com serviços e comissões	(12.923)	-	(12.923)	(10.461)	-	(10.461)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultado	(7.769)	-	(7.769)	6.736	-	6.736
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7.513	-	7.513	4.598	-	4.598
Resultados de reavaliação cambial	783	-	783	1.843	-	1.843
Resultados de alienação de outros activos	4.074	(1.788)	2.286	(8.625)	(20)	(8.645)
Outros resultados de exploração	21.508	1.523	23.031	22.877	2.955	25.832
Produto bancário	322.141	6.681	328.822	319.871	4.724	324.595
Custos com pessoal	(112.745)	(205)	(112.950)	(112.109)	(1.030)	(113.139)
Gastos gerais administrativos	(72.721)	-	(72.721)	(78.343)	1	(78.342)
Amortizações do exercício	(14.198)	(236)	(14.434)	(15.532)	-	(15.532)
Provisões líquidas de reposições e anulações	2.434	(2.459)	(25)	(201)	-	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(123.176)	42.857	(80.319)	(89.369)	(2.524)	(91.893)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(9.476)	5.755	(3.721)	(12.704)	5.754	(6.950)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.539)	-	(1.539)	1.660	(1)	1.659
Resultado antes de impostos	(9.280)	52.393	43.113	13.273	6.924	20.197
Impostos	9.844	-	9.844	10.396	(2.098)	8.298
Correntes	(384)	-	(384)	247	(1)	246
Diferidos	10.228	(16.781)	(6.553)	10.149	(2.097)	8.052
Resultado após impostos	564	35.612	36.176	23.669	4.826	28.495
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	564	35.612	36.176	23.669	4.826	28.495

RECONCILIAÇÃO das DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2010 - NCA	780.000	451	-	(2.940)	58.268	564	836.343
Imparidade de crédito	-	-	-	-	73.992	53.099	127.091
Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	-	-	(18.590)	(16.866)	(35.456)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	1.376	(19)	-	1.357
Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-	-	-
Correcção amortizações	-	-	-	(340)	-	-	(340)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização propriedades de investimento	-	-	-	-	2.954	1.523	4.477
Aplicação do justo valor	-	-	-	-	(768)	(2.024)	(2.792)
Correcção amortizações	-	-	-	-	-	85	85
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios aos empregados	-	-	-	-	(4.150)	-	(4.150)
Custos Diferidos transição para NCA's	-	-	-	-	(1.030)	(205)	(1.235)
Acerto "corredor"	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31-12-2010 - IFRS	780.000	451	-	(1.904)	110.657	36.176	925.380

	Capital	Prémios de Emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2009 - NCA	566.000	451	-	(2)	57.528	23.669	647.646
Imparidade de crédito	-	-	-	-	68.974	5.018	73.992
Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	-	-	(17.261)	(1.329)	(18.590)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	1.376	-	(19)	1.357
Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-	-	-
Correcção amortizações	-	-	-	(340)	-	-	(340)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-	2.954	2.954
Correcção amortizações	-	-	-	-	-	(768)	(768)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios aos empregados	-	-	-	-	(5.830)	-	(5.830)
Custos Diferidos transição para NCA's	-	-	-	-	-	(1.030)	(1.030)
Acerto "corredor"	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31-12-2009 - IFRS	566.000	451	-	1.034	103.411	28.495	699.391

46. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

No dia 28 de Dezembro de 2010, o Banco de Portugal aprovou o projecto de cisão - fusão da Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA, nos termos do qual o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA deverá integrar a carteira de leasing imobiliário daquela instituição, operação a formalizar até ao final de 2011.

No dia 7 de Março de 2011, a agência de rating Moody's Investors Service baixou a sua notação de rating da dívida pública Grega de Ba1 para B1, mantendo uma perspectiva (outlook) negativa. Não obstante, em função dos mecanismos de ajuda criados na União Europeia, não estimamos qualquer impacto deste evento no exercício terminado em 31 de Dezembro de 2010.

07

Balanço e
Demonstração de
resultados Pro-
forma, em base
IAS/IFRS

07

Balanço e Demonstração de Resultados pró-forma, em base IAS/IFRS

Apresentamos supletivamente, para efeitos informativos, um balanço e uma demonstração de resultados pró-forma preparados com base em princípios contabilísticos baseados em IAS/IFRS. Este balanço e demonstração de resultados pró-forma não são demonstrações financeiras completas preparadas com base em IAS/IFRS, uma vez que não são apresentadas todas as divulgações obrigatórias de acordo com as IAS/IFRS. Este balanço e esta demonstração de resultados pró-forma não foram objecto de Certificação Legal de Contas.

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO - PRO - FORMA IAS/IFRS
(não foram objecto de certificação legal de contas)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2010		31-12-2009	
	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	92.612	-	92.612	277.145
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47.369	-	47.369	51.774
Activos financeiros detidos para negociação	3.911	-	3.911	10.068
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	293.126	-	293.126	223.158
Activos financeiros disponíveis para venda	451.410	-	451.410	124.265
Aplicações em instituições de crédito	1.033.770	-	1.033.770	755.891
Crédito a clientes	10.419.117	(346.893)	10.072.224	9.637.402
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	878
Activos não correntes detidos para venda	99.367	(3.206)	96.161	53.293
Propriedades de investimento	31.377	-	31.377	30.196
Outros activos tangíveis	134.279	(76.428)	57.851	63.359
Activos intangíveis	46.310	(39.124)	7.186	5.585
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	442	-	442	432
Activos por impostos correntes	467	-	467	467
Activos por impostos diferidos	21.039	-	21.039	23.147
Outros activos	198.524	(4.755)	193.769	289.561
Total do Activo	12.873.120	(470.406)	12.402.714	11.546.621
Recursos de Bancos Centrais	-	-	1.650.965	1.103.424
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	16.990	8.847
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	4.957	20.404
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.012.540	1.621.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	7.158.295	6.606.395
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	755.340	528.299
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	267.074	295.270
Derivados de cobertura	-	-	-	319
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	-	-	7.366	8.768
Passivos por impostos correntes	-	-	404	395
Passivos por impostos diferidos	-	-	7.889	4.586
Instrumentos representativos de capital	-	-	50.009	50.000
Outros passivos subordinados	-	-	428.943	434.384
Outros passivos	-	-	116.562	165.111
Total do Passivo	-	-	11.477.334	10.847.230
Capital	-	-	780.000	566.000
Prémios de emissão	-	-	451	451
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-
Acções próprias	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	(1.904)	1.034
Outras reservas e resultados transitados	-	-	110.657	103.411
Resultado do exercício	-	-	36.176	28.495
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Total do Capital	-	-	925.380	699.391
Total do Passivo + Capital	-	-	12.402.714	11.546.621

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL,SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - PRO FORMA IAS/IFRS

(não foram objecto de Certificação Legal de Contas)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2010	31-12-2009
	IAS	IAS
Juros e rendimentos similares	536.071	623.448
Juros e encargos similares	(321.443)	(432.454)
Margem financeira	214.628	190.994
Rendimentos de instrumentos de capital	17.190	40.326
Rendimentos de serviços e comissões	84.083	73.372
Encargos com serviços e comissões	(12.923)	(10.461)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultado:	(7.769)	6.736
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7.513	4.598
Resultados de reavaliação cambial	783	1.843
Resultados de alienação de outros activos	2.286	(8.645)
Outros resultados de exploração	23.031	25.832
Produto bancário	328.822	324.595
Custos com pessoal	(112.950)	(113.139)
Costos gerais administrativos	(72.721)	(78.342)
Amortizações do exercício	(14.434)	(15.532)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(25)	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(80.319)	(91.893)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.721)	(6.950)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.539)	1.659
Resultado antes de impostos	43.113	20.197
Impostos	(6.937)	8.298
Correntes	(384)	246
Diferidos	(6.553)	8.052
Resultado após impostos	36.176	28.495
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	36.176	28.495

08

Informações Adicionais

08

Informações adicionais

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, **com referência a 31 de Dezembro de 2010**, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	Compra	27-04- 2010	30.000	30.000,00	
	Compra	28-04- 2010	45.000	42.300,00	
	Compra	03-05- 2010	45.000	41.850,00	
	Compra	05-05- 2010	50.000	43.292,93	
	Subscrição	21-12- 2010	214.264	214.264,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Pessoalmente, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Pessoalmente, era titular de 177.675 acções da Banif SGPS, SA, 37 Obrigações Banif – SGPS, SA 2008/2011, no valor unitário de 1.000,00 euros, 25 Obrigações Banif SGPS, SA 2010-2013, no valor unitário de 1.000,00 euros (subscritas em 21 de Dezembro de 2010) e 30 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS – 2008/2010, no valor unitário de 1.000,00 euros.

Transacções de acções da Banif – SCPS, S.A. em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (Em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Dr. António Manuel Rocha Moreira	Compra	04-05- 2010	15.000	21.252,00	

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Pessoalmente, era titular de 82.536 acções da Banif SCPS, SA.

Era titular de 10.000 euros Obrigações Banif 2009/2019 Subordinadas.

Transacções de acções da Banif SCPS, S.A. em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (Em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz	Subscrição	21-12- 2010	10.317	10.317,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr. José Marques de Almeida

Pessoalmente, era titular de 1.117.440 acções da Banif SCPS, SA.

A **Rentipar Financeira, SCPS, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 307.063.133 acções da Banif SCPS, SA., tendo transaccionado acções da Banif SCPS, SA no exercício de 2010, conforme descrito *infra*;

A **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SCPS, SA.

A **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade da qual é Administrador, era titular de 3.171.385 acções da Banif SCPS, SA.

Era titular ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP.

Transacções de acções da Banif SCPS, S.A. em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Dr. José Marques de Almeida	Subscrição	21-12- 2010	139.680	139.680,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr. José António Machado de Andrade

Era titular de 100.000 Obrigações Banif CX Sub. 08/18 e 270 Unidades de Participação de Fundo Especial de Investimento Fechado – Banif Property.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Pessoalmente, era titular de 24.807 acções da Banif SCPS, SA.

Transacções de acções da Banif SCPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (em Euros)</i>	<i>Observações</i>	<i>Entidade Envolvida</i>
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida	Subscrição	21-12- 2010	3.100	1,00	3.100,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Pessoalmente, era titular de 16.504 acções da Banif SCPS, SA.

A **FN Participações, SCPS, SA**, sociedade por si detida, era titular de 1.836.504 acções da Banif - SCPS, SA, de 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SCPS, SA e de 2.638 Obrigações de Caixa Subordinadas "Banco Mais 2004/2011", no valor nominal unitário de 50,00 euros.

No exercício de 2010, efectuou as seguintes transacções relativas a valores mobiliários emitidos por entidades do Banif – Grupo Financeiro

- Em 21-12-2010, adquiriu 2.063 acções da Banif SCPS, SA, pelo preço unitário de 1,00 euro;
- Em 31-12-2010, alienou à FN Participações, SCPS, SA, a totalidade das acções que detinha directamente da Banif SCPS, SA, pelo preço unitário de 0,87 euro.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Era titular de 1 acção do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (acções preferenciais).

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Pessoalmente, era titular de 213.847 acções da Banif - SGPS, SA.

A sociedade **Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif SGPS, S.A. em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	Compra	03-05-2010	10.000	9.300,00	
	Compra	05-05-2010	10.000	8.700,00	

Dr. António Ernesto Neto da Silva

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

É titular das seguintes obrigações/unidades de participação: Banif Eurostoxx 2010, 25.000 euros; Rentipar 2008/2012, 30.000 euros; Banif Property FEIIF (210 UP's).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10		
	MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Mais, SGPS, SA						17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA						1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA						47.488.000	239.324.646,71
Acções Banif - Imobiliária, SA						150.000	985.375,25
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA	Aumento do Capital Social	03-03-10	4.706.878	23.534.390,00			
	Aquisição ao Banif, SA	31-03-10	3.814.651	26.664.410,49			
						12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA						465.182	5.129.647,00
Acções Banif Bank Malta PLC						17.999.999	17.999.999,60
Acções Banca Pueyo, SA						9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime						25.169.037	13.970.000,00
Banif Holding (Malta) PLC						1.998	1.998,00
Acções Banieuropa, SL						100.000	100.000,00
Acções Imobiliária Vegas Altas						669	2.499.632,58

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10		
	MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Co						20.000.000	19.651.707,22
Acções Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	Aumento do Capital Social	29-12-10	42.800.000	214.000.000,00		156.000.000	775.338.574,25
Acções Banif (Açores) SGPS, SA						4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Rent						60.000	500.000,00

Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	20.145.417	5.232.699,21	226.645.441	57.726.740,18
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	3.602.907	935.754,42	40.534.391	10.323.171,62
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Valores Mobiliários	Movimentos				Posição 31/12/2010	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Papel Comercial:						
Banif CO 42ª Emissão	Saída	26-02-2010	5.000.000	5.000.000,00		
Banif CO 44ª Emissão	Entrada	26-05-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif CO 44ª Emissão	Saída	26-08-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif CO 45ª Emissão	Entrada	26-08-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif CO 45ª Emissão	Saída	26-11-2010	20.000.000	20.000.000,00	0	0,00
Acções Preferenciais:						
Acções Pref Banif Finance FLT PRP	Entrada	06-09-2010	93.000	88.350,00		
	Entrada	20-10-2010	223.000	217.158,50		
	Entrada	25-10-2010	4.000	4.000,00		
	Entrada	27-10-2010	27.000	25.650,00	604.000	586.898,95
Obrigações Não Residentes:						
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14	Entrada	20-10-2010	500.000	497.527,50	600.000	501.077,13
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19	Entrada	29-09-2010	92.000	69.000,00	92.000	71.070,00
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Entrada	23-11-2010	3.071.000	3.071.000,00 USD		
	Saída	24-11-2010	304.000	304.000,00 USD		
	Entrada	24-11-2010	250.000	250.000,00 USD		
	Saída	02-12-2010	153.000	153.000,00 USD		
	Saída	03-12-2010	100.000	100.000,00 USD		
	Saída	07-12-2010	769.000	769.000,00 USD		
	Saída	16-12-2010	200.000	200.000,00 USD		
	Saída	21-12-2010	1.128.000	1.128.000,00 USD		
	Saída	30-12-2010	400.000	400.000,00 USD		
	Entrada	31-12-2010	9.196.000	9.243.257,22 USD	9.463.000	9.511.629,30 USD
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Entrada	23-11-2010	2.176.000	2.176.000,00		
	Saída	24-11-2010	260.000	260.000		
	Saída	24-11-2010	472.000	472.000		
	Saída	25-11-2010	120.000	120.000		
	Saída	30-11-2010	187.000	187.000		
	Saída	06-12-2010	55.000	55.000		
	Saída	07-12-2010	501.000	501.000		
	Saída	13-12-2010	250.000	250.000		
	Saída	20-12-2010	280.000	280.000		
	Entrada	31-12-2010	7.359.000	7.404.380,00	7.410.000	7.455.703,50

Obrigações Banif CY ASF OUT 2010	Saída	28-10-2010	20.000	20.000,00	0	0,00
Obrigações Residentes:						
Obrigações Banif Leasing					6.000.000	6.084.090,00
Obrigações INV.TX VR 2016					15.000.000	15.001.763,33
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	11-06-2010	160.000	160.000,00	24.685.000	24.685.000
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17					1.502.000	1.503.443,41
Rentipar Seguros 2015	Entrada	06-05-2010	40.000.000	40.000.000,00		
	Saída	06-05-2010	1.500.000	15.000.000		
	Saída	11-05-2010	5.000.000	5.000.000		
	Saída	18-05-2010	9.000.000	9.000.000		
	Entrada	31-12-2010	5.000.000	5.036.284,72	29.500.000	24.681.027,78
Obrigações Banif SGPS 2008/2011	Entrada	06-01-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	07-01-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	11-01-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	15-01-2010	117.000	112.905,00		
	Entrada	21-01-2010	73.000	70.445,00		
	Entrada	22-01-2010	4.000	3.860,00		
	Entrada	25-01-2010	52.000	50.180,00		
	Entrada	29-01-2010	19.000	18.335,00		
	Entrada	02-02-2010	1.000	965,00		
	Saída	03-02-2010	290.000	281.300,00		
	Entrada	17-02-2010	5.000	4.825,00		
	Entrada	15-03-2010	5.000	4.825,00		
	Entrada	21-04-2010	74.000	71.410,00		
	Entrada	24-05-2010	1.000	965,00		
	Entrada	24-05-2010	2.000	1.930,00		
	Entrada	02-06-2010	6.000	5.790,00		
	Entrada	23-06-2010	74.000	71.410,00		
	Entrada	08-07-2010	4.000	3.860,00		
	Entrada	16-07-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	22-07-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	05-08-2010	27.000	26.055,00		
	Entrada	11-08-2010	1.000	965,00		
	Entrada	12-08-2010	19.000	18.335,00		
	Entrada	13-08-2010	21.000	20.265,00		
	Entrada	23-08-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-08-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-08-2010	558.000	538.470,00		
	Entrada	02-09-2010	3.000	3.895,00		
	Entrada	03-09-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	20-09-2010	44.000	42.460,00		
	Entrada	21-09-2010	15.000	14.475,00		
	Entrada	01-10-2010	2.000	1.930,00		
	Entrada	19-10-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-10-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	04-11-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	07-12-2010	3.000	2.895,00	933.000	940.915,99
Obrigações EMT 2005/2010	Saída	30-09-2010	382.000	382.000,00	0	0,00

Fundos Residentes Abertos:						
Infrainvest FEIA	Entrada	29-12-2010	980	94.979,05	60.980	5.666.408,18
Fundos Residentes Fechados:						
Fundo de Capital de Risco Capven					150	401.566,29
Banif Renda Habitação					10.000	10.046.453,00
Banif Imogest	Entrada	20-12-2010	1.788.535	67.150.188,87	1.788.535	67.943.225,29
Banif Gestão Imobiliária					25.000	23.249.245,00

Banif (Açores), SGPS, SA						
VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950.000,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Reembolso Final	30-07-2010	6.374.000	6.136.877,63	0	0,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015	Aquisição	18-05-2010	9.000	9.000.000,00		
	Venda	31-12-2010	5.000	5.000.000,00	4.000	4.000.000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546.000,00
Investador SGPS, SA					1.183.900	9.376.488,00
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00

CSA – Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	160.808,57
Obrigações BANIF 09/19 TV 30/06/2019					5.000.000,00	4.530.814,09
Obrigações BANIF 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 CALL 2014					17.500.000,00	17.685.605,98
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.783.981,91
Acções BANIF ACOR PENSOES SCFP					108.000,00	1.107.193,81
Acções Preferenc. BANIF FINANCE 08/49 TV 31/12/2049 CALL 2018					25.000.000,00	25.000.000,00
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL					359.721,00	1.503.885,57
UP BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND – FCR	Compra	30-06-2010	2.280,00	22.800.000,00	2.400,00	22.505.662,80
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	06-08-2010	977.988,00	1.834.998,98	1.603.873,00	2.972.847,05
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	9.764,00	40.998,06		
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	2.381,00	9.997,58		
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	952,00	3.997,54	13.097,00	55.205,89
UP BANIF BANIF IBERIA	Compra	06-08-2010	177.185,00	917.995,49	177.185,00	896.272,61

UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-10-2010	6.000,00	39.579,60		
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-12-2010	35.530,00	221.735,62		
UP BANIF IMOGEST					257.879,00	9.796.359,03
UP BANIF IMOPREDIAL					5.504,00	41.331,18

Banif Investimentos, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif – Banco de Investimento, SA					11.000.000	56.878.624,84
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	19.638.078,13
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	54.110,11
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	1.475.826,97
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	25-06-10	22.412.344	11.250.000,00 BRL	187.084.575	27.006.210,89
Acções Banif International Holdings	Aquisição de participação social	31-12-10	15.008.874	15.008.874,15 USD	15.008.874	11.232.505,73

Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2010
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049					250.000,00

Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2010
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Numberone, SGPS, Lda

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor em 31/12/2010
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 74.090,70 EUR

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Valor	Moeda
	Posição 31/12/10	Operação	Data	Quantidade		
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010	0,00	Reembolso Final	26-02-10	3.115.000,00	3.115.000,00	USD
PTBAFIXE0001						
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB	507.000,00					EUR
PTBAFOXEX0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	612.800,00					EUR
PTBCAIXE0004						
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	8.720.000,00					EUR
PTBAFCXE0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	1.488.250,00					EUR
PTBCAFXE0007						EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	650.000,00	Compra – OFB	29-01-10	400.000,00	360.000,00	EUR
XS0208463306		Compra – OFB	31-03-10	20.000,00	18.000,00	EUR
		Compra – OFB	30-04-10	50.000,00	44.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	6.410.000,00	Compra – OFB	31-03-10	30.000,00	25.950,00	EUR
XS0239804445		Compra – OFB	30-04-10	240.000,00	199.200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	0,00	Compra – OFB	30-06-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
XS0273479914		Reembolso Final	05-11-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN SUB PERP	0,00	Compra – OFB	28-01-10	90.000,00	63.000,00	EUR
XS0280064204		Compra – OFB	30-03-10	5.600.000,00	3.920.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-08-10	5.690.000,00	3.840.750,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ16	0,00	Compra – OFB	26-02-10	3.000.000,00	2.400.000,00	EUR
XS0280064469		Compra – OFB	30-04-10	5.000.000,00	4.100.000,00	EUR
		Compra – OFB	25-08-10	18.400.000,00	13.064.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-08-10	26.400.000,00	19.536.000,00	EUR

Obrigações BANIF FIN FLT PRP XS0337503154	3.661.000,00	Compra - OFB	18-05-10	100.000,00	70.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN 2009 (USD) XS0433827994	683.000,00					USD
Obrigações BANIF FIN 2009 (EUR) XS0433827994	5.735.000,00					EUR
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	0,00	Venda - OFB	19-01-10	79.000,00	59.250,00	EUR
		Venda - OFB	20-01-10	1.330.000,00	997.500,00	EUR
		Venda - OFB	21-01-10	400.000,00	300.000,00	EUR
		Venda - OFB	29-01-10	10.000,00	7.500,00	EUR
		Venda - OFB	17-02-10	100.000,00	75.000,00	EUR
		Venda - OFB	18-05-10	92.000,00	69.000,00	EUR
		Venda - OFB	28-05-10	1.000.000,00	750.000,00	EUR
		Venda - OFB	31-12-10	88.853.000,00	68.638.942,50	EUR

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14 XS0208463306	Compra	02-11-10	274.000	246.600,00		
	Compra	13-12-10	800.000	540.000,00		
	Venda	31-12-10	800.000	540.000,00	274.000	246.600,00
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	Compra	31-12-10	88.853.000	68.638.942,50	88.853.000	68.638.942,50
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	Compra	13-12-10	8.160.000	4.630.800,00		
	Venda	31-12-10	8.160.000	4.630.800,00	0	0,00
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ 16 XS0280064469	Compra	13-12-10	500.000	317.500,00		
	Venda	31-12-10	500.000	317.500,00	0	0,0

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS	POSIÇÃO 31/12/10
---------------------	------------	------------------

	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimentos, SCPS, PREF.S/VOTO					2.000	10.000,00

Banif Bank (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif SCPS 2008/2011 PTBNFLOE0002	Compra	03-02-10	290.000	281.300,00	920.000	
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0273479914	Transfer.	22-02-10	3.000.000	0,00		
	Reembolso Final	03-11-10	3.000.000	3.000.000,00		
Obrigações BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.028.330,00		
	Venda	20-12-10	50.000	50.000,00		
	Venda	22-12-10	545.000	545.000,00		
	Venda	23-12-10	936.000	936.000,00		
	Venda	27-12-10	404.000	404.000,00		
	Venda	28-12-10	112.000	112.000,00		
		28-12-10	350.000	350.000,00		
		29-12-10	194.000	194.000,00		
		30-12-10	50.000	50.000,00	7.359.000	
Obrigações BANIF FIN 5% NOV13 USD XS0568466030	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.023.610,00		
	Venda	21-12-10	208.000	208.000,00		
	Venda	22-12-10	184.000	184.000,00		
	Venda	23-12-10	196.000	196.000,00		
	Venda	28-12-10	216.000	216.000,00	9.196.000	

Banif Finance Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					9.390	9.390.000,00
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					2.736	2.257.200,00
Obrigações Banif sfe 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS	POSIÇÃO 31/12/10
---------------------	------------	------------------

	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnocrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções Banco Pecúnia, SA	Venda	10-02-10	577.256	38,700,000 R\$	0	0,00
Acções TCC Investmentsb Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011					2	100,00

Banco Mais, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000.000 HUF
Obrigações BMORE 3 Class D	Amortização	26-03-10	28.350.000	28.350.000,00	0	0
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização Parcial	22-02-10	1.104.812,37	1.104.812,37		
	Amortização Parcial	20-05-10	959.114,22	959.114,22		
	Amortização Parcial	20-08-10	790.992,68	790.992,68		
	Amortização Parcial	22-11-10	667.458,05	667.458,05	2.391.267,08	2.391.267,08
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000	41.250.000,00
Obrigações Atlantres Finance 3 Class C	Compra	29-07-10	1	6.125.173,00	1	6.125.173,00
Obrigações Rentipar Seguros SCPS, SA 2010/2015	Compra	31-12-10	100	5.000.000,00	100	5.000.000,00

TCC Investments Luxembourg, SARL

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/10	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BMORE 4 Class D5					80	4.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Parcial	22-02-10	473.491,02	473.491,02		
	Amortização Parcial	20-05-10	411.048,95	411.048,95		
	Amortização Parcial	20-08-10	338.996,86	338.996,86		
	Amortização Parcial	22-11-10	286.053,45	286.053,45	1.024.828,75	1.024.828,75
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade / valor nominal em 31/12/10
		Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	Banif Gestão de Activos, SA					400.000
	Banif Açor Pensões, SA					189.000
	Banif Capital, SA	Compra	22-Jun-10	30.000	150.000	150.000
	Centro Venture					382.500
	Gamma STC, SA					250.000
	Banif International Asset Management					USD 50.000
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	4-Fev-10	2.500	2.950	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.775	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.700	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Fev-10	100.000	115.000	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	11-Fev-10	50.000	57.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	12-Fev-10	284	327	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	15-Fev-10	50.000	57.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Mar-10	2.800	3.220	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Mar-10	10.000	11.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	30-Mar-10	2.500	2.850	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	1-Abr-10	2.500	2.800	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	3.250	3.705	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	962	1.097	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	600	684	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	172	196	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.500	2.525	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.362	2.386	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	100	101	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	38	38	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.421	1.378	
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.579	3.472		

Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.000	2.880
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	30-Abr-10	5.000	4.950
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Mai-10	3.000	2.580
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	6-Mai-10	3.000	2.430
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.700
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.730
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	794	643
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	161	130
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	71	58
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	241	195
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	1.733	1.404
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	2-Ago-10	500	455
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	2-Ago-10	4.500	4.095
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Ago-10	5.000	5.000
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Ago-10	5.000	4.550
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	300	267
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.000	1.780
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.700	2.403
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	1.000	860
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	500	430
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	31	27
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	126	108
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	157	135
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	94	81
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	47	40
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	24	21
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	12	10
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	316	272
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	101	87
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	92	79
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	2.500	2.125
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	1.256	1.068
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	744	632

SA					
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Ago-10	2.500	2.050	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	5.000	4.250	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.000	1.700	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.500	2.125	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	11.000	9.350	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	500	425	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.567	2.413	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.433	2.287	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	7-Set-10	636	591	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	7-Set-10	7.864	7.314	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	8-Set-10	149	139	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	8-Set-10	4.851	4.511	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	2.410	2.217	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.273	1.171	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.317	1.212	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Set-10	4.189	3.938	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Set-10	811	762	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	13-Set-10	4.209	4.041	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	13-Set-10	791	759	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	1.942	1.923	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	600	594	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.458	2.433	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.950	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.500	2.450	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Set-10	10.000	9.700	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	14-Set-10	10.000	9.900	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	5.000	5.150	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.550	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.525	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	2.000	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	5.000	4.850	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	3.000	2.910	

Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	1.940
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	500	485
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.400
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.375
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	40.000	38.000
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.350
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.850
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.900
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	4.000	3.960
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	806
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	7.000	6.930
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	686	672
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	10.000	9.900
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	814
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	9.186	9.186
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Set-10	3.000	2.940
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Set-10	9.500	9.310
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	5.000	4.950
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	746	746
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	504	504
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.250	3.250
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.000	3.000
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	29-Set-10	5.000	5.200
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	1.518	1.548
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	3.000	3.060
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	480	490
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	2	2
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	2.190	2.212
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	4.455	4.500
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	3.355	3.389
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	1-Out-10	10.000	10.300
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Out-10	10.000	10.500
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	5.000	5.350
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675

SA					
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.500	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	10.000	11.100	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.500	2.800	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.600	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	126	144	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	375	450	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	1.261	1.513	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.860	4.632	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	640	768	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	4.162	4.870	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	838	980	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	500	600	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.364	4.037	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.093	1.279	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.407	1.646	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Out-10	2.500	2.775	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	26-Out-10	500	525	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	26-Out-10	2.000	2.100	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	594	624	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.467	1.540	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.533	5.810	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.000	1.050	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	3.467	3.640	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.000	5.250	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	2.939	3.086	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.146	1.203	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.354	1.422	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	103	108	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	2.397	2.517	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.000	1.040	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.500	1.560	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	2.134	2.049	

Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	366	351	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	17-Nov-10	2.500	2.475	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	15-Dez-10	2.500	2.450	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Dez-10	2.500	2.275	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	31-Dez-10	2.500	2.175	10.000
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	509.000	509.000	
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	1.750.000	1.750.000	0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.403	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	3-Mai-10	2.805.000	2.806.403	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	28-Mai-10	1.000.000	800.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	14-Jun-10	10.000	8.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	10.000	8.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352	

Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	23-Jul-10	3.825.000	3.786.750	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	26-Jul-10	3.825.000	3.786.750	0
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	18-Mar-10	125.000	123.138	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-Mar-10	125.000	123.125	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	28-Out-10	1.000.000	999.500	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	12.000	12.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	1.093.000	1.093.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	605.000	605.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	174.000	174.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	10.000	10.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	6.000	6.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	207.000	207.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	126.000	126.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	225.000	225.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	2.000	2.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	100.000	100.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	525.000	525.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	8.000	8.000	0
Banif Finance 2006-2016	Compra	19-Fev-10	3.000.000	2.250.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	26-Fev-10	3.000.000	2.400.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	29-Abr-10	5.000.000	4.000.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-Abr-10	5.000.000	4.100.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-Ago-10	18.400.000	13.064.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	25-Ago-10	18.400.000	13.064.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	8-Dez-10	500.000	315.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	13-Dez-10	500.000	317.500	0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-Jan-10	400.000	354.200	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-Jan-10	400.000	360.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	12-Mar-10	20.000	17.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-Mar-10	20.000	18.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	21-Abr-10	50.000	44.000	
Banif Finance	Venda	30-Abr-10	50.000	44.000	

Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	8-Dez-10	800.000	536.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	13-Dez-10	800.000	540.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	15-Dez-10	1.473.000	994.275	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	20-Dez-10	750.000	510.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	23-Dez-10	2.000.000	1.300.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	30-Dez-10	4.223.000	2.821.809	0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Nov-10	66.000	31.680	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	154.000	77.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	284.000	142.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	20-Dez-10	2.050.000	1.096.750	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-Dez-10	2.754.000	1.450.532	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	29-Dez-10	200.000	100.000	0
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Jan-10	90.000	63.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	28-Jan-10	90.000	63.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Mar-10	5.600.000	3.808.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Mar-10	5.600.000	3.920.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Set-10	100.000	48.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-Out-10	50.000	24.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Out-10	50.000	24.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Nov-10	30.000	14.400	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	30.000	16.941	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	13-Dez-10	8.160.000	4.630.800	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	7.900.000	4.461.106	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	22-Dez-10	1.255.000	709.075	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Dez-10	1.765.000	1.006.050	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Dez-10	510.000	288.150	0
Banif SA 2005-2010	Compra	12-Mar-10	30.000	25.650	
Banif SA 2005-2010	Venda	31-Mar-10	30.000	25.950	
Banif SA 2005-2010	Compra	21-Abr-10	40.000	34.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	27-Abr-10	200.000	160.000	
Banif SA 2005-2010	Venda	30-Abr-10	240.000	199.200	
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	1.100.000	737.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	2.576.000	1.687.280	
Banif SA 2005-2010	Compra	20-Dez-10	4.000.000	2.680.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	23-Dez-10	60.000	40.200	

Banif SA 2005-2010	Venda	30-Dez-10	7.736.000	5.183.120	0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	21.000	20.877	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.500	20.442	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.000	81.911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	7.000	6.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	99.500	99.404	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	14.000	13.917	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	85.500	85.407	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.500	25.402	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	79.000	78.857	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	18.000	17.881	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	80.000	79.902	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	41.000	40.912	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	291.000	290.605	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	259.000	258.024	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	102.500	102.382	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	101.000	100.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	87.000	86.691	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	156.000	155.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	36.000	35.854	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	107.500	106.986	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	308.000	307.165	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	101.000	100.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	35.000	34.841	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	37.500	37.338	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189	

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	105.000	104.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.500	51.306
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.000	50.945
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.000	19.867
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	67.500	67.164
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	12.500	12.455
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	67.500	67.164
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	156.000	155.318
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	35.000	34.841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	87.000	86.691
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	105.000	104.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.500	51.306
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	107.500	106.986
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.000	19.867
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	80.000	79.902
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	254.500	253.979
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.235
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.235
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.000	50.945
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	55.000	54.771
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	42.000	41.751
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	29.000	28.948
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	38.000	37.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	23.000	22.864
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	110.000	109.541
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	44.000	43.739
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	308.000	307.165
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	90.500	90.053
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	205.000	204.468
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.758

Brasil 2009-2010					
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	158.000	157.705	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.500	82.363	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	179.500	178.474	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	104.000	103.557	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	8.000	7.960	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.003	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	36.000	35.854	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.000	24.953	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	205.000	204.423	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	303.000	302.593	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	186.000	185.238	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	197.500	196.513	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	50.500	50.398	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	432.000	429.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	97.500	97.283	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	47.500	47.378	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	101.500	101.304	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	175.500	174.558	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	36.500	36.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	23.500	23.374	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	101.500	101.304	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	426.000	423.243	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	110.500	110.376	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	153.500	153.068	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	97.500	97.283	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	18.000	17.881	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	107.500	107.223	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	47.500	47.378	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	41.000	40.891	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	147.000	146.831	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.000	49.668	

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	197.500	196.513
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	110.500	110.376
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	432.000	429.248
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	426.000	423.243
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	153.500	153.068
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	175.500	174.558
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	36.500	36.318
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	23.500	23.374
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	41.000	40.891
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.500	50.398
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	158.000	157.705
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	42.000	41.751
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	107.500	107.223
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	38.000	37.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	23.000	22.864
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	110.000	109.541
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	44.000	43.739
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.000	24.953
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	90.500	90.053
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	147.000	146.831
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.758
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.500	82.363
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	179.500	178.474
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	104.000	103.557
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	8.000	7.960
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.003
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	37.500	37.338
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	85.500	85.407
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	21.000	20.877
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	55.000	54.771
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.500	20.442

Brasil 2009-2010					
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	291.000	290.605	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	29.000	28.948	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	79.000	78.857	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	205.000	204.468	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.000	81.911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	99.500	99.404	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	14.000	13.917	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.500	25.402	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	41.000	40.912	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	259.000	258.024	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	254.500	253.979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	7.000	6.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	102.500	102.382	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	12.500	12.455	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	20.500	20.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	155.500	155.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	75.500	75.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	56.000	56.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	40.500	40.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	8.862.500	8.862.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	6.000	6.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	303.000	303.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	15.000	15.000	0
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Jan-10	15.000	15.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	115.000	115.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	65.000	65.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	131.000	131.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	15.000	15.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	51.000	51.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	21-Jan-10	124.000	124.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	27.000	27.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	111.000	111.000	

Banif SA 2009-2019	Venda	25-Jan-10	11.000	11.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	26-Jan-10	66.000	66.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	15.000	15.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	60.000	60.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	24.000	24.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	13.000	13.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	6.000	6.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	30.000	30.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	13.000	13.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	53.000	53.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	26.000	26.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	4-Fev-10	4.000	4.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Fev-10	25.000	25.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	19-Fev-10	141.000	141.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	23-Fev-10	20.000	20.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	2-Mar-10	5.000	5.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	3-Mar-10	50.000	50.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	12-Mar-10	4.000	4.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	16-Mar-10	1.000	1.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Mar-10	20.000	20.000	0
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	17-Fev-10	30.000	28.800	
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	22-Abr-10	40.000	38.980	
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Reembolso	28-Out-10	210.000	210.000	0
Banif SCPS 2009- 2012	Venda	10-Fev-10	18.400.000	18.694.400	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	11-Fev-10	18.400.000	18.699.920	
Banif SCPS 2009- 2012	Venda	26-Mar-10	300.000	306.150	
Banif SCPS 2009- 2012	Venda	30-Mar-10	1.000.000	1.021.160	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	29-Abr-10	1.000.000	955.400	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	30-Abr-10	10.000.000	9.880.000	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	988.500	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	974.800	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	5-Mai-10	2.000.000	1.906.800	
Banif SCPS 2009- 2012	Venda	6-Mai-10	20.000.000	19.550.000	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	6-Mai-10	1.000.000	969.410	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.926.000	
Banif SCPS 2009- 2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.938.820	

2012					
Banif SCPS 2009-2012	Compra	4-Jun-10	20.000.000	19.550.000	
Banif SCPS 2009-2012	Compra	11-Nov-10	11.086.000	10.587.130	48.186.000
Banif Finance 2009-2019	Venda	20-Jan-10	30.000	22.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	1.330.000	997.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	19-Jan-10	1.300.000	975.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	30.000	22.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	28-Mai-10	1.000.000	800.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	28-Mai-10	1.000.000	750.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.550	0
Banif Cayman - USD creditos Brasil 2008/2010	Venda	18-Jan-10	20.000	20.000	0
Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	
Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	10.000
Euro Invest Ltd Euro 15/12/29/49	Venda	18-Jan-10	60.000	60.000	
Euro Invest Ltd Euro 15/12/29/49	Compra	7-Mai-10	25.000	24.225	
Euro Invest Ltd Euro 15/12/29/49	Compra	13-Ago-10	200.000	194.000	
Euro Invest Ltd Euro 15/12/29/49	Venda	30-Ago-10	180.000	180.000	
Euro Invest Ltd Euro 15/12/29/49	Compra	29-Dez-10	250.000	232.500	USD 296.000
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	19-Fev-10	2.000	1.934	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	12-Mar-10	55.000	53.350	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	16-Mar-10	430.000	417.323	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	25-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	26-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	15-Abr-10	15.000	14.550	
Trade Invest LTD Var	Venda	6-Mai-10	75.000	72.885	

06/11						
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	20-Mai-10	5.000	4.843		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	17-Jun-10	75.000	72.742		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Venda	17-Jun-10	75.000	72.742		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Venda	22-Jun-10	250.000	245.000		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	24-Jun-10	60.000	58.050		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	25-Jun-10	16.000	15.480		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	21-Jul-10	40.000	38.700		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	6-Ago-10	20.000	19.300		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	9-Ago-10	5.000	4.825		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	13-Ago-10	5.000	4.825		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	28-Out-10	25.000	24.250		
Trade Invest LTD Var						
06/11	Compra	28-Out-10	2.000	1.940		742.000

Durante o exercício de 2010, o Banif- Banco de Investimento, SA ('BBI'), sociedade dominada pela Banif SCPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif - SCPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa.

Face ao disposto no art.º 325.º-A do Código das Sociedades Comerciais, são as acções acima referidas e a seguir descritas, consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Por outro lado, durante o período em apreciação, foi efectuada uma transacção de acções próprias, pela Banif - SCPS, SA, também executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa) e indicada no quadro *infra*:

Entidade	Tipo de Transacção	Data	Mercado	Quantidade	Preço Unitário
BBI	Aquisição	04-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,18000
BBI	Aquisição	05-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,11000
BBI	Aquisição	05-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,08000
BBI	Aquisição	11-Fev-10	Euronext Lisboa	100.000	1,15000
BBI	Alienação	11-Fev-10	Euronext Lisboa	50.000	1,15000
BBI	Alienação	12-Fev-10	Euronext Lisboa	284	1,15000
BBI	Alienação	15-Fev-10	Euronext Lisboa	50.000	1,15000
BBI	Aquisição	23-Mar-10	Euronext Lisboa	2.800	1,15000
BBI	Alienação	23-Mar-10	Euronext Lisboa	10.000	1,15000
BBI	Aquisição	30-Mar-10	Euronext Lisboa	2.500	1,14000
BBI	Aquisição	01-Abr-10	Euronext Lisboa	2.500	1,12000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	3.250	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	962	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	600	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	172	1,14000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	2.500	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	2.362	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	100	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	38	1,01000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.421	0,97000

BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	3.579	0,97000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.000	0,96000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.000	0,96000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	3.000	0,96000
BBI	Alienação	30-Abr-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Aquisição	05-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,86000
BBI	Aquisição	06-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,81000
BBI	Alienação	10-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,90000
BBI	Alienação	10-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,91000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	794	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	161	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	71	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	241	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	1.733	0,81000
BBI	Alienação	02-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,91000
BBI	Alienação	02-Ago-10	Euronext Lisboa	4.500	0,91000
BBI	Alienação	03-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	1,00000
BBI	Aquisição	10-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	0,91000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	300	0,89000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	2.000	0,89000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	2.700	0,89000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	1.000	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	31	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	126	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	157	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	94	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	47	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	24	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	12	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	316	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	101	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	92	0,86000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,85000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	1.256	0,85000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	744	0,85000
BBI	Aquisição	25-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,82000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	2.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	11.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,85000
BBI	Alienação	03-Set-10	Euronext Lisboa	2.567	0,94000
BBI	Alienação	03-Set-10	Euronext Lisboa	2.433	0,94000
BBI	Aquisição	07-Set-10	Euronext Lisboa	636	0,93000
BBI	Aquisição	07-Set-10	Euronext Lisboa	7.864	0,93000
BBI	Aquisição	08-Set-10	Euronext Lisboa	149	0,93000
BBI	Aquisição	08-Set-10	Euronext Lisboa	4.851	0,93000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	2.410	0,92000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	1.273	0,92000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	1.317	0,92000
BBI	Alienação	10-Set-10	Euronext Lisboa	4.189	0,94000
BBI	Alienação	10-Set-10	Euronext Lisboa	811	0,94000
BBI	Aquisição	13-Set-10	Euronext Lisboa	4.209	0,96000
BBI	Aquisição	13-Set-10	Euronext Lisboa	791	0,96000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	1.942	0,99000

BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	600	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	2.458	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,98000
BBI	Aquisição	14-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,97000
BBI	Alienação	14-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,99000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	1,03000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	1,02000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	1,01000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.000	1,00000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	500	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,96000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,95000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	40.000	0,95000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,94000
BBI	Alienação	22-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,97000
BBI	Alienação	22-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	4.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	814	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	7.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	686	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	814	1,00000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	9.186	1,00000
BBI	Aquisição	23-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	0,98000
BBI	Aquisição	23-Set-10	Euronext Lisboa	9.500	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	746	1,00000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	504	1,00000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	3.250	1,00000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	1,00000
BBI	Alienação	29-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	1,04000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	1.518	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	480	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	2	1,03000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	2.190	1,01000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	4.455	1,01000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	3.355	1,01000
BBI	Alienação	01-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,03000
BBI	Aquisição	05-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,05000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,07000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,07000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,07000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,10000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,11000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,12000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,12000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.437	1,14000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.437	1,14000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	126	1,14000

BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	375	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	1.261	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	3.860	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	640	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	4.162	1,17000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	838	1,17000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	500	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	3.364	1,20000
BBI	Aquisição	14-Out-10	Euronext Lisboa	1.093	1,17000
BBI	Aquisição	14-Out-10	Euronext Lisboa	1.407	1,17000
BBI	Aquisição	25-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,11000
BBI	Aquisição	26-Out-10	Euronext Lisboa	500	1,05000
BBI	Aquisição	26-Out-10	Euronext Lisboa	2.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	594	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	1.467	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	5.533	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	1.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	3.467	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	2.939	1,05000
BBI	Alienação	28-Out-10	Euronext Lisboa	1.146	1,05000
BBI	Alienação	28-Out-10	Euronext Lisboa	1.354	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	103	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	2.397	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	1.000	1,04000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	1.500	1,04000
BBI	Aquisição	10-Nov-10	Euronext Lisboa	2.134	0,96000
BBI	Aquisição	10-Nov-10	Euronext Lisboa	366	0,96000
BBI	Alienação	17-Nov-10	Euronext Lisboa	2.500	0,99000
BBI	Alienação	15-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,98000
BBI	Aquisição	23-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,91000
BBI	Aquisição	31-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,87000

2. Informação nos termos do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual, a Banif Comercial, SGPS, SA era titular da totalidade do Capital Social da Sociedade.

3. Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas

A totalidade das 156 milhões de acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, são detidas pela sociedade Banif Comercial SGPS, SA, pelo que não se verifica a existência de acções próprias ou de outras participações qualificadas.

09

RECOMENDAÇÕES DO
FSF E DO CEBS
RELATIVAS À
TRANSPARÊNCIA DA
INFORMAÇÃO E À
VALORIZAÇÃO DE
ACTIVOS

09

RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, e Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).

O modelo de negócio do Banco encontra-se pormenorizadamente descrito na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “27. PASSIVOS FINANCIEROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS” e “23. OUTROS PASSIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).

As actividades desenvolvidas pelo Banco e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento do Banco relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Banco encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2010” do Relatório de Gestão.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

Não aplicável.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

Não aplicável.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

Não aplicável.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Não aplicável.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- *Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;*
- *Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);*
- *Áreas geográficas de origem;*
- *Sector de actividade;*
- *Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);*
- *Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;*
- *Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.*

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.).

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:

- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
- Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito;
- Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
- Decomposição das exposições por rating ou contraparte.

O Banco não detém exposições desta natureza.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização**22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.**

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota "3.7 Instrumentos financeiros" do ponto "6. Anexo às Demonstrações Financeiras", da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

Os SPE e outros "veículos" utilizados pelo Banco são relativos a operações de securitização, conforme descrito na nota "27. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS" do ponto "6. Anexo às Demonstrações Financeiras", da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS", que são integrados nas contas consolidadas da casa-mãe, a Banif SCPS, SA. Não existe qualquer relação destes veículos com produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;
- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);
- Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa);
- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota "3.7 instrumentos financeiros" e na nota "42. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS" do ponto "6. Anexo às Demonstrações Financeiras", da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

- *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*
- *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
- *Típos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
- *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
- *Stress scenarios.*

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira estão subordinados às orientações da casa-mãe, a Banif SCPS, SA, e encontram-se descritos no ponto "III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE", do "RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2010 da Banif SCPS, SA e Banif - Grupo Financeiro Consolidado", divulgado no site institucional do Grupo (www.grupobanif.pt) e CMVM.

10

Relatório sobre o
Governo da
sociedade

10

**RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA
SOCIEDADE**

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 245º-A do Código de Valores Mobiliários, na alínea b) do n.º 2 do art.º 70º do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

I. Estrutura e Práticas de Governo Societário

I.1 Estrutura de *Governance*.

A sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais ('CSC').

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos por mandatos de 3 anos. O Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do art.º 20.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 391.º do CSC.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos por mandatos de 3 anos, e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 2 do art.º 27.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 4 do artigo 27.º do Contrato de Sociedade e com n.º 1 do art.º 446.º do CSC.

A gestão corrente da sociedade está delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 1 do art.º 24.º do Contrato de Sociedade e do n.º 3 do art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.2 Assembleia Geral

I.2.1 Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

Presidente: Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

I.2.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição de ambos os membros da Mesa da Assembleia Geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.2.3 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

De acordo com o disposto no art.º 17.º do Contrato de Sociedade, “Têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que, segundo a lei e o contrato, tiverem direito a, pelo menos, um voto”, sendo que, “a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral”.

Ainda nos termos da referida norma, “a participação e o exercício do direito de voto dos accionistas nas Assembleias Gerais, uma vez satisfeitos os demais requisitos da lei, dependem da escrituração em seu nome de acções que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 8 (oito) dias, inclusive, antes da data marcada para a respectiva reunião, devendo as respectivas acções manter-se averbadas ou registadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral”.

Assim, “não são consideradas para efeito de participação na Assembleia Geral as transmissões de acções da sociedade efectuadas nos 7 (sete) dias que precedem a reunião de cada assembleia, em primeira convocação”.

I.2.4 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.

De acordo com o art.º 17.º do Contrato de Sociedade, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

I.2.5 Número de acções a que corresponde um voto.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto.

De acordo com o n.º 1 do art.º 19.º do Contrato de Sociedade “os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao exigido no presente contrato, para participação na Assembleia Geral podem agrupar-se para perfazer aquele número, fazendo-se representar por um deles ou por qualquer outro accionista com direito a voto”.

I.2.6 Indicação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais. O capital social da sociedade está integralmente realizado e está representado por 156 milhões de acções ordinárias.

I.2.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

O n.º 4 do artigo Quinto do Contrato de Sociedade prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, nos termos seguintes:

“A sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente”.

Não existem regras estatutárias que limitem a contagem dos direitos de voto.

I.2.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais, existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade) e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.2.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Não existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

I.2.9 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

I.2.10 Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, nomeadamente no ponto I.2.5, não existem restrições em matéria de direito de voto.

I.2.11 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujo membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de Sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

I.2.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

I.2.13 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

I.2.14 Participações Qualificadas no capital da sociedade

A totalidade das 156 milhões de acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, são detidas pela sociedade Banif Comercial SGPS, SA.

I.3 Conselho de Administração

I.3.1 Identificação dos membros do Conselho de Administração.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos (Presidente)
Dr. Carlos David Duarte de Almeida (Vice-Presidente)
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
Dr. José Marques de Almeida
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira.
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes
Dr. Nuno José Roquette Teixeira

I.3.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho de Administração foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2009, foi alterado o número de membros para integrar o Conselho de Administração no mandato correspondente ao triénio 2009-2011, de dez para onze, tendo sido eleito, para o exercício de funções no referido mandato, o Sr. Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes.

No dia 19 de Maio de 2010, faleceu o então Presidente do Conselho de Administração, Sr. Comendador Horácio da Silva Roque. Em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou designar, para as referidas funções, o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, o qual, até esta data, exercia as funções de Vice-Presidente daquele órgão.

Ainda em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou cooptar, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira, o qual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, apenas iniciou funções em 21 de Julho de 2010, após a conclusão do processo de registo junto do Banco de Portugal.

I.3.3 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de “assegurar a gestão dos negócios sociais”, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar “sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;
- d) Constituir mandatários;
- e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;
- f) Designar os membros da Comissão Executiva;
- g) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;
- h) Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC”.

Não está estatutariamente contemplada a possibilidade de aumento de capital da sociedade por deliberação do Conselho de Administração (nomeadamente nos termos previstos no art.º 456.º do CSC).

I.3.4 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de onze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos

administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos (art.º 20.º, n.º 1 e 2 do Contrato de Sociedade).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele órgão (art.º 23.º, n.º 8, do Contrato de Sociedade).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

I.3.5 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Joaquim Filipe Marques dos Santos

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif International Bank, Ltd
- Banif – SCPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd
- Banif - Investimentos SCPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial SCPS, SA
- Banco Mais, SA

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA (em representação da Banif SGPS, SA)

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Açor Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA

B) Outras entidades**Presidente do Conselho de Administração**

- Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global - Companhia de Seguros, SA
- Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

Membro do Conselho de Governadores

- St. Dominic’s International School

- Carlos David Duarte de Almeida**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SCPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd.
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – SCPS, SA
- Banif International Bank, Ltd
- Banif International Holdings, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial SCPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Investimentos - SCPS, SA
- Banif Bank (Malta), PLC
- Banif Plus Bank Company, Ltd.

B) Outras entidades**Vice-Presidente do Conselho de Administração**

- Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global – Companhia de Seguros, SA
- Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

- António Manuel Rocha Moreira**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Vice-Presidente do Conselho de Administração**

- BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Mais, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - SCPS, SA
- Banif Comercial SCPS, SA

- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif International Bank, Ltd.
- Banif Plus Bank Company Limited

Membro da Comissão de Vencimentos

- Investaçor, SCPS, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

B) Outras entidades**Presidente do Conselho Fiscal**

- Zon TV Cabo Madeirense, SA, (em representação do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA)

- Manuel Isidoro Martins Vaz**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA
- Banieuropa Holding, SL

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

B) Outras entidades**Vogal do Conselho de Administração**

- Banca Pueyo, SA

- José Marques de Almeida**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Administrador**

- Banif – SCPS, SA
- Rentipar Financeira SCPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial, SGPS, SA
- Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

B) Outras entidades**Presidente do Conselho de Administração**

- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Rentipar Investimentos, SGPS, SA
- Rentiglobo, SGPS, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
- Rentipar Indústria, SGPS, SA

- José António Machado de Andrade**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA****Vogal do Conselho de Gerência**

- Numberone, SGPS, Lda

B) Outras entidades**Vogal do Conselho de Administração**

- Zon Tv Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

- João Manuel da Silva Machado dos Santos**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA****Vogal do Conselho de Administração**

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif (Açores), SGPS, SA

B) Outras entidades**Vogal do Conselho de Administração**

- SIBS, Sociedade Interbancária de Serviços, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)
- SIBS Informática Tecnologias de Informação, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

- Diogo António Rodrigues da Silveira**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SCPS, SA****Administrador**

- Banif SCPS, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA

B) Outras entidades**Presidente da Comissão Executiva**

- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global - Companhia de Seguros, SA
- Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA

Conselheiro

- Conselho Consultivo da Reditus SCPS, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

Sócio

- Firma Shilling Capital Partners, SCPS

- João Paulo Pereira Marques de Almeida**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Vogal do Conselho de Administração**

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

- Banif Finance, Ltd

- Vítor Manuel Farinha Nunes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Mais, SCPS, SA
- Banco Mais, SA
- Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, SA
- Banif Plus Bank Company, Ltd.
- TCC Investments Luxembourg, SARL

Gerente

- Margem – Mediação de Seguros, Lda

B) Outras entidades

Administrador Único

- FN Participações, SCPS, SA

Gerente

- Core Investimentos, Consultoria e Serviços, Lda

- Nuno José Roquette Teixeira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SCPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - SCPS, SA
- Banieuropa Holding, SL
- Banif Finance, Ltd
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA
- Banif Securities, Inc
- Banif - Banif - Banco de Investimento, SA

B) Outras entidades

Membro do Conselho Directivo

- APC - Associação Portuguesa de Sociedades Corretoras Financeiras de Corretagem

I.4 Comissão Executiva

I.4.1 Identificação dos membros da Comissão Executiva

Dr. Carlos David Duarte de Almeida (Presidente)

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

A Comissão Executiva do Conselho de Administração foi constituída por deliberação deste órgão de 1 de Abril de 2009. Nesta data, foi designado Presidente da Comissão Executiva o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, o qual manteve as referidas funções até 30 de Junho de 2010, data em que foi nomeado Presidente do Conselho de Administração, cessando então as suas funções naquela Comissão.

Ainda em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou integrar na Comissão Executiva o então cooptado Administrador Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira e nomear para Presidente da mesma o Sr. Dr. Carlos David Duarte de Almeida.

I.4.2 Poderes da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração de 1 de Abril de 2009 (Acta n.º 05/2009).

De acordo com a referida deliberação, a Comissão Executiva dispõe dos “mais amplos poderes de administração e gestão estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade”, com exclusão dos seguintes:

- a. cooptação de Administradores;
- b. aprovação dos Relatórios do Conselho de Administração e das Contas Anuais;
- c. pedidos de convocação de Assembleias Gerais;
- d. aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avales bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e. aprovação da mudança da Sede e de aumentos do Capital Social nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
- f. aprovação da abertura e encerramento de filiais, de sucursais, de agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;
- g. aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h. aprovação dos planos e orçamentos anuais;

- i. aprovação da emissão de empréstimos obrigacionistas;
- j. aprovação das propostas de alteração do Contrato de Sociedade;
- k. decisão sobre operações/limites de crédito (por desembolso e extrapatrimoniais) que envolvam exposições de crédito globais de clientes ou grupos de clientes, que não sejam Instituições de Crédito, superiores a 15 milhões de euros. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa de modalidades de crédito, no âmbito do valor global das linhas ou limites em vigor, das taxas de juro ou comissões, bem como para a realização de operações extra-limite ou pontuais que não excedam, na sua totalidade, 10% do limite máximo aprovado para um cliente ou grupo de clientes;
- l. decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a 2.500 milhares de euros e a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido;
- m. contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de Órgãos de primeira linha da estrutura do Banco;
- n. atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a 25 milhares de euros;
- o. relacionamento institucional com os titulares de valores mobiliários emitidos pelo Banco, sem prejuízo das competências próprias do Representante para as Relações com o Mercado;
- p. indicação de membros para os órgãos sociais das empresas onde o Banco participe e onde tenha essa prerrogativa;
- q. qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira a deliberação do Conselho de Administração.

Na deliberação de delegação de competências, está ainda contemplado que as competências previstas nas alíneas d., f., i., k., l. e m. são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, as mesmas devam ser exercidas pela Comissão Executiva que, para o efeito, as não poderá delegar.

1.4.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração (art.º 24.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade), não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

I.5 Conselho Fiscal

I.5.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2010, o Conselho Fiscal do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA é composto pelos seguintes membros:

Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente)

António Ernesto Neto da Silva (Vogal Efectivo)

José Lino Tranquada Comes (Vogal Efectivo)

José Pedro Lopes Trindade (Vogal Suplente)

I.5.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.5.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais (art.º 28.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto, devendo, pelo menos um dos seus membros ter curso superior adequado ao exercício das suas funções, conhecimentos em auditoria ou contabilidade, e ser considerado independente nos termos da lei (art.º 28.º, n.º 2 do Contrato de Sociedade e art.º 3.º, n.º 2 do Decreto-lei n.º 225/2008 de 20 de Novembro).

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão (art.º 414.º-B do Código das Sociedades Comerciais).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.5.4 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Fernando Mário Teixeira de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal

- Banif – SCPS, SA
- Banif Comercial SCPS, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Advancer – Soluções de Gestão, SA

- António Ernesto Neto da Silva

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif – SCPS, SA
- Banif Comercial SCPS, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral

- Financetar – Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

- José Lino Tranquada Gomes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif SCPS, SA

- Banif Comercial SGPS, SA

B) Outras entidades**Gerente**

- Tranquada Comes & Coito Pita – Sociedade de Advogados, RL
- Imolapeira – Imobiliária da Madeira, Lda
- Netanarium – Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda
-

Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Cooperativa Agrícola do Funchal

I.5.5 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, em 31 de Março de 2010, pelo prazo de 1 ano, sob proposta do Conselho Fiscal, em conformidade com o previsto no n.º 4 do art.º 27.º do Contrato de Sociedade.

O Conselho Fiscal tem presente a possibilidade, que lhe é reconhecida, de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor externo, com justa causa.

I.5.6 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

I.5.7 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.

No último exercício, o Banco continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno, disseminando essa cultura pela organização;
- Promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num framework desenvolvido pelo Grupo, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.
- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno do Banco, foram acompanhadas e promovidas, em 2010, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;

- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foi elaborado durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Banco;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto dos órgãos do Banco e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso dos órgãos do Banco);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação, através da realização de reuniões de acompanhamento na presença da Comissão Executiva;
- Realização de acções de formação *On-Job Training* no âmbito do Controlo Interno e utilização da aplicação *SAS OpRisk*;

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Banco promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas nesta matéria. Assim, em cada momento, é possível saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre o Órgão de Controlo e as Direcções envolvidas no processo de remediação.

O Grupo promove com regularidade análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principais rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado, onde o Banif assume particular importância pelo seu peso relativo e materialidade dos riscos associados. O resultado destes testes, quando relevante, é considerado como input para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação. Assim, também com referência a 31 de Dezembro de 2010, foi elaborado um Relatório sobre a matéria dando cumprimento à Instrução n.º 32/2009, do Banco de Portugal.

Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em Junho de 2010, elaborado o Relatório intercalar sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo Acordo para o Pilar II, complementando-se a visão regulamentar com a perspectiva económica dos riscos e da respectiva alocação de capital.

Este processo veio permitir ao Grupo e, conseqüentemente, ao Banco, criar condições para a realização de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a conseqüente adequação da estrutura organizacional do governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do

Grupo, constituindo-se o Banif como a entidade mais relevante quer no processo de quantificação de riscos quer nos recursos financeiros disponíveis.

É objectivo do Grupo não só a identificação de todos os riscos que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;
- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo reforçar a preocupação das Instituições Financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitos, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares, reforçam os desafios, que serão colocados a todos intervenientes do sector financeiro.

Uma vez integrado num Grupo financeiro, o Banif divulga numa perspectiva agregada, no âmbito do enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II, informação detalhada sobre a solvabilidade, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas Entidades do Grupo, tendo assim, disponibilizado ao mercado, um conjunto mais vasto de elementos para a tomada de decisões pelos agentes económicos, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

1.5.8 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que resultem num ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade. Os Órgãos de Gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema de Controlo Interno do Grupo acompanhando e dinamizando reuniões regulares promovidas com a direcção do Banco para a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos, que lhes permitem tomar as medidas correctivas necessárias ao adequado funcionamento da sociedade. O Conselho Fiscal avalia anualmente, através de relatório próprio, a eficácia do sistema de controlo interno ajustado às

necessidade da Sociedade, recomendando, quando aplicável, as melhorias que considera pertinentes.

II. Remunerações ⁴

II.1 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de Março de 2010, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

“Considerando:

- que, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização;
- que a Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA tem, nos termos do art.31, n.º 1 dos Estatutos, competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, sem prejuízo das recomendações das autoridades de supervisão e das directrizes transversais às sociedades do Banif – Grupo Financeiro;
- que a Comissão de Remunerações exerce tal competência nos termos do mandato da Assembleia Geral;

A Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal SA submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização:

1. A Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA tem como objectivos:

- permitir, em permanência, ao Banco, tendo em conta o ambiente concorrencial em que opera, atrair, motivar e fidelizar quadros dirigentes de alto nível e que apresentem um elevado potencial;
- incentivar a consecução de objectivos de performance coincidentes com os interesses do Banco e dos seus accionistas, a curto, médio e longo prazo;
- estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance colectiva.

e visa estabelecer:

- Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

⁴ Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho

- Os mecanismos de alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses societários;

2. O posicionamento competitivo dos níveis e da estrutura da remuneração deverá ser objecto de análise regular pela Comissão de Remunerações. Nesta análise, a Comissão de Remunerações tomará em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operem nos mercados doméstico e internacional.

Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização poderão ser revistos anualmente.

3. A Política de Remuneração do órgão de administração poderá ter como referência um conceito de Remuneração Global que compreende 3 elementos chave:

Uma Componente Fixa	A remuneração de base (salário base)
Uma Componente Variável	O prémio de desempenho
Um mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	Diferimento da componente variável
	Limitação da componente variável

4. A componente fixa da remuneração deverá constituir a parte mais significativa da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da remuneração dos membros do órgão de administração.

Por sua vez, a componente variável da remuneração, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela, de acordo com as funções exercidas por cada membro no seio do órgão de administração.

5. A remuneração variável, a atribuir aos membros executivos do órgão de administração do Banco deverá ser fixada em valor percentual dos respectivos lucros líquidos individuais do exercício, que nunca poderá exceder 5 por cento destes.

6. Os membros executivos do órgão de administração que desempenhem funções executivas em outras sociedades do Grupo apenas serão remunerados pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, nos termos da política de remunerações nele em vigor, caso este seja a entidade onde

as funções desempenhadas assumam maior relevo – “critério da relevância”. No entanto, estes elementos poderão ainda ser remunerados pelas outras sociedades do Grupo onde exerçam funções, nos casos em que os níveis e a complexidade das respectivas actividades, as práticas de mercado ou outras circunstâncias relevantes o justifiquem.

7. Na Remuneração Global dos membros do órgão de administração incluir-se-ão os montantes pagos a qualquer título ⁽⁵⁾ por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

8. A Remuneração Global acima referida poderá ser formalizada, relativamente a cada membro executivo do órgão de administração, num contrato que contempla, nomeadamente, o nível e a estrutura da remuneração (componentes fixa e variável); o respectivo termo e modalidades de rescisão, cláusulas de confidencialidade, não-concorrência e exclusividade e as limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do membro do órgão de administração, bem como a sua relação com a componente variável da remuneração.

9. A remuneração de base (salário base) deverá remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas. Esta remuneração base deverá ser fixada em conformidade com os níveis praticados no mercado para funções equivalentes e poderá ser objecto de revisão anual. Não existem mecanismos de ajustamento automático aos referidos níveis de mercado.

10. O prémio de desempenho (referido à performance anual) tem subjacente o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo individual de cada membro executivo do órgão de administração, bem como a sua performance enquanto colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho devem depender directamente do desempenho efectivo aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos devem ser determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Grupo e estratégias específicas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA).

O prémio de desempenho deve ser calculado em função dos seguintes critérios com ponderações tendencialmente idênticas, ajustadas às funções exercidas por cada membro no seio do órgão de administração do Banco:

- um critério que pondere a performance do órgão de administração enquanto colectivo dirigente do Banco, baseado na consecução dos seus objectivos e dos objectivos do Grupo onde se insere - objectivos comuns;
- um critério baseado na consecução de objectivos individuais, específicos para cada membro do órgão de administração e atinentes às suas responsabilidades/ pelouros - objectivos individuais;

⁽⁵⁾ Incluem-se aqui os montantes pagos a título de contraprestação pela presença efectiva e pela participação em reuniões do órgão de Administração - comumente conhecidos por senhas de presença.

A componente variável da remuneração – prémio de desempenho deverá consistir unicamente num montante em cash, uma vez que o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA não tem acções admitidas à negociação, e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.

11. O alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade poderá ainda ser assegurado por mecanismos de diferimento e de limitação da componente variável da remuneração – prémio de desempenho.

A implementação destes mecanismos apenas deverá ser ponderada quando a componente variável da remuneração for considerada significativa e quando i) a materialidade dos riscos em curso associados aos objectivos comuns e individuais subjacentes à atribuição do prémio de desempenho e ii) a relevância dos riscos subjacentes às actividades desenvolvidas pelo Banco sob responsabilidade de cada membro executivo do órgão de administração, o justifiquem.

No momento presente, tendo em conta a expressão, materialmente pouco significativa, que as componentes de remuneração variável assumem na política remuneratória do Banco, bem como a significativa longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantêm com a instituição (são, na sua grande maioria, quadros oriundos da estrutura de Direcção do Banco, ao qual se encontram vinculados por contrato de trabalho), não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento, no todo ou em parte, para após o apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato, do pagamento da componente variável das suas remunerações.

Não obstante, caso o desempenho da sociedade venha a atingir níveis acima dos objectivos delineados e, em consequência, a componente variável venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente deverá ser diferido para após o apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato.

De igual modo, pelas razões apontadas, não se vislumbra necessidade de criação de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da sociedade no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

12. A Política de Remuneração dos membros não executivos do órgão de administração

A remuneração dos membros vogais não executivos do órgão de administração será exclusivamente constituída por senhas de presença e/ou quantia fixa.

13. A Política de Remuneração dos membros do órgão de fiscalização

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros será estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade”.

II.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração

Valores em Euros

Conselho de Administração	Remunerações fixas (Inclui senhas de presença)	Remunerações variáveis ⁶
Comendador Horácio da Silva Roque	175.474,57	75.000,00
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	311.074,55	66.500,00
Dr. Carlos David Duarte de Almeida ⁷	397.180,11	62.500,00
Dr. António Manuel Rocha Moreira ⁸	313.507,52	60.000,00
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz ⁹	327.050,76	50.000,00
Dr. José Marques de Almeida	52.120,00	12.500,00
Dr. José António Machado de Andrade	273.470,93	35.000,00
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos	270.050,76	35.000,00
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira	46.860,00	12.500,00
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida ¹⁰	308.050,76	35.000,00
Dr. Vítor Farinha Nunes	51.120,00	---
Dr. Nuno José Roquette Teixeira ¹¹	90.428,90	---
Total	2.616.388,86	444.000,00

⁶ Remunerações variáveis referentes ao exercício de 2009, atribuídas em momento anterior à aprovação da Declaração sobre Política de Remunerações transcrita no ponto II.1.

⁷ Inclui prémio de antiguidade (30 anos de serviço – cláusula 150.º ACT) no montante de 70.500,00 euros

⁸ Inclui prémio de antiguidade (15 anos de serviço – cláusula 150.º ACT) no montante de 20.400,00 euros

⁹ Inclui prémio de antiguidade (30 anos de serviço – cláusula 150.º ACT) no montante de 57.000,00 euros

¹⁰ Inclui prémio de antiguidade (25 anos de serviço – cláusula 150.º ACT) no montante de 38.000,00 euros

¹¹ Administrador que iniciou funções em 21 de Julho de 2010.

Conselho Fiscal

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

Conselho Fiscal	Senhas de presença
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	18.000,00
Dr. António Ernesto Neto da Silva	12.000,00
Dr. José Lino Tranquada Gomes	12.000,00
Total	42.000,00

II.3 Informações em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Aviso n.º 1/2010 do Banco de Portugal

- a. Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração, incluindo, se for caso disso, a indicação do mandato e da composição da comissão de remuneração, a identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

A Política de Remuneração referente ao exercício de 2010 foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no dia 30 de Março de 2010, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2011, e tem a seguinte composição:

- Rentipar Financeira, SCPS, S.A., representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade;
- Fundação Horácio Roque, representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro;
- Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representava pelo Sr. Vitor Hugo Simons.

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração,

tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

- b. Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;

A Remuneração Variável dos Administradores Executivos referente ao exercício de 2010 não se encontra paga à presente data. O montante a pagar corresponderá, nos termos da Política de Remuneração aprovada, a um montante correspondente a 5% do Resultado Líquido do exercício de 2010 (EUR. 563.690,59 x 5% = EUR. 28.184,53) a distribuir, na proporção relativa da respectiva retribuição fixa, pelos 7 (sete) membros da Comissão Executiva.

- c. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2010, transcrita no ponto II.1 supra.

- d. Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:

- i. Os órgãos competentes da instituição para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos;

Não existem órgãos da instituição com competência específica para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. A Comissão de Remunerações avalia o desempenho da generalidade dos membros da Comissão Executiva por aplicação dos critérios estabelecidos previstos na Política de Remunerações, para efeito de cálculo da respectiva Remuneração Variável. Não obstante, é à estrutura accionista, nomeadamente ao órgão de administração do accionista único, Banif Comercial, SGPS, S.A. e ao órgão de administração da Banif – SGPS, S.A., holding de topo do Banif – Grupo Financeiro que cabe a avaliação do desempenho dos Administradores Executivos.

- ii. Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos;

Sem prejuízo do referido no ponto anterior, não existem critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.

- iii. A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores Executivos, assim como os limites máximos para cada componente;

Considerando os montantes da remuneração fixa auferida pelos Administradores Executivos durante o exercício de 2010 e o montante de remuneração variável estabelecido com referência ao mesmo exercício, indicado na alínea b). supra, a remuneração fixa representará cerca de 98% e a remuneração variável representará cerca de 2% da remuneração global dos Administradores Executivos.

- iv. Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Dada a reduzida expressão que a remuneração variável referente ao exercício de 2010 representa na remuneração global dos Administradores Executivos, não haverá lugar ao diferimento do respectivo pagamento.

- v. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição ao longo do período de diferimento;

Prejudicada pela resposta dada à alínea anterior.

- vi. Os critérios em que se baseia a atribuição de Remuneração Variável em acções, bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, das acções da instituição a que tenham acedido, sobre a eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- vii. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- viii. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Não existem quaisquer prémios anuais, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos (cujos parâmetros e fundamentos constam da Declaração sobre Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral e acima transcrita) ou outros benefícios não pecuniários relevantes.

- ix. A remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Não existe remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos.

- x. As indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas a ex-membros executivos do órgão de administração quaisquer quantias/indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício de 2010.

- xi. As limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;

Não existem acordos que fixem indemnizações ou quaisquer montantes a pagar a ex-membros executivos do órgão de administração em caso de destituição sem justa causa.

- xii. Os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes pagos a cada um dos Administradores Executivos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., a qualquer título, por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo:

Valores em Euros

Comissão Executiva	Remunerações auferidas em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos ¹²	324.440,00
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	178.901,99
Dr. António Manuel Rocha Moreira	163.747,42
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz	154.712,16
Dr. José António Machado de Andrade	50.400,00
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos	51.300,00
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida	50.400,00
Dr. Nuno José Roquette Teixeira ¹³	213.757,15

- xiii. As principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral;

Os Administradores Executivos do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA estão abrangidos por Fundos de Pensões complementares à Segurança Social. A seis dos sete Administradores Executivos, aplica-se o Acordo de Empresa, publicado no BTE, n.º 32, 1.ª Série, de 29 de Agosto de 2008, e, em concreto, as suas cláusulas 12.ª a 26.ª.

Estes Administradores - Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Dr. António Manuel Rocha Moreira, Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz, Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos, Dr. José António Machado de Andrade e Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida – são participantes do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões Banif, gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Administrador Executivo Dr. Nuno José Roquette Teixeira é, também, participante do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões de Banif – Banco de Investimento, S.A gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

¹² Exerceu a função de Presidente da Comissão Executiva até 30 de Junho de 2010

¹³ Iniciou funções na Comissão Executiva em 21 de Julho de 2010

Estes Fundos são complementares à Segurança Social.

Sendo as suas participações nos Fundos idênticas à dos restantes empregados participantes do Fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

- xiv. A estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

- xv. A existência de mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não estão definidos mecanismos destinados especificamente a impedir a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da Remuneração Variável.

- xvi. Relativamente à remuneração dos Administradores Não Executivos, referência à inclusão de alguma componente variável.

A remuneração dos Administradores Não Executivos referente ao exercício de 2010 não inclui qualquer componente variável (entendendo-se como tal, uma componente associada ao desempenho da sociedade).

II.4 Remuneração dos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou exercem uma outra actividade profissional que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

II.4.1 Trabalhadores abrangidos

Consideram-se abrangidos no ponto II.4 os colaboradores do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (i) responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco, na medida em que exercem uma actividade profissional com impacto no perfil de risco da instituição, e os que (ii) integrando o quadro directivo da instituição (Directores, Directores-Adjuntos e Subdirectores), desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco.

II.4.2 Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Não está estabelecida, *a priori* e/ou de acordo com critérios pré-determinados, qualquer remuneração variável, nomeadamente, uma componente de remuneração cujo montante esteja directa ou indirectamente associado ao desempenho da sociedade.

A remuneração destes colaboradores é constituída exclusivamente por uma quantia fixa, composta pelo vencimento base e outros complementos atribuídos à generalidade dos trabalhadores da instituição (v.g. diuturnidades, subsídios), não havendo, nesta medida, qualquer incentivo à assunção excessiva de riscos por parte dos mesmos.

Sem prejuízo do referido, tem sido prática do órgão de administração, após a aprovação das contas de determinado exercício e no contexto do processo de avaliação anual da generalidade dos colaboradores da instituição, deliberar a atribuição, a alguns destes, de um prémio monetário, de acordo com a avaliação do seu desempenho individual efectuada pela respectiva hierarquia. No entanto, este eventual prémio não está pré-determinado nem é determinável, a sua atribuição é discricionária e representa sempre um montante pouco significativo na remuneração global do trabalhador (inferior a 4%).

Deste modo, pretende-se promover e motivar um melhor desempenho individual de cada colaborador, no contexto das funções que lhe estão confiadas, sem associar directamente este (eventual) prémio aos resultados da sociedade, nomeadamente aos resultados no curto prazo.

II.4.3 Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração

A política de remuneração dos referidos colaboradores é objecto de discussão e deliberação em Comissão Executiva, nos mesmos termos da generalidade dos colaboradores da instituição.

II.4.4 A relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável

Conforme referido em II.4.2, os colaboradores referidos não auferem remuneração variável, entendida como uma componente da sua remuneração determinada ou determinável a priori e/ou associada ao desempenho da sociedade. O prémio eventualmente atribuído, com referência a cada exercício, no contexto do processo global de avaliação de desempenho, transversal à instituição, mencionado no ponto II.4.3, consubstancia-se, em regra, num montante inferior a 4% da remuneração global anual de cada colaborador.

II.4.5 Os critérios de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Conforme referido em II.4.2, os colaboradores não auferem uma remuneração variável, associada ao desempenho da instituição, pelo que não são aplicáveis quaisquer critérios para diferimento do respectivo pagamento.

II.5 Declaração de cumprimento em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Aviso n.º 1/2010 do Banco de Portugal

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Carta Circular n.º 2/2010/DSB do Banco de Portugal

Recomendação	Adoptada	Não Adoptada	Parcial/ Adoptada	Fundamentação
Princípios Gerais				
Rec. I.4. As instituições devem adoptar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz, que evite uma excessiva exposição ao risco , que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses a longo prazo da instituição financeira , designadamente com as perspectivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores.	X			
Rec. I.5. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	X			
Rec. I.6. As instituições devem adoptar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objectiva, os colaboradores envolvidos em cada processo , bem como as respectivas responsabilidades e competências .	X			
Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização				
Aprovação da Política de Remuneração				
Rec. II.1. No que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser executível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	X			
Comissão de Remuneração				
Rec. III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efectuar uma revisão , com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respectiva remuneração com base em acções ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração , à luz das recomendações da Carta-Circular, em especial sobre o respectivo estado na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição .	X			
Rec. III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	X			
Rec. III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações , não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	N.A.	N.A.	N.A.	A Comissão de Remuneração não recorreu à prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
Rec. III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração consta da ordem de trabalhos.	X			
Rec. III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões que realize.	X			
Remuneração dos Membros do Órgão de Administração				
Remuneração dos Membros Executivos do Órgão de Administração				
Rec. IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável , cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho , realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os acionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.		X		Os critérios de avaliação do desempenho dos Membros Executivos do Órgão de Administração baseiam-se na análise comparativa dos principais indicadores de desempenho da sociedade (Return on Equity; Cost to Income; Resultados Líquidos) com indicadores de mercado seleccionados.
Rec. IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	X			
Rec. IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu valor.		X		Nos termos da declaração da Comissão de Remunerações sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização aprovada na AG de 31.03.2010, a componente variável da remuneração consiste unicamente num montante em cash, uma vez que o Banco 1) não tem acções admitidas à negociação e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções a membros do órgão de administração, e 2) não emitiu outros instrumentos financeiros susceptíveis de determinar o alinhamento em apreço.
Rec. IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.			X	Nos termos da declaração da Comissão de Remunerações sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização aprovada na AG de 31.03.2010, tendo em conta a expressão, materialmente pouco significativa que a componente variável da remuneração assume na política remuneratória do Banco, bem como na assinalável longevidade que tem caracterizado as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantém com o Banco, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento em apreço. Não obstante, caso o desempenho da instituição venha a atingir níveis acima dos objectivos delineados e, em consequência, a componente variável venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente deverá ser diferido para após o apuramento das contas de cada um dos três exercícios subsequentes (havendo lugar ao pagamento de um terço do montante em cada um dos mesmos).
Rec. IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	X			
Rec. IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição .	X			
Rec. IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as acções da instituição a que tenham accedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	N.A	N.A	N.A	
Rec. IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções , o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	N.A	N.A	N.A	
Rec. IV.9. Após o exercício referido no número anterior, os membros executivos do órgão de administração devem consenar um certo número de acções, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de acções, sendo que o número de acções a consenar deve ser fixado.	N.A	N.A	N.A	

Recomendação	Adoptada	Não Adoptada	Parcial/ Adoptada	Fundamentação
Remuneração dos Membros Não Executivos do Órgão de Administração				
Rec. IV.10. Instituição A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição	X			
Indemnizações em caso de destituição				
Rec. IV.11. administração. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.		X		A sociedade não tem estabelecido nenhum regime específico quanto à resolução dos mandatos dos Administradores, aplicando-se o regime legal em vigor, que se considera equilibrado.
Remuneração dos Colaboradores				
Aprovação da Política de Remuneração				
Rec. II.2 No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Carta-Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.			X	As condições de remuneração dos colaboradores em apreço são casuisticamente aprovadas pelo órgão de administração não estando todavia a política de remuneração formalizada.
Rec. II.3 Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da instituição.		X		A política de remuneração dos colaboradores é definida pelo órgão de administração, com o apoio das Direcções competentes ao nível da estrutura do Banco.
Rec. II.4 A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objecto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente actualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respectiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.		X		Tendo em consideração 1) os sucessivos desenvolvimentos que o tema das políticas de remuneração tem vindo a registar desde 2009, quer ao nível dos <i>standard setters</i> internacionais quer ao nível das iniciativas legislativas e regulamentares europeias e nacionais, evidenciando um processo ainda em fase de consolidação, e 2) a ponderação da dimensão do Banco, não se considera adequado proceder à formalização em apreço.
Rec. II.5 O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação		X		idem Rec.II.4.
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável				
Rec. V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à actividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec. V.2 Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	N.A.	N.A.	N.A.	
Crítérios de atribuição da remuneração variável				
Rec. V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com clientes e investidores, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec. V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec. V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo, e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	N.A.	N.A.	N.A.	
Diferimento da remuneração variável				
Rec. V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec. V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	N.A.	N.A.	N.A.	
Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo				
Rec. V.8 Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções de controlo devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	X			
Avaliação da política de remuneração				
Rec. VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada, pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.			X	Considerando 1) as competências cometidas por lei à comissão de remunerações 2) que a competência para avaliar a política deve pertencer ao órgão com competência para a sua determinação 3) que a comissão de remunerações é directamente designada pela AG 4) que as funções de controlo integram a estrutura interna da sociedade, não respondendo directamente perante os seus accionistas, 5) que do âmbito subjectivo de aplicação da política de remuneração decorre uma situação de conflito de interesses para as funções de controlo; entende-se que as funções de controlo devem avaliar a política de remuneração estritamente no que respeita ao seus respectivos âmbitos de actuação.
Rec. VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Carta-Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição.				Idem Rec. VI.1.
Rec. VI.3 As funções de controlo devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número 6.1. (Rec. VI.1.), que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.				idem Rec. VI.1.

Recomendação	Adoptada	Não Adoptada	Parcial/ Adoptada	Fundamentação
Grupos Financeiros				
Rec.VII.1. A empresa-mãe de um grupo financeiro sujeito à supervisão do BdP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro e os estabelecimentos «off-shore», implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec.VII.2. A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições, financeiras ou não, que integrem o mesmo grupo financeiro.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec.VII.3. As funções de controlo da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior e dos estabelecimentos «off-shore» à luz das recomendações da presente OCiC, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição.	N.A.	N.A.	N.A.	
Rec.VII.4. As funções de controlo devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	N.A.	N.A.	N.A.	



CONFIANÇA



HUMANISMO



EFICÁCIA



INOVAÇÃO



AMBIÇÃO

ANEXOS

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

- 1.** Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, do BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 12.385.903 milhares de euros e um total de capital próprio de 836.343 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 564 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

- 2.** É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Códigos das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, conforme indicado na Nota 44 do Anexo e detalhado nas Notas 11, 35 e 36, durante o exercício de 2010, a Empresa realizou, para além de outras operações recorrentes, vendas de activos a partes relacionadas, designadamente crédito a clientes, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis que geraram um resultado positivo líquido de impostos no valor de 28.629 milhares de euros.

Lisboa, 23 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2010, emitindo o seu parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA.
2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Quadros Superiores e Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.
3. Nesse contexto, o Conselho Fiscal solicitou às referidas entidades todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspectos e áreas da sua actividade, tendo igualmente solicitado e obtido todos os esclarecimentos complementares que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.

-
4. O Presidente do Conselho Fiscal esteve presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, teve acesso a toda a documentação que instruiu as referidas reuniões, acompanhou o processo de formação das deliberações tomadas e tomou conhecimento do teor das respectivas actas.

 5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA durante o exercício de 2010.

 6. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no n.º 2 do Art.º 452.º do Código das Sociedades Comerciais.

 7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Art.º 145.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do n.º 1 do Art.º 8.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e que o relatório de gestão expõe

fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

7. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
 - b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
 - c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com a norma legal aplicável (Art.º 97º, nº 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);
 - d) Nos termos do Art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização do Banco; e
 - e) Manifeste o seu apreço aos empregados do Banco, pela colaboração dada aos Órgãos Sociais no exercício das respectivas funções.

Lisboa, 23 de Março de 2011

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente _____

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA _____

Dr. JOSÉ LINO TRANQUADA COMES _____

Banif – Banco internacional do Funchal, SA
Sede Social: Rua de João Tavira, 30 - 9004-509 Funchal
Capital Social: 780.000.000 Euros
Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva: 511 202 008



BANIF

BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal
Sede Social: Rua de João Tavira, 30, 9004 – 509 Funchal
Capital Social: 780.000.000 Euros * Número único de matrícula e pessoa colectiva: 511 202 008

EXCERTO DE ACTA

(Relativo aos pontos 1 e 2 da Acta n.º 1/2011, correspondente à reunião da Assembleia Geral Anual da sociedade, ocorrida em 31 de Março de 2011).

-----**TRANSCRIÇÃO**-----

Aos **31 dias do mês de Março de dois mil e onze**, pelas dezoito horas, no lugar da sua domiciliação em Lisboa, sita à Avenida José Malhoa, n.º 22, reuniu-se, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com dispensa de formalidades prévias, a **Assembleia Geral Anual** da Sociedade anónima denominada **Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.** com o capital social de setecentos e oitenta milhões de euros, com o número único de matrícula e pessoa colectiva n.º 511 202 008, tendo como ordem de trabalhos a seguinte:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas, respeitantes ao Exercício de 2010, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referente ao Exercício de 2010;

(...)

Assumiu as respectivas funções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha, que foi secretariado pelo Secretário da Sociedade, Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus. Esteve ausente o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel José Luís de Sousa.

Foi elaborada a lista de presenças nos termos legais, tendo-se verificado estar presente o accionista único, Banif Comercial SGPS, S.A., titular de cento e cinquenta e seis milhões de acções, no valor nominal unitário de cinco euros, que representam cem por cento do capital social, representado pelo Vogal do Conselho de Administração daquela sociedade, Dr. António Manuel Rocha Moreira, o qual manifestou concordância em deliberar sobre todos os assuntos da ordem de trabalhos, nos termos do art.º 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estiveram presentes os Srs. Dr. António Manuel Rocha Moreira, Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz, Dr. José Marques de Almeida, Dr. José António Machado de Andrade, Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos, Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida e Dr. Nuno José Roquette Teixeira, membros do Conselho de Administração em exercício, bem como o Presidente do Conselho Fiscal, Professor Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida.

Estiveram ainda presentes o Dr. João Carlos Miguel Alves, em representação do Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. e o Sr. Dr. Fernando José Inverno da Piedade, em representação da Comissão de Remunerações da sociedade.

Tendo-se verificado estarem preenchidos os requisitos para que a Assembleia pudesse validamente constituir-se e deliberar, foi, pelo Presidente da Mesa, declarada aberta a sessão, passando-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas, respeitantes ao Exercício de 2010, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2010, referentes ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., os quais, submetidos a votação, foram aprovados pelo accionista único.

2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referente ao Exercício de 2010

O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Geral uma proposta que foi apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor:

“Considerando que:

- 1. No exercício de 2010, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado de EUR 563.690,59.*
- 2. Tem sido política da sociedade proceder a uma distribuição adequada de lucros pelos seus accionistas, em face dos resultados obtidos e da sua necessidade de autofinanciamento;*
- 3. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artigos 32.º e 33.º do Código das Sociedades Comerciais e o art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;*

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação de Resultados:

<i>Para Reserva Legal</i>	<i>EUR</i>	<i>56.369,06</i>
<i>Para Reservas Livres</i>	<i>EUR</i>	<i>507.321,53</i>
<i>TOTAL</i>	<i>EUR</i>	<i>563.690,59'</i>

Admitida a referida proposta, foi a mesma submetida a apreciação e votação, tendo sido aprovada pelo accionista único.

(...)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a reunião pelas dezanove horas, dela tendo sido lavrada a presente acta pelo Secretário da Sociedade, que é assinada por ambos, e à qual ficam anexos, como sua parte integrante,

todos os documentos e propostas que, no seu decurso, foram objecto de apreciação e análise.

(assinatura)

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

(assinatura)

O Secretário da Sociedade

Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

-----FIM DE TRANSCRIÇÃO-----

CERTIFICAÇÃO

O excerto de acta transcrito corresponde à redacção da Acta n.º 1/2011, que consta do Livro de Actas de Assembleia Geral da Sociedade a fls. 36 a 38, referente à reunião de Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2011, na parte relativa aos pontos 1 e 2 da ordem de trabalhos.

A presente certificação é feita pelo Secretário da Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 446.º-B do Código das Sociedades Comerciais e destina-se à sua divulgação, em cumprimento, designadamente, do disposto no n.º 6 do art.º n.º 245.º e na alínea g) do n.º 2 do art.º 249.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, bem como no n.º 3 do art.º 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Secretário da Sociedade

Bruno Santos de Jesus